

Andréa Pachá

Autora do best-seller *A vida não é justa*

segredo de justiça

Disputas, amores e desejos nos processos de família
narrados com emoção e delicadeza por uma juíza



DADOS DE COPYRIGHT

Sobre a obra:

A presente obra é disponibilizada pela equipe [X Livros](#) e seus diversos parceiros, com o objetivo de disponibilizar conteúdo para uso parcial em pesquisas e estudos acadêmicos, bem como o simples teste da qualidade da obra, com o fim exclusivo de compra futura.

É expressamente proibida e totalmente repudiável a venda, aluguel, ou quaisquer uso comercial do presente conteúdo

Sobre nós:

O [X Livros](#) e seus parceiros disponibilizam conteúdo de domínio público e propriedade intelectual de forma totalmente gratuita, por acreditar que o conhecimento e a educação devem ser acessíveis e livres a toda e qualquer pessoa. Você pode encontrar mais obras em nosso site: xlivros.com ou em qualquer um dos sites parceiros apresentados neste link.

Quando o mundo estiver unido na busca do conhecimento, e não lutando por dinheiro e poder, então nossa sociedade enfim evoluirá a um novo nível.

“A vida real e a justiça andam lado a lado como dois bêbados, tropeçando um no outro, derrubando-se mutuamente, dando-se as mãos para levantar, buscando juntos o caminho na escuridão. A justiça carrega o mapa dos princípios e busca a virtude. A vida é imprevisível como a fortuna e corre atrás da graça. Sua fusão só se daria com a morte de uma ou de outra: tragédia para vida, farsa para justiça. O único laço possível é, como a linguagem, flexível como a vida e reiterativo como o valor: interpretação regida pela estética da compaixão. Ou seja, literatura. Andréa Pachá sabe disso como ninguém, em sua prática dupla como juíza e escritora.”

— LUIZ EDUARDO SOARES,
antropólogo, cientista político e coautor de *Elite da tropa*

“Por que o bolo ficou solado se eu o tirei do forno na hora certa? Por que a carne ficou salgada, o risoto grudado e o peixe com jeito de cru? Por que as coisas desandam apesar de fazermos tudo para que elas deem certo?”

Andréa nos pede coragem para desfiar minuciosamente a teia dos valores e emoções que permeiam nossa vida cotidiana. Com suas palavras certeiras — mas, principalmente, compartilhando suas dúvidas —, ela nos aproxima da importância de cuidar das coisas que parecem pequenas e que chegam aos tribunais porque somos incapazes de lidar com a complexidade delas.

As histórias de *Segredo de justiça* nos propõem o difícil exercício de transitar pelos sentimentos e razões de todas as pessoas envolvidas em um nó. É quando a vida parece não ser justa para ninguém. Muito além de julgar o que é certo ou errado, a autora nos propõe a pergunta mais difícil: estamos dispostos a procurar caminhos possíveis?

É difícil afirmar se a vida é justa ou não. O livro nos relembra do que já sabemos: ela é curta demais para ser desperdiçada.”

— BIANCA RAMONEDA,
jornalista, roteirista, poetisa e diretora teatral

segredo de
justiça

Andréa Pachá

segredo de justiça

Disputas, amores e desejos nos processos de família
narrados com emoção e delicadeza por uma juíza

A

AGIR

© 2014 by Andréa Pachá

Direitos de edição da obra em língua portuguesa no Brasil adquiridos pela AGIR, um selo da EDITORA NOVA FRONTEIRA PARTICIPAÇÕES S.A. Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra pode ser apropriada e estocada em sistema de banco de dados ou processo similar, em qualquer forma ou meio, seja eletrônico, de fotocópia, gravação etc., sem a permissão do detentor do copirraite.

EDITORA NOVA FRONTEIRA PARTICIPAÇÕES S.A.

Rua Nova Jerusalém, 345 – Bonsucesso – 21042-235

Rio de Janeiro – RJ – Brasil

Tel.: (21) 3882-8200 – Fax: (21)3882-8212/8313

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

P116s

Pachá, Andréa Maciel

Segredo de justiça: Disputas, amores e desejos nos processos de família narrados com emoção e delicadeza por uma juíza / Andréa Maciel Pachá. - 1. ed. - Rio de Janeiro : Agir, 2014.

ISBN 978.85.220.3318-8

1. Crônica brasileira. I. Título.

14-16382

CDD: 869.98

*Marcelo, pelo amor que dá
risadas depois de tantos anos,
pelo sim todos os dias.*

*João e Kike, pelo amor que
liberta, respeita e confia.*

*Léa e Miguel, pelo amor que se
ocupa do outro e que multiplica.*

*Patrícia e Miguel, pela sorte do
amor fraterno e definitivo.*

sumário

Apresentação

Prefácio

1. Viagem sem fim
2. Quando nada faz muito sentido
3. Suaves prestações
4. O amor não é uma hipótese
5. Vai passar
6. Não existe sonho errado
7. Era vidro e se quebrou
8. Prazo de validade
9. Todo dia, não!
10. Viver é escolher o que esquecer
11. Promessas para futuros pais
12. Memória entre aspas
13. Sagrada família
14. Guia da mochila para principiantes
15. Amor sem condição
16. Cada um que faça o seu
17. Silêncio e som
18. Negócio de risco
19. Quem disse que seria fácil?
20. Corações das trevas
21. Acerto sem contas
22. Ausência em carne viva

23. O inusitado de cada dia
24. Minha história dos outros
25. Uma terra sem futuro
26. Quem manda aqui?!
27. Dois que eram três
28. Somos todos vulneráveis
29. Mas não é assim na vida?
30. Paternidade em construção
31. O que se colhe quando não se planta
32. Segredo de justiça
33. Quatro damas e nenhum rei
34. Maria roleta
35. Quem fala o que quer...
36. Nunca é perda total
37. O céu que nos protege
38. Quem manda é ela!
39. Desejo em estado bruto
40. Até que a morte nos separe
41. Cada um com seu problema
42. Ele não ouve. Ela não vê.
43. Noite feliz
44. Tem coisa melhor que namorar?
45. Quem ama cuida
46. O tempo gasta tudo

apresentação

Renato Janine Ribeiro

Andréa Pachá tem o dom de narrar. Os relatos deste livro, como as do anterior, *A vida não é justa*, prendem nossa atenção do começo ao fim, tanto é que os li de uma tacada só. Mas, mais que isso, eles apontam uma moral nas histórias, com Andréa se indagando constantemente sobre o equilíbrio instável dos ganhos e das perdas de nosso tempo.

O principal ganho que temos a comemorar é a democratização dos costumes. Passaram os tempos — embora tão próximos ainda de nós, menos de meio século, como no caso da tia desquitada, alvo de desprezo e humilhação na década de 1970 — em que lutar pela felicidade exigia coragem desmedida. Um relacionamento infeliz era um fardo a carregar pela vida. Hoje, os laços sociais necessitam ser constantemente cuidados, refeitos, tratados. Caso se reduzam a grilhões, é possível rompê-los e recomeçar a vida. Mas esse balanço positivo em relação ao que Charles Fourier chamava de “a liberdade no amor” não vem sem contrapesos sérios. Andréa é muito sensível ao modo egoísta pelo qual tantos não suportam os fardos que o tempo, ou um acidente, ou uma doença impõem. Em especial, não gosta quando alguém larga o parceiro de uma vida porque este desenvolveu um câncer, tema que aparece nos seus dois livros. Parodiando Otto Lara Resende, que dizia que “o mineiro só é solidário no câncer”, é como se dissesse: nem no câncer. É justamente — ou injustamente — no câncer que o casamento se desfaz, porque some a solidariedade. Se nosso mundo está pior do que aquele horror que Nelson Rodrigues descrevia, se não lhe resta nem a atenuante da piedade pelo câncer, ai de nós.

Andréa não concorda que as pessoas “tenham o direito” de ser felizes. Felicidade, para ela, não está no rol dos direitos. Ou, explicitando algo que em seu texto é poderoso, mas fica implícito: um dos piores traços de nosso tempo é que muitos chamam de “felicidade” o que, na verdade, é prazer somado à irresponsabilidade. Um dos temas mais recorrentes em dois mil anos de história da filosofia é que a felicidade é algo mais duradouro, sólido e verdadeiro do que a alegria momentânea. A felicidade está do lado do amor; já o prazer, e mesmo a alegria, frequentemente ficam perto da paixão e do desejo sexual. O tempo, outra presença frequente no livro de Andréa, estabelece a fronteira entre os dois campos. Só há felicidade quando esta se inscreve no tempo, ganha duração, ultrapassa o momento do gozo, da paixão. Mas geralmente o tempo devasta. Faz a beleza ceder lugar às rugas, a paixão, ao tédio, e tudo o mais. Timidamente, porém, há alguma possibilidade de que o tempo crie alguma sabedoria, de que resgate em vez de amaldiçoar. Disse “timidamente” porque neste livro e no anterior predominam os registros de insensatez e de egocentrismo. Vemos quase que um desfile das imaturidades afetivas de nosso tempo. Os registros de altruísmo e de amor, minoritários, comparecem sobretudo quando se fala do amor de pai, mãe, ou mesmo avó ou pai postiço por uma criança. Entre os casais, esse amor é bem mais raro, o que obviamente se salienta porque eles procuram a justiça não para celebrar a alegria de estar juntos, mas para marcar o fim de sua união; mas, mesmo assim, nos relatos até do entusiasmo agora pretérito, vemos quão rara é a generosidade. Parece que os amores que terminam mal tiveram um vício de partida, um entusiasmo irrefletido, uma paixão sem dedicação.

Estas narrativas procuram educar o leitor para uma limitada, difícil, modesta sabedoria. Andréa não esconde quando se sente chocada pelas cenas que presencia e tenta redimir. Além da falência dos amores que pareciam eternos, ela se preocupa em especial com a adolescência que nunca termina, com a imaturidade permanente. Só uma vez, no livro, tive alguma vontade de rir, tão absurdo o episódio: é quando uma mocinha vai à juíza com seus dois parceiros sexuais, irmãos um do outro, para saber quem é o pai do filho dela. Num livro que nos leva à beira do choro e às vezes além dele, esta cena é cômica, de tão enlouquecida. Os três jovens não têm a menor ideia de nada. Não sabem como se vestir, como se portar, que palavras usar. Não é que se

intimidem — ao contrário. Entram na sala com óculos escuros, bonés e palavrões. São a versão pobre do casal que, em *A vida não é justa*, se separa logo após a lua de mel caríssima, ao perceberem ambos que acabou, ou que acabaria, a vida sustentada pelos pais — e cuja própria separação é custeada pelas famílias. Tanto na história dos ricos de *A vida...* quanto na dos pobres deste novo livro, vemos a mesma imaturidade talvez incurável, a mesma quase impossibilidade de aceder à responsabilidade.

Andréa se choca, e nós junto com ela, ao pensar o que pessoas formadas tão sem noção farão com os filhos. Pelo visto, teremos mais uma geração de crianças e jovens educados sem critério. Daí que ela, a certa altura, sugere sete perguntas para futuros pais, que na minha opinião deveriam ser amplamente divulgadas e até poderiam constituir a espinha dorsal de um curso formando os pais para suas responsabilidades. Ela bem poderia montar um curso desses. Mas o importante, o essencial, é que não seria um curso como tantos que existem na praça, para você saber como cuidará do tesouro que está por nascer. Todos eles acolhem os futuros pais, dizem que coisa linda, a melhor do mundo. Nem se preocupa, quem os dá, em lidar com o pavor que alguns podem sentir e que depois do parto muitos mais sentirão, ou em alertá-los para a realidade, os compromissos que não poderão mais largar. São cursos instrumentais, com técnicas para lidar com um bebê, e não cursos humanistas, que preparem para a vida. A seu modo, são tão enganosos quanto a solenidade festiva do casamento, que em nada prepara para o que, depois, será árduo. Em seu lado prático, têm um viés de propaganda enganosa; ensinam a amamentar, não a amar.

O que as sete perguntas colocam é mais radical e sério do que isso: antes de decidir ter um filho, sabe você o que terá pela frente? A questão não é como enquadrar direitinho os casais grávidos, para que se conformem aos modelos prescritos em nossa sociedade. É, sim, interrogar seu desejo, saber se de fato você vai além da família margarina e está disposto a realizar a série de sacrifícios necessários para educar um pimpolho, que será lindo, sim, mas não dará trégua aos pais por muitos anos.

A preocupação deste livro não é com a felicidade nem mesmo com a justiça, é com a verdade. A vida não é justa: pessoas que foram boníssimas, que de tudo fizeram para serem ótimos companheiros ou genitores, nem sempre são reconhecidas ou premiadas — assim como quem foi ou é mau conhece, tantas vezes, o sucesso. A vida é indiferente à justiça. Pessoas ótimas padecem, pessoas más florescem. Não é verdade que aqui se faz, aqui se paga. E, se a vida não é justa, a felicidade não é tampouco um direito. Estamos fora da esfera do direito. Aliás, Andréa sabe que a área jurídica precisa se socorrer de outras práticas e conhecimentos para ser efetiva, especialmente no campo tão delicado dos sentimentos humanos. Por isso, falei da importância da verdade. Andréa começa pelos detalhes. A uma mulher que lhe conta que “fez um câncer”, ela responde: “Não, não fez, não foi você que causou essa doença maligna ao ser abandonada, não se culpe por seu sofrimento.” Ela procura aproximar as pessoas do que é razoável. Procura reduzir danos.

Aqui há outra questão que me interessa. Desde alguns anos, tenho estudado duas estratégias opostas, que também servem de ferramentas para lidar com os males da vida social: por um lado, a utopia, por outro, a redução de danos. Os utopistas partilham algumas convicções básicas: a sociedade é injusta, é infeliz, a causa da injustiça e da infelicidade é uma só, e, atuando sobre ela de maneira decisiva, podemos tornar nosso mundo justo e, ao mesmo tempo, feliz. Essa causa pode ser a propriedade privada, a vaidade, a moral sexual repressiva, conforme lidamos com Thomas Morus ou Marx, Rousseau e Wilhelm Reich. Mas há os que divergem por completo dessa visão. Nossa sociedade não é plenamente injusta nem infeliz, pensam eles — que incluem Hobbes e Freud —, são muitas as causas dos males desta vida, e, se quisermos mudar tudo de um golpe só, aumentaremos os problemas em vez de resolvê-los: a saída, então, é reconhecer que as utopias são contraproducentes e, com modéstia, reduzir os danos. Andréa enxerga as coisas do ponto de vista de alguém que teve de aceitar, talvez contra suas convicções mais íntimas e primeiras, a falência do projeto utópico. O que significa “a vida não é justa”, título do livro anterior, se não um terrível desabafo, uma revelação quase horrorizada? E — justamente — não há exclamação ao terminar a frase. Se houvesse, seria um protesto. Seria uma tentativa de construir a utopia da justiça. Terminando a frase a seco, como uma constatação, o espaço que ela

abre é o de quem só poderá erguer uma vida melhor, mais feliz e mais justa, mas nunca plenamente feliz e justa, e sempre a pequenos passos. Porque, se “felicidade é também um projeto de cuidado, de afeto, de enxergar o outro como sujeito e não como objeto da nossa satisfação”, como ela diz na metade deste livro que tenho a honra de apresentar, então esse projeto exige uma verdade grande nos afetos, uma disposição a ir além da aparência, do imediato.

prefácio

Vou lhe contar um segredo: somos todos iguais. Na alegria e na tristeza.

Todos os processos que tramitam em Varas de Família correm em segredo de justiça. É uma maneira de preservar a intimidade e a dignidade das pessoas que experimentam, em um momento-limite, a devastação causada pelo fim do amor.

Nenhuma das histórias narradas neste livro viola o direito dos milhares de casais que passaram pelos meus olhos. São histórias de ficção que traduzem o privilégio de assistir à vida, em nervo exposto, pulsando diante de mim. Incluí, ainda, dois casos bem-humorados e contados por outros colegas de profissão.

Embora a experiência da dor seja individual, a nossa humanidade nos faz pouco originais nas contradições, nos afetos e nos desamores.

Somos todos, de alguma forma, repetições de histórias contadas por tantos quantos os que nos enxergam.

O segredo aqui contado é o da minha experiência e da transformação que senti diante de tantas dores tão parecidas e tão desiguais. As famílias mudam, se transformam, se reinventam, e é nessa montanha-russa de alegrias extremas e tristezas profundas que nos encontramos todos: humanos, desamparados e esperançosos.

viagem sem fim

Corri a tempo de segurar a porta pantográfica. Fim do dia. Cansaço. Vontade louca de relaxar em casa, na companhia dos meninos. Elevador antigo. As grades rangiam, e o forte barulho do metal selava a pequena caixa de madeira que transportava três pessoas de cada vez.

Tão distraída e exausta, não percebi a presença de outra mulher no local. Ela me encarava, séria. Sorri e acenei com a cabeça, me redimindo pela falta de um cumprimento logo na entrada.

Impávida, a moça nem respondeu. Seu olhar me fulminava. Não tinha ângulo possível para evitá-la. Espelhos autoritários insistiam em colocar aqueles olhos diante dos meus. E ainda estávamos no quarto andar.

Uma voz grave, na minha direção, me fez tremer:

— A senhora é a doutora. Andréa, não é?

Tensa, sem conseguir identificar aquele rosto, respondi, mascarando a ansiedade:

— Sou, sim.

O indicador apontava o sexto andar. Aquela experiência não acabava, meu Deus!

Mais séria e chegando mais perto, ela prosseguiu:

— Doutora Andréa Pachá?

— Sim — respondi rapidamente, passando pelo sétimo andar.

— A senhora fez a minha separação.

A informação veio seca. Pausada. Sem qualquer emoção.

O tempo congelou. Os ponteiros não andavam. Meu andar não chegava. Eu precisava assumir o controle da situação. Era isso ou aquela mulher, como a esfinge, me devoraria.

O enigma era complexo: Tirei sua pensão? Proibi a visita aos filhos? Elogiei o ex-marido?

Corajosa, perguntei:

— E foi bom pra você?

Só aqui ela relaxou:

— Foi a melhor coisa da minha vida! A senhora colocou aquele vagabundo no lugar dele!

Milagrosamente a porta se abriu.

Eu não tinha a menor ideia de quem era a mulher. Não consegui lembrar o que poderia ter dito ao então marido. Só consegui me despedir, profundamente aliviada:

— Que sorte a minha não ter encontrado aquele safado por aqui!

Fim do dia.

.....

quando nada faz muito sentido

— Que diferença faz se eu fui ou não fui pra São Paulo com você, Otávio?! Isso já tem dez anos!

Não fazia qualquer diferença, e as muitas perguntas dirigidas a Luísa pelo marido, com quem casara há 28 anos, não faziam mesmo sentido algum.

Nunca era fácil conduzir as audiências de divórcio de casamentos longos. Aliás, nenhuma separação era particularmente simples. No entanto, separar depois de quase três décadas de vida em comum era muito mais complicado; exigia do casal um maior grau de racionalidade, para que o fim da união não significasse o fim das vidas ou o dilaceramento das lembranças e memórias que deveriam ser preservadas com ternura.

Dois filhos crescidos, mas ainda dependentes economicamente do pai. Toda a vida patrimonial misturada. Luísa, embora graduada em engenharia química, nunca trabalhou. Há dez anos, viviam em cidades distantes. Ele foi a trabalho, e ela preferiu permanecer, a pretexto de cuidar dos meninos.

Parece que foram felizes no começo da caminhada. Jovens e iniciando a vida juntos, casaram-se para que Luísa acompanhasse o marido, que

consequira um excelente emprego no interior.

Nada mais fácil do que, no auge da paixão, dividir uma casa no campo, uns discos, uns livros e dois bebês. Com a vida toda para acontecer, o início de um projeto de família não poderia ser mais perfeito, e a disponibilidade para o cuidado com o outro, para o respeito e para a admiração é inesgotável, como são inesgotáveis todas as nascentes de águas frescas.

A primeira crise aconteceu na volta para a cidade natal.

— Minha mãe pediu paciência. Disse que era normal a crise dos sete anos. Mas toda a minha paciência tinha acabado naquele fim de mundo. Eu não podia sair porque os meninos eram pequenos. Não podia trabalhar fora de casa porque a gente não tinha empregada. Ele estava sempre ocupado, cheio de amigos, jantares na empresa. Se eu soubesse que isso ia acabar assim, era melhor ter me separado naquele ano. Pelo menos eu era mais nova, tinha 32 anos, podia retomar minha vida, encontrar outra pessoa. Que burrice investir nesse casamento falido!

Como era simples decidir a vida pelo retrovisor. As escolhas que não são feitas — como num passe de mágica — se transformam na panaceia para todos os males. As promessas de outrora e que nunca se concretizaram começam a se espalhar pela realidade como areia movediça, imobilizando as ações e remetendo para o futuro do pretérito os projetos abandonados.

Otávio se lembrava com doçura do início do casamento. Parecia que tinham vivido em mundos paralelos. As queixas de Luísa não encontravam eco nas histórias contadas pelo marido.

Sorrindo, como que revivendo a juventude, Otávio contou dos passeios com as crianças nos fins de semana, da emoção de, ainda tão jovem, garantir à família uma estrutura material sólida, da alegria e do conforto garantidos pela serenidade da companheira.

— Como é que eu ia saber que ela odiava aquilo tudo? Ela nunca me disse que se sentia presa, que sentia falta dos amigos, que queria trabalhar ou que estava cansada de cuidar da casa e das crianças. Ela era linda. Eu adorava voltar pra casa sabendo que ela me esperava.

Embora não tivessem se dado conta, desde então instalara-se um muro dividindo o casal, definindo que, embora juntos na mesma casa e na mesma cama, suas vidas seguiriam paralelas e invisíveis uma para a outra. A década seguinte serviu para aprofundar ainda mais a distância.

Eu não acreditava como os dois conseguiram, durante tantos anos, manter o casamento, especialmente porque faziam questão de expor na audiência todos os desencontros, mágoas, culpas e ressentimentos. Era possível que, por tanto tempo, tenham se aturado sem qualquer resquício de afeto ou sem qualquer projeto que os reunisse em torno da mesa ou da cama?

Para mim, eram insondáveis as razões que levaram Luísa a contar em uma audiência detalhes da intimidade do casal. E com que prazer ela narrava os defeitos do até ali marido, desqualificando-o como o provedor que fora.

— Ele nunca pensou em mim. Nunca me perguntou nada. Nunca quis saber se eu estava satisfeita com a vida que nós tínhamos. Eu via minhas amigas felizes, viajando nas férias, fazendo compras, se divertindo. E ele sempre ocupado com o trabalho, com a carreira. Não consigo lembrar a última vez que rimos juntos.

As lembranças dele, no entanto, se resumiam aos primeiros anos do casamento. Depois, tudo o que Otávio conseguia era falar do trabalho, da excelente relação com os filhos, da incompreensão para assimilar tantas acusações acumuladas.

Julgar tantos divórcios me fez enxergar que nem todos os casamentos se sustentam por causa de amor ou projeto em comum. Aquele casal, como tantos outros, prosseguiu junto por inércia, mesmo depois de sepultado o afeto, o que não transformava o momento da ruptura numa experiência menos dolorosa.

Foi conveniente para os dois o arranjo da distância travestida de família. Foi conveniente a escolha de morarem em cidades longínquas durante a última década. Tais combinações, no entanto, só duram o tempo de interesse dos dois. Sem afeto, sem vontade para investir na retomada de projetos e no compartilhamento de desejos, era natural que em algum momento um dos dois ficasse vulnerável à decisão do outro.

Otávio quis o divórcio. No limiar dos sessenta anos, se permitiu desejar outro relacionamento que o fizesse feliz. Era desnecessário que ele precisasse encontrar motivos para culpar Luísa pela sua decisão.

Ela resistia porque, aos 53 anos, tinha medo de perder a segurança que a sustentava até ali. Sentia-se velha, sozinha e sem a proteção de um estado civil que justificasse a sua infelicidade permanente.

Parecem mesquinhas as dores pragmáticas. Não dilaceram a alma, não fazem chorar. Provocam uma irritação, uma busca insensata pela culpa do outro para aplacar o mal-estar gerado pela falta de coragem imobilizadora ao longo do tempo.

A racionalidade que leva duas pessoas a manter uma união sem a rede acolhedora do amor não é uma blindagem contra o sofrimento. Quem pensa não sofre menos do que quem sente. Sofre diferente, com o peso da responsabilidade pelas escolhas, que só parecem piores quando cristalizadas no passado.

Ele decidiu romper o pacto da conveniência. Era correto que arcasse com o ônus da escolha. Uma pensão decente, pelo prazo de cinco anos, e uma partilha que garantiria a Luísa a possibilidade de aprender a se tornar autônoma e independente. Ele continuou pagando as despesas dos filhos, embora não tivesse obrigação legal para tanto.

Distantes, magoados, como dois estranhos, esperavam silenciosos o término das assinaturas na ata de audiência.

A lembrança inevitável de *O jogo da amarelinha*, de Cortázar, encheu meus olhos d'água.

Depois da intensidade de um beijo inesquecível, que traduz a sensação de desenhar o desejo a partir da boca, e sentir o movimento dos peixes no aquário, no roçar das línguas, pulando de capítulo em capítulo, chega-se ao fim num sonoro, oco e cortante “Paf!”.

Sentia, concretamente, o fim de Cortázar olhando para os dois. Acontece, muitas vezes, de pular as casas, jogar as pedras e não chegar ao céu.

.....

suaves prestações

– Quem saiu de casa foi ele! Pegou duas malas, não teve coragem de conversar com as crianças. Disse que ia viajar a trabalho e na volta resolvia tudo. Esperei seis meses, sem saber o que fazer nem o que dizer para a família e para os meninos. Telefonei muitas vezes, fui ao escritório dele e nunca fui atendida. Isso pode ser normal, doutora? Doze anos juntos e um homem sai de casa assim?! Nunca pensei que um dia ia ter que passar por isso.

“Passar por isso” era precisar ir à justiça para resolver um problema de natureza tão íntima e pessoal. Aos 37 anos, Antônia jamais se imaginou em escritórios de advogado, ocupada com pagamentos, contas. Casou-se cedo e sempre foi sustentada por Sérgio.

Há quase dois anos o casamento não ia bem, mas, para ela, os sinais externos da crise não chegavam aos cartões de crédito, nem aos boletos bancários que, de uma hora para outra, começaram a se empilhar sobre o

aparador. Sem falar nos telefonemas e nos oficiais de justiça, que não davam sossego. Ela não tinha ideia de como lidar com a avalanche.

Trabalhar e ter independência não foram prioridades dela, mesmo graduada, exemplarmente, no curso de psicologia. O projeto de abrir um consultório especializado em crianças com duas colegas de turma ficou na prateleira, enquanto se encantava com o amor da sua vida, o seu príncipe, o sonho de consumo de nove entre dez mulheres do seu círculo de amigas.

O casal perfeito, o casamento perfeito, os filhos perfeitos, a casa perfeita. A família margarina e feliz. Não eram fúteis nem superficiais e, embora não se preocupassem com a sobrevivência e experimentassem uma vida de conforto e facilidade, viviam uma relação de afeto verdadeiro. No fluxo que escolheram viver, Antônia acostumou-se ao papel de responsável pelo lar e pelos filhos, enquanto Sérgio trabalhava a maior parte do tempo para permitir que a família usufrísse com tranquilidade dos prazeres materiais.

Certamente o balanço comercial familiar não era uma matemática simples de entender, e parece mesmo que ninguém queria, de verdade, saber como era produzido e de onde vinha o dinheiro, desde que não faltasse.

Inúmeras vezes, Antônia assinou documentos bancários e alterações contratuais sem ler uma linha. A confiança em Sérgio era total, e o conforto financeiro que experimentavam ao longo de tantos anos era resultado de trabalho diário e de investimentos felizes nos negócios por ele conduzidos.

A ruína foi repentina. Sem aviso prévio, sem sinais de terremoto ou restrições de gastos. Jantavam diariamente juntos, uma rotina incorporada pela família e o momento para as conversas com as crianças, para a troca das experiências, para o carinho compartilhado em volta da mesa. Com os três filhos no colégio, Antônia anunciou que iniciaria uma atividade profissional.

Naquela noite, evitou aprofundar o assunto, mas não deixou de perceber o enorme desconforto provocado no marido diante do anúncio da decisão. Como sempre, ele não quis conversar e apostou na estratégia silenciosa da qual era adepto. Era quase uma profissão de fé a crença de que o tempo se encarregava de solucionar tudo, e que verbalizar insatisfações era uma maneira de aprofundá-las, nunca de resolvê-las.

O acaso encarregou-se da coincidência. Enquanto Antônia fazia planos para o novo trabalho e tentava driblar o que imaginara ser a insatisfação do

companheiro, Sérgio passou a chegar mais tarde, sempre depois da refeição familiar. Invariavelmente, os meninos dormiam sem ver o pai.

Ele desconversava, pedia que ela não se preocupasse com os compromissos crescentes no trabalho. A nova rotina, com Sérgio mais ausente, começou a intrigar Antônia.

A aposta das amigas mais próximas era uma amante, sem dúvidas. Se existe alguma ameaça atingindo os órgãos vitais de um relacionamento, a dúvida ocupa o primeiro lugar, seguida pela irracionalidade do medo.

Nenhum amante é mais devastador do que aquele que nasce na imaginação da pessoa que se sente traída. E assim o silêncio contaminava a ferida e abria novas chagas em lugares de difícil ou quase impossível cura.

Nas noites em que fingia dormir, percebia a agitação de Sérgio, insone, transitando toda a madrugada entre o quarto e o escritório. Se o medo não tivesse suplantado o amor que cultivaram ao longo de 12 anos, a insônia compartilhada e a lealdade poderiam ter alterado o desfecho triste da relação.

Não conversaram. Nem ela falou das suas angústias, nem ele dos problemas que envolviam a derrocada empresarial. Duas ilhas cercadas de lençóis de quatrocentos fios por todos os lados.

E um dia, quando o silêncio transbordou e inundou o quarto, arrastando pelas águas turvas e pela corrente feroz uma família outrora feliz, Sérgio saiu de casa e apenas no tribunal reencontraria a mulher com quem viveu por tanto tempo.

Seis meses e o silêncio apavorado foram o suficiente para Antônia se surpreender, todos os dias, com as notícias que não paravam de chegar. Poderia ter sido comunicada pelo marido, mas soube, por cobranças, telefonemas e ameaças, que uma granada explodira nas confortáveis contas bancárias do casal. Dívidas acumuladas com agiotas e bancos, projetos megalomaniacos e a incapacidade de lidar com reduções e restrições impostas pelos novos tempos.

Com os bens indisponíveis e limitações de crédito, Antônia, sócia apenas formal da empresa familiar, não conseguia imaginar por onde começar para acordar, cuidar das crianças, levá-las para o colégio, manter a rotina e a casa funcionando, à espera do fim do pesadelo.

— Se fosse outra mulher, acho que conseguiria entender e até perdoar, doutora. Mas esconder de mim tudo o que estava acontecendo e, ainda por cima, se esconder de mim e dos filhos, sem nem querer saber como estamos vivendo, é o fim! Quem é esse homem que eu achei que conhecia?!

O desespero tinha destinatário. Antônia esperava da justiça uma solução para a pensão alimentícia dos filhos, mas o que ela desejava, naquele momento, era ouvir de Sérgio o que ele não teve coragem de dizer durante todos os últimos anos.

Não deve ser fácil a escolha pelo silêncio. Ele enrubesceu e parecia fazer um esforço físico imenso ao tentar começar a falar. Era como se as palavras fossem de pedra e metal pesado. Subiam com dificuldade pela faringe, cresciam na boca e sufocavam Sérgio, antes de se transformarem em som.

Olhou para o chão, jogou as mãos sobre a mesa e sussurrou:

— Desculpa, Antônia. Eu amo você.

Antônia também o amava, mas não tinha certeza de que queria continuar com aquele homem em quem Sérgio havia se transformado. Chorando, ela disse que a maior traição foi o abandono que sentiu porque ele escolheu excluí-la da sua vida quando ele mais precisava.

— Que amor é esse que mente, joga meu nome na lama e vai embora?

Entre enfrentar o problema, dividir com a mulher a ansiedade, reduzir os custos e encontrar alternativas, Sérgio encolheu, porque acreditou que seu relacionamento seria impossível sem a segurança e o conforto garantidos por ele. Como provedor, não conseguia assumir nenhum outro papel.

Insistia em discutir todos os problemas apenas sob o aspecto patrimonial e financeiro. Mesmo com Antônia sinalizando para as possibilidades de reduzir gastos, demitir empregados e mudar para um imóvel menor, a fim de estabelecer um acordo razoável, Sérgio não conseguia entender que havia caminhos alternativos e possíveis. Não concordava em pagar o colégio e o plano de saúde porque afirmava não ter dinheiro, mas, paradoxalmente, conseguiu formular uma última proposta, quase indecente:

— Vamos voltar, Antônia. Você não precisa se preocupar com esses probleminhas. Mês que vem, os meninos estão de férias. Passamos umas semanas fora, aliviamos a tensão e fica tudo tranquilo. Você vai ver.

Revoltada, Antônia recusou a oferta. Como era possível uma viagem ao exterior e nenhuma perspectiva para pagar as mensalidades escolares e o condomínio em atraso?

Fixei a pensão possível para o momento que atravessavam. Não sem levar em conta que quem pode se responsabilizar por uma viagem de férias, ainda que em suaves prestações, pode assumir uma obrigação mais razoável para o sustento dos filhos. É difícil compreender esse mundo improvável, tão bem-desenhado por Woody Allen, em *Blue Jasmine*: pessoas que não têm dinheiro para comprar carne no açougue conseguem, simultaneamente, viajar na primeira classe e frequentar restaurantes caríssimos. Para quem paga as contas em dia e vive de salário no final do mês, é uma realidade distante e quase fantástica.

Sérgio não aproveitou o *tsunami* para chacoalhar o estereótipo que escolheu vestir. Adaptação facilita a sobrevivência. E ainda há quem duvide de Darwin.

.....

o amor não é uma hipótese

Se o carro de Marina não tivesse enguiçado no domingo, ela não passaria a manhã de segunda-feira na oficina. Chegaria cedo ao plantão e não precisaria pedir a Fernanda que a substituísse. Fernanda teria acordado tarde e não pegaria o táxi que atropelou o cachorro a caminho do hospital. Eduardo, o dono do cão, não teria brigado com o motorista e nem se encantado pela passageira que docemente apartou a briga, chamando os dois à razão.

Assim, sem o defeito no carro de Marina, Fernanda e Eduardo não teriam se casado, menos de dois anos depois do ocorrido.

Conjugar a vida no futuro do pretérito, com os fatos acontecidos sepultados no passado, dá a sensação de que não há livre-arbítrio que enfrente uma paixão quando ela se instala.

É como se tudo se encadeasse para permitir o encontro. Fantasia, desejo, imposição cultural, destino. Não importa. A paixão persiste como um

fenômeno inexplicável, de complexos sintomas e de insondáveis diagnósticos.

Mesmo diante de milhares de desencontros e de divórcios, em todos os processos sempre identifiquei um estágio inicial do desejo. Ali, duas pessoas idealizavam um projeto para renovar, todos os dias, a sensação provocada pelo incompreensível instante em que o amor nasce.

Havia, sim, casamentos por interesse e por conveniência, mas a maioria casava porque acreditava ser possível experimentar a paixão todos os dias da vida, até que a morte os separasse. Não era assim, lamentavelmente.

Olhando para Fernanda e Eduardo, depois de ter ouvido os dois filhos ainda menores, cuja guarda era preciso regulamentar, eu procurava, com lupa, onde teria se escondido o afeto que os juntou e os acompanhou pelos 21 anos de casamento, concretizando o sonho de uma casa confortável e uma família aparentemente feliz.

A outrora doce e racional mulher era uma granada de insensatez, pronta para explodir a qualquer momento. Ela pediu o divórcio. O ressentimento a impedia de concordar com qualquer uma das propostas de acordo formuladas pelo advogado do ex-marido. Queria continuar na casa, pretendia a guarda dos três filhos e esperava receber pensão alimentícia, porque não admitia ver reduzido o padrão de vida.

Fernanda não almejava apenas a separação. Parecia que o objetivo era inviabilizar a vida material e emocional de Eduardo.

Ele se mudara havia dez meses. Imaginou que, passado algum tempo, seria mais fácil conversar e decidir, em conjunto, o destino do patrimônio, os horários de visita, as responsabilidades financeiras.

Ao longo da audiência, fomos construindo alguns consensos. Eduardo já havia concordado em não vender a casa nos próximos dez anos. Era o único imóvel do casal, e cada um tinha direito à metade. Como ninguém tinha dinheiro para comprar a parte do outro, o acordo permitia que as crianças completassem o curso universitário com tranquilidade sob um teto seguro e acolhedor. Fernanda, portanto, continuaria residindo no local, sem qualquer pagamento de aluguel ao ex-companheiro.

A pensão do filho maior, ainda estudante, já havia sido resolvida em outro processo. Com relação aos outros dois, a proposta era muito razoável, e eu não tinha dúvidas de que ela também aceitaria. Foi também possível fazer

Fernanda compreender que não tinha direito à pensão. Era médica, trabalhava e não precisava de complementos do ex-marido.

O inacreditável era a resistência da mulher em permitir que os filhos passassem alguns dias da semana com o pai. Foi difícil a regulamentação das visitas. Ambos estabeleceram que a guarda ficaria com a mãe. Eduardo, no entanto, queria uma visita mais ampla, com direito aos feriados e a um dia da semana, além dos sábados e domingos alternados.

Precisei escutar as crianças, porque as alegações da mãe eram de que as alterações interfeririam na rotina de forma prejudicial. O que ouvi dos meninos foi chocante. Letícia, com a simplicidade e a objetividade dos dez anos, relatou o que vinha ocorrendo. Tales, aos oito anos, observava e assentia:

— A gente já resolveu como faz pra eles não brigarem e pra mamãe não se chatear. Todo fim de semana, um finge que tá passando mal. Aí a gente divide, e um fica com a mamãe e outro, com o papai.

Não havia qualquer dificuldade para ampliar a guarda e até mesmo para compartilhá-la. No entanto, duas crianças, infelizmente, precisaram assumir de forma madura a mediação do fim do casamento dos pais.

O pior era que eu não conseguia fazer nem Fernanda nem Eduardo compreenderem a pressão a que submetiam as crianças.

— Vocês são adultos, excelentes profissionais. Embora a frustração pelo fim do casamento seja uma experiência muito dolorosa, não se deve expor as crianças a dores desnecessárias. Eles adoram os dois, querem conviver com os dois, mas estão divididos. Têm medo de se aproximar de um e desagradar o outro. Não é justo com os meninos. Filho não é moeda de troca. Sempre que há disputa pela guarda, ninguém ganha e todos saem piores do conflito.

Eu ainda não sabia dos motivos que levaram à separação, o que só foi revelado quase no final da audiência. Fernanda, tentando parecer sensata, vomitou:

— A senhora acha melhor que eles passem mais tempo com o pai, né? Agora me diz como é que fica a cabeça dos meninos vendo o Sérgio morando com a Marina, madrinha do Pedro, nosso filho mais velho?

Marina, a amiga do carro quebrado que resultou no encontro do casal, enviudara havia pouco mais de dois anos. Sem filhos, devastada pelo câncer

que levou o marido antes dos cinquenta anos, buscou refúgio no lar aquecido dos amigos mais próximos.

O momento misterioso da paixão não se instala apenas uma vez na vida. Felizmente para muitos — e lamentavelmente naquela história.

Nem todos fazem as mesmas escolhas ao mesmo tempo. Projetos a dois, quando não conjugam amor e sorte, acabam. E, por maiores que sejam os apelos à racionalidade e à preservação, não se pode escolher pelo outro. Eduardo não quis resistir. Foi viver outra história com Marina.

Por mais que, pessoalmente, eu entendesse que uma paixão não devesse desestruturar duas décadas de afeto, não me colocaria como parâmetro para escolhas diferentes das minhas. Cada qual tem o direito de escolher a sua estrada e deve se responsabilizar pelas suas escolhas.

Era compreensível, embora não fosse razoável, o comportamento de Fernanda ao criar todas as dificuldades. Gastei um longo tempo para conseguir fechar o acordo. Achei que devia dizer alguma coisa que amenizasse o rancor de Fernanda. Nem sempre, no entanto, é possível aliviar as dores.

Perder um amor que se encontra no trânsito e com quem se vive duas décadas não é fácil. Há lutos que precisam ser vivenciados à exaustão, e aquele era um deles. Sem as crianças no cortejo, certamente.

Todas as histórias, enfim, podem ser contadas de muitas maneiras, especialmente as de amor.

Depois que eles deixaram a sala de audiências, fiquei imaginando se aquela cadeia causal que levou Eduardo aos braços de Fernanda não teria sido desenhada para que, depois de tantos anos, Marina encontrasse um novo parceiro.

São mesmo insondáveis os mistérios dos encontros. A vida é o que acontece, e não uma sucessão de hipóteses.

.....

vai
passar

— Olha nos meus olhos, Momozinho. Só converso com você se você olhar dentro dos meus olhos. Me explica o que você quer...

A aparente doce súplica de Heitor foi interrompida pelo grito seco de Lisa:

— Não me chama assim! Chega!

Heitor avançou sobre a mesa para segurar o braço da mulher. Foi contido pelo seu advogado.

Implorando minha intervenção, com os lábios trêmulos e os olhos marejados, a moça falou, quase soluçando:

— Eu não sou obrigada a olhar pra ele. Não quero mais. Se ele não quiser pagar a pensão das crianças, eu não me importo. Quero sair logo daqui, por favor... Não aguento ouvir a voz dele me chamando assim... é patético.

Momozinho, apelido ridículo e carinhoso, como costumam ser os apelidos usados pelos casais, deixou de ser uma manifestação de intimidade e afeto e soava como provocação, quase agressão. Juntos há 19 anos, devem ter sido

milhares as vezes que “Momozinho”, sussurrado no ouvido, arrepiou a pele de Lisa e a levou para os braços de Heitor.

Que triste destino trágico o dos amantes. A condenação do fim do amor, incompatível com as promessas de eternidade que se instalam no momento da paixão, assombra quem se imagina feliz. O afastamento criado pelo tempo não pode ser ação humana. Só os deuses são capazes de provocar tremores e manipulações tão drásticas e profundas.

Enquanto o buraco cravado no meio da mesa de audiências, como uma erosão, engolia qualquer possibilidade de diálogo e arrasava a terra outrora fértil de desejos e de projetos, eu maldizia as divindades perversas e caprichosas.

Provavelmente, os mesmos deuses desencadearam a guerra de Troia e a carnificina que durou dez anos. A eles não interessava o triângulo amoroso de Páris, Helena e Menelau, mas sim os caprichos de Afrodite, Hera e Atena, imortais inseguras e mimadas que recorreram à arbitragem para um inusitado concurso de beleza.

Ou aqueles outros, que brincavam com os ventos e impediam que Ulisses reencontrasse sua Penélope, na volta para Ítaca, aprisionando os desejos e as saudades do casal por quase duas décadas.

Olhando para Heitor e Lisa, a conclusão mais racional que eu conseguia vislumbrar era uma brincadeira divina, tanto no encontro quanto no fim do casamento.

Era uma relação improvável. O início do namoro, na fazenda de um amigo durante o fim de semana. Os muitos fins de semana seguintes. A beleza indômita da professorinha, filha de um agricultor. A curiosidade provocada pelas escancaradas diferenças. O desafio de transformar a quase menina em uma companheira para toda a vida. O olhar brilhante da moça espelhado nos olhos do rapaz.

Insegura, Lisa demorou a se acostumar com a vida na cidade. Precisava de Heitor ao seu lado para se sentir amparada. Três filhos nos primeiros cinco anos de vida em comum e uma tristeza estranha que ela não conseguia explicar.

Heitor era o provedor, mas a vida do casal se reduzia à confortável casa onde viviam. Os amigos, o trabalho, as pequenas viagens eram interdidas

para ela. A desculpa de sempre eram os meninos.

Mesmo angustiada, sem conseguir traduzir em palavras o que sentia, Lisa aceitava, como dependente crônica, os afagos do marido, como se fossem demonstrações de amor e generosidade. Mas o amor claustrofóbico, sem que eles percebessem, foi sufocando a sobrevivência.

Quando os meninos começaram a crescer, foi Heitor quem sugeriu a Lisa que voltasse a estudar. Ela precisava de uma ocupação.

— Eu que mandei ela pra faculdade, doutora. Não entendo como é que viraram a cabeça dela desse jeito.

Em pouco tempo, Heitor deixou de ser o único interlocutor da mulher. A leitura e o contato com outras amigas foram, aos poucos, fortalecendo a autoestima de Lisa, que não mais ouvia em silêncio a voz do marido como se fosse a sua.

O primeiro “não” de Lisa transtornou Heitor. Ela não estava com vontade de ir para a cama com ele. Poderia ter inventado alguma desculpa, como já fizera outras vezes, mas decidiu protagonizar a sua vontade.

Em outra noite, durante o jantar, até os filhos estranharam a reação inédita da mãe, que, quando presenteada com uma viagem para o fim de semana em Buenos Aires, rejeitou o convite com uma serenidade e firmeza nunca presenciadas pela família. Ela assumira um compromisso com a nova turma e não foi consultada por Heitor. Não viajaria com ele.

Incapaz de lidar com a nova atitude da mulher, Heitor passou a reagir agressivamente.

— Ele nunca me encostou a mão, doutora. Só que o tom agressivo começou a me deixar com medo. Não consigo explicar direito, mas o jeito dele de querer mandar é violento. Agora mesmo, a senhora viu como ele fez pra me deixar sem reação.

As modulações da voz de Heitor provocavam em Lisa reações irracionais de angústia e terror. Era visível perceber as tentativas do marido de manter o controle sobre ela ao longo da audiência.

O mais difícil, no entanto, era fazer Heitor compreender que, aceitando ou não o divórcio, a separação já acontecera. Os falsos obstáculos criados para impedir a alforria da mulher eram absurdos.

Os filhos, adolescentes, não queriam morar com ele, e o pagamento da pensão não era condição para aprisionar Lisa na algema em forma de aliança.

Heitor oscilava entre a generosidade excessiva, quando se oferecia para pagar todas as despesas da casa, e o arbítrio insuportável, quando exigia que, para continuar arcando com as despesas, fosse consultado inclusive sobre os gastos no supermercado, sobre as atividades de lazer e sobre a vida amorosa de Lisa.

— Era só o que me faltava: ter que botar comida dentro de casa pra ela ficar se esfregando com outra pessoa na minha cama. Só pode ser a piranha que tá deixando ela cega assim!

Toda separação é extremamente triste. O que dói são as partes que faltam, que se perdem, que constituem a memória mais doce de um tempo que não existe mais.

Heitor e Lisa não eram mais os mesmos. A ação do tempo alterara profundamente o casal.

Lisa encontrou na faculdade outros ouvidos, que entendiam perfeitamente as suas tristezas e expectativas, e que devolviam, de forma racional e ordenada, a orientação e o discurso para fortalecer o seu desejo.

Há quase dois anos, ela decidira pela separação. A resistência agressiva de Heitor adiou a decisão. Socos na mesa, gritos, portas batendo. Foi preciso algum tempo para que ela conseguisse enfrentar o medo e chegar ao tribunal. Agora não tinha volta, não tinha “Momozinho”, não tinha mais nada, exceto a vontade de resolver rapidamente as cláusulas do divórcio e sair logo dali.

Heitor, no entanto, estava completamente perdido. Não era dificuldade para entender que o casamento acabou, mas incompreensão das mudanças acontecidas ao longo dos anos e de como chegaram até ali.

Para ele, acostumado com o domínio e o exercício da autoridade, o erro foi ela ter mudado as regras do relacionamento. Sempre foi do mesmo jeito e sempre funcionou. Diante do desespero de Heitor, o que se percebia era que ele acreditava, de verdade, que precisava cuidar de Lisa e evitar que ela se machucasse com a decisão tomada.

Ele, generoso, estava disposto a perdoar as peculiaridades da mulher e até mesmo perdoar a humilhação que sofreu pelo namoro, agora público, de Lisa com Laura, sua amiga de curso.

Lisa não negou a nova relação, mas não admitia que ele misturasse as coisas. A história com Laura era recente e nunca foi a causa da sua decisão.

Ao longo dos anos, ela tentou explicar as transformações que experimentava. Ele não entendia. Os desencontros não foram dolosos, mas, provavelmente, resultados das intempéries quase divinas do cotidiano.

Muitas horas de audiência, não para resolver as questões objetivas, que foram pactuadas consensualmente, mas para, em um lugar neutro e distante dos domínios e das submissões, ambos poderem ouvir as próprias vozes e compreenderem que amor não é conveniência, obediência ou servidão. Viver juntos não dependia da vontade de um só.

Deixaram a sala tristes, desamparados.

Eu pensava nas artimanhas dos deuses e nos heróis românticos que diariamente compartilhavam a tragédia do fim diante dos meus olhos. De alguma forma, passa. Passou para Helena, passou para Penélope. Ia passar para Heitor e para Lisa.

.....

não existe sonho errado

Alguns mitos repetidos nos amores, nas separações e nos conflitos familiares costumam servir de parâmetro para os que experimentam, pela primeira vez, as dores naturais do desgaste causado pela ação do tempo nas paixões. É de Tólstói a afirmação de que as famílias felizes se parecem e as infelizes são infelizes cada qual à sua maneira.

Uma frase impactante, embora eu duvide da sua comprovação científica. Acredito que, tanto na felicidade quanto na infelicidade, cada história é única, cada dor é individualizada, e as soluções não deveriam servir de parâmetro moral para quem quer que seja. Talvez seja esse o nosso maior patrimônio: a possibilidade de sermos únicos, mesmo quando tratados como estatísticas.

Nada pior para agravar a própria dor do que as receitas de sucesso dos outros, repetidas como mantras. Por melhores que sejam as intenções, a insistência em seguir modelos acaba por agravar as feridas que precisam de tempo para cicatrizar.

Essas reflexões, felizmente, foram tomando corpo enquanto eu lia o processo da audiência seguinte. Toda história tem muitos lados.

Maíra estava separada havia quase três anos. Ficou com a guarda dos dois filhos, e aquele era o terceiro processo que ela ajuizava depois do divórcio.

O primeiro foi para mudar uma cláusula do acordo, para que a pensão fosse recebida no dia 10, e não no dia 20, como pactuou com o ex-marido. Ele concordou, e o processo acabou imediatamente.

Dez meses depois, o pedido era para que ele pagasse a natação de Nina. No acordo anterior, apenas Gabriel foi contemplado com a atividade extracurricular. Nina ainda não frequentava a escola. Citado para responder, Arthur também não se opôs e, mais uma vez, o processo seguiu para o arquivo.

Dessa vez, o pedido novamente parecia singelo e desnecessário. Maíra queria que Arthur cumprisse rigorosamente o acordo de visitação dos filhos. Ela afirmava que o ex-marido atrasava na hora de devolver as crianças e que, por diversas vezes, buscou os filhos no colégio quando a obrigação era buscar na casa dela.

A resposta veio carregada nas tintas. Irritado, Arthur não suportava mais tanto litígio. Sem falar nos honorários que precisava desembolsar para cada surto de Maíra. Se ela podia contar com a prima para advogar de graça, o mesmo não se aplicava a ele.

Enquanto o casal se acomodava na sala de audiências do gabinete ao lado, eu lia todo o processo e me preparava para começar o ato, advertindo a mulher, com dureza, pela falta de bom senso na condução da sua vida. Não deve ter sido um acaso a separação do casal. Quem conseguiria viver com alguém tão desprovido de sensatez?

O encontro ao vivo com os dois, no entanto, desconstruiu todos os meus conceitos anteriores.

De fato, a advogada de Maíra era uma menina recém-formada. Ajuizar ações desnecessárias era um treino eficiente para o exercício da profissão. O texto era bem-escrito, bem-fundamentado. Tecnicamente, o caminho era correto.

Lamentavelmente, não era na faculdade que a jovem colega aprenderia a lidar com os conflitos e problemas que não cabiam nas técnicas processuais.

Nenhuma sentença interromperia o ciclo das demandas insensatas, sem que se identificasse o real motivo de tantos processos banais e desnecessários.

Um casamento de 12 anos chegara ao fim. Maíra, depois do nascimento da segunda filha, retomou a pós-graduação em pedagogia. Sufocada pelo cotidiano de cama, mesa, banho e filhos, concluiu que só com independência e determinação se transformaria na mulher que sonhara ser. Não avaliou se a crise era pontual, causada pelo cansaço das noites insones. Mal-humorada, atribuía a Arthur todos os males da sua vida. Pediu o divórcio.

Arthur não queria a separação. Fez infinitas propostas para tranquilizar a mulher. Ajudaria mais em casa e com as crianças. Contratariam mais uma babá. Iriam se mudar para um apartamento menor. Nada, no entanto, demoveu Maíra. A certeza de que sua felicidade só viria com a libertação parecia real.

Arthur sofreu. Voltou para a casa dos pais e só teve coragem de buscar suas roupas e seus livros quase três meses depois.

— Eu olhava para a minha casa, doutora, os meninos dormindo, tudo arrumado, e não conseguia acreditar que depois de 12 anos o que sobrou para mim cabia em cinco malas.

Um ano e meio mais tarde, ele encontrou outra pessoa. Foi o que bastou para receber a primeira citação.

A partir daí, Maíra quase todos os dias tinha algo importante para falar com o ex-marido sobre as crianças, a visita, a pensão. Ele parou de atender. A lembrança recente da dor e a possibilidade de um novo relacionamento amoroso transformaram em irritação a insistência da ex-mulher.

Não são simples os caminhos da vida. Especialmente quando os filhos nascem e criam vínculos definitivos. Se Maíra não conseguia falar com Arthur quando tinha vontade, restavam os meninos. Naquele espaço, sempre haveria uma porta aberta para o encontro.

Aparentemente racional e equilibrada, Maíra tentava me explicar os motivos do seu pedido: os meninos precisavam de disciplina e rotina. Não fosse aquele o contexto, os argumentos poderiam até parecer razoáveis.

— Mas, Maíra, qual o problema de buscar as crianças no colégio?

As desculpas eram inúmeras, mas o desejo que saltava dos seus olhos era o de uma reaproximação, no ambiente onde viveram por tantos anos. Ela

tentava, carinhosamente, seduzir Arthur com lembranças dos tempos felizes.

Assim que Máira ouviu o relato de Arthur e percebeu que não tinha mesmo retorno para a separação que provocara, encheu os olhos d'água e, como que desenhando toda a história da vida dos dois, falou baixinho:

— Não tem bola de cristal. Não dá pra saber se a escolha da gente é certa. Acho que eu sonhei o sonho errado.

O processo caminhou para um acordo: consegui fazer o casal compreender que a guarda compartilhada era a melhor forma de atender às necessidades das crianças. Consegui, também, mostrar para Máira a perversão que era usar os filhos como objeto de aproximação com o ex-companheiro. Sujeitos de afeto e não objetos de disputas, as crianças merecem respeito e cuidado.

Entendi que Máira encontrou, no espaço das audiências, a única possibilidade de, a sós com Arthur, dizer para ele sobre o seu arrependimento e sobre o seu desejo de apagar os três últimos anos e retomar o casamento. Ele poderia estar disponível e, com um beijo na boca, encerraria a audiência com a trilha sonora do casal ao fundo. Mas a vida não é cinema.

O tempo passou. Ele assimilou a perda, seguiu em frente e não estava mais disponível para aquela história. A fila andou, e o amor por Máira acabou. Rimou com dor, afinal.

Assinar o acordo era o que me restava fazer. Mas como deixar Máira sair dali imaginando que era culpada pelos desacertos da vida?

— Máira, não existe sonho errado. Sonhamos os sonhos possíveis. E nos esforçamos para acertar. Fico feliz que você tenha percebido que não há processo que resolva isso e que não pode usar seus filhos para criar expectativas vãs de reencontro.

E encerrei:

— Quando o sonho não está bom, o melhor é abrir os olhos, encarar a vida, para que outros sonhos sejam sonhados. Sonho errado é aquele que fecha os nossos olhos para os sonhos acalentados.

Maíra e Arthur deixaram a sala em silêncio. Não era o caso de uma comemoração. Tampouco de um luto permanente. A próxima família infeliz aguardava na fila dos sonhos interrompidos.

.....

era vidro e se quebrou

— Eu só queria entender quem é essa pessoa sentada aqui, na minha frente. Não acredito que você se transformou nesse lixo, Rico.

Atônita, Maria me olhou e, como que implorando ajuda, prosseguiu:

— Eu preciso entender se fui uma idiota esse tempo todo ou se um homem pode virar outra pessoa depois de velho. Não acredito que isso está acontecendo.

Pessoas maduras, racionais, bem-formadas costumam ser mais sensatas no momento de uma separação. Mais um mito despencava diante dos meus olhos.

A sensação que tive logo no início da audiência deve ter sido a mesma de Maria, quando, citada para um processo de guarda, viu naufragar seu projeto de embarcar para o Canadá, rumo a um doutorado já aprovado. Assim como ela, que desconhecia o labirinto em que se enfiara desde a separação de Rico, um homem com quem dividiu a vida e que imaginou conhecer

profundamente, eu, depois de tantos anos, tinha a pretensão de conhecer os perfis das partes em conflito. Foi assim que iniciei a audiência, certa de que um acordo seria feito em menos de dez minutos.

Mas já estávamos ali havia quase duas horas, e Rico, intransigente, não permitia que o filho de quatro anos embarcasse com a mãe para ficar um ano longe do Brasil.

— Se ela faz tanta questão de ir, doutora, eu não crio qualquer empecilho. Acho mesmo que nós todos temos direito de seguir nossos desejos. João fica comigo, qual é o problema? Aliás, é até melhor que ela vá sem o filho. Vai ter mais tempo pra pesquisar, vai poder namorar à vontade.

Pronto. Até ali, nenhuma referência a outra relação havia sido verbalizada. Era um coágulo que impedia a circulação do sangue pela veia estreita da lucidez e ameaçava com um enfarto, caso não fosse dissolvido.

Foi mais que um longa-metragem o filme a que assisti naquela tarde. Estruturado em flashback não linear, no começo, dificultava o entendimento dos encontros e desencontros daquele casal. Em tom de comédia romântica, Maria verbalizou docemente o início de tudo:

— Quando a gente encontra um amor como o meu e do Rico, desde o começo a gente sabe que é diferente de tudo que já aconteceu no mundo.

A mesa cheia do bar foi esvaziando e, sem que eles percebessem, com as mãos íntimas e apertadas, viram o dia amanhecer sem vontade de dormir, nem de ir embora. Era assunto para a vida toda. Era desejo para a vida toda. Era projeto de engolir o mundo para a vida toda.

Ele tinha saído havia pouco do primeiro e longo casamento. Aos 43 anos, estava cansado de uma noite em cada cama. Os 15 anos que o separavam de Maria era o tempo do cuidado, da certeza de que não repetiria os mesmos erros. Não acreditava em idealizações, mas o que sentiu ao lado da moça o fez imediatamente rever todas as certezas pavimentadas até então.

Maria era leve, divertida. Tão diferente das mulheres com quem convivia. E como ela o admirava! Era comovente ver os olhos de Maria brilhando com as histórias que ele contava sobre o passado, as viagens, as experiências. Era um êxtase reviver, pela primeira vez, toda a sua história pelos olhos da nova mulher da sua vida.

Maria teve muitos namorados. Nenhum, porém, mexeu com seu estômago como Rico. Ela não queria dormir. Tinha medo da maldição da abóbora. Mas não teve maldição. A noite continuou de mãos dadas, durante semanas.

— Como é que um amor que começa assim acaba aqui, doutora?

Foram dez anos de pequenas delicadezas, risadas cúmplices, surpresas tolas e inusitadas.

— Se ele não fosse tão imaturo, nem teríamos nos separado, e muito menos estaríamos vivendo esse pesadelo.

O casamento acabou muito antes do fim do amor. João tinha dois anos, e a nova rotina imposta pela chegada de um bebê em casa alterou muito pouco a gostosa vida aparentemente banal do casal. Maria parou de trabalhar por um período e aproveitava o tempo livre para as delícias da maternidade programada e desejada.

Era natural que as prioridades mudassem um pouco com a chegada de mais um hóspede permanente. Se Rico se ressentiu da falta de atenção e do sono constante da companheira, pouco reclamou, embora nas entrelinhas aquela pequena distância fosse percebida pelos dois.

Havia noites sem as mãos dadas. Havia dias sem surpresas. Havia um novo momento na relação que exigia adaptação, desejo e, mais do que tudo, sorte na comunhão de projetos. Que amor do mundo, no entanto, resistiria à revelação de um caso entre o homem amado e uma de suas melhores amigas?

— Ninguém me contou. Encontrei o Rico na minha cama, com a minha amiga. Ele achou que eu tinha ido passar o dia na minha mãe, mas voltei sem avisar. Na hora, não me dei conta, mas o cristal trincou. Eu não conseguia acreditar no que tinha acontecido...

Logo depois, ficou sabendo, por amigos, que aquele caso não fora o único. Nunca soubera de nada. Nunca se sentira enganada. Percebi que as outras histórias não teriam determinado o fim da relação, mas essa, no primeiro momento em que eles experimentavam uma distância mínima, era imperdoável. Era como se um caso fugaz não ameaçasse o amor quando este era absoluto. No entanto, era imperdoável que uma traição acontecesse em meio a uma crise, por menor que fosse. Aquilo minou a confiança e Maria não permitiu que Rico acenasse com o arrependimento e com promessas para o futuro.

A necessidade de contar, com detalhes, as ações dramáticas de toda a vida parecia ser condição para que conseguíssemos solucionar a guarda de João. Nenhum dos dois tinha pressa. Era como se, ao relembrares todo o amor que compartilharam juntos, eles resgatassem o afeto e a emoção provocados pela experiência que tiveram a alegria de vivenciar.

Mesmo a dramática experiência da traição era tratada por ambos como um incidente menor na estrada do casal. Ainda apaixonada, Maria escolheu se separar de Rico. Foi a escolha mais triste da sua vida.

A dor de acabar um casamento antes do fim do amor foi uma decisão difícil, sofrida, mas racional. Ela não conseguiu recuperar a admiração que fazia de Rico um homem único, diferente de todos, tão iguais. O homem com quem acreditou que envelheceria, ouvindo histórias novas todos os dias.

Foi difícil o convívio logo após a separação. Era duro resistir à tentação de apertar as mãos e prosseguir lado a lado. Rico continuou cuidando de Maria. Mudou-se para perto. Participava como sempre da rotina de João, que dormia ora na casa de um, ora na casa de outro.

Maria sacudiu a dor, voltou ao trabalho e, mesmo cercada pela presença confortável do ex-marido, dois anos depois se viu forte e inteira para disputar uma bolsa no exterior. Começou a desconstruir o ex-companheiro e a perceber que o que mudou não foi o comportamento infantil de Rico, mas a sua maneira de enxergar a vida. Rico era como tantos outros homens, permanentemente insatisfeito e disponível para todas as possibilidades que atravessassem o seu caminho. Não foi assim que ela imaginou alguém para envelhecer ao seu lado.

A referência feita por Rico ao namorado de Maria no início da audiência me deu a exata noção de que, se não fosse pelo novo amor, a viagem com o filho teria sido tranquila e até estimulada por ele. Embora separados há dois anos, ele continuou tendo controle total sobre os afetos de Maria e, somente ali, percebeu que o que tinha na verdade era a fantasia do controle.

Se para Maria dois anos de dor profunda cicatrizaram o amor latente, para Rico apenas agora começava o processo de separação. A história dos dois não combinava mesmo com uma disputa por guarda de um filho querido, amado e desejado por ambos.

Era uma oportunidade única a bolsa de estudos. Seria mais simples se eles conseguissem, consensualmente, resolver como seria minimizada a distância

do filho durante um ano. Era triste que o grande amor da vida dos dois não tenha resistido às inconstâncias e imaturidades que levaram Rico a outras escolhas. Era duro perceber o quanto a idealização de um único e total amor pode comprometer a felicidade de um raro encontro de almas.

Cultural ou não, racional ou não, o fato é que nem Rico resistiu às aventuras eventuais e transitórias nem Maria considerou as puladas de cerca episódios rasteiros, incapazes de sacudir a estrutura de um amor tão lindo.

Se o cristal trincou há dois anos, decidi que não deixaria estilhaçar e ferir duas pessoas que generosamente compartilharam comigo a intensidade e a intimidade reservada para poucos e raros que conjugam o encontro com a sorte.

Agradei a possibilidade de, com eles, assistir a uma história de amor e cuidado.

— Maria, o Rico não se transformou em outro homem. Cada um experimenta o fim do amor em um momento diferente. Você sabe o quanto dói, mas também sabe que passa. Passou para você e vai passar para ele.

Não permiti que Rico amesquinhasse o que sentia e se transformasse no que não era. Ele concordou com a viagem. Ela pagaria as passagens para que João passasse as férias com o pai. Na volta, tudo continuaria como sempre foi.

A vida era mesmo uma ciranda. Com voltas inteiras e meias-voltas, às vezes com muito amor, às vezes com pouco, muitas vezes com o anel de vidro quebrando, e se possível sem estilhaços desnecessários.

.....

prazo de validade

Não deveria demorar tanto tempo. Dezesete anos depois, não era razoável que qualquer ferida ainda não tivesse cicatrizado. Não existe dor para sempre. Eu me lembrava do depoimento de uma amiga que perdera um filho, a maior perda que alguém pode experimentar. Dizia ela que, no primeiro momento, a sensação é a de um buraco sem fundo. Escuro. Oco. Silencioso. Depois, o desejo de morte é quase incontrolável.

Mas a gente não morre. Nem se mata.

Acontece que a vida segue. O buraco não fecha. Você acorda. Os outros filhos exigem que você se levante. Um dia, a saudade inunda o buraco sem fundo, e a vida está ali. Sem graça, mas sem dor aguda.

A audiência começara um tom acima do habitual. Antes mesmo que eu me sentasse para iniciar o ato, Angélica, uma mulher de aproximadamente sessenta anos, solicitou:

— A senhora pode pedir para aquela moça sair, doutora?

As audiências aconteciam em segredo de justiça. Público apenas com a concordância dos interessados. Não entendi o pedido. A moça a que Angélica se referia parecia ser a filha do casal.

Era um direito das partes que o ato transcorresse sem plateia. Solicitei que a moça saísse para, então, prosseguir.

Angélica e César estavam separados havia 17 anos. Desde o divórcio, ela recebia uma pensão alimentícia bastante razoável. Enquanto o filho do casal era menor e vivia com a mãe, ele nunca discutiu. Mas agora o menino já se formara em jornalismo e morava com a namorada.

A fusão da empresa na qual César trabalhava como diretor o deixou no ostracismo. Aos 69 anos, não conseguia manter o mesmo padrão de vida. Ele se recuperava de um câncer de próstata e ainda se submetia a sessões de quimioterapia.

Angélica não foi o primeiro casamento de César. Na verdade, conheceram-se na universidade. Era aluna da mulher de César, que ali lecionava. Uma carona com o casal depois da aula. Telefonemas insistentes. Assédio permanente e uma paixão inexplicável.

César separa-se da mulher. Sem filhos, aos 41 anos, se muda para a casa de Angélica. Aos 25 anos, ela jamais imaginara um amor que lhe garantisse tanta segurança e afeto.

Viveram juntos por dez anos. Ela abandonou a faculdade para acompanhá-lo nos compromissos e nas viagens da empresa. Conta conjunta, necessidades supridas sem controle ou questionamentos. Para ele, era um orgulho ostentar, como um troféu, uma mulher jovem, dedicada, apaixonada e disponível.

Na gravidez de Angélica, a súbita morte de seu pai interrompe o cenário de alegria. Ainda se recuperava da perda da mãe havia poucos anos. Herdou Silvana, irmã caçula, seis anos mais jovem, que foi morar com o casal. No início, César resistiu, mas foi convencido pela mulher a aceitar a situação. Silvana não tinha condição de ficar sozinha e ainda poderia ajudar com o bebê que em breve nasceria.

A aparente tranquilidade do casal foi abalada pela chegada de uma criança e de Silvana. A casa silenciosa, em poucas semanas, transformou-se em um parque movimentado.

Enquanto Angélica organizava o espaço doméstico e se ocupava das necessidades infinitas de um filho em crescimento, Silvana e César deixavam florescer um relacionamento cúmplice e secreto. Ao menos para Angélica, já que todos os amigos haviam percebido o que estava acontecendo, e ela, como nas histórias, foi a última a saber.

Estrago feito. Rupturas definitivas. Ressentimento sem prazo para acabar e o amargo desejo de vingança que envenena mais a quem sente do que o destinatário do fel. Dele podia esperar qualquer coisa. Não havia largado a primeira mulher para se casar com ela? Mas da irmã? Acolhida e cuidada como uma filha, como teve coragem?!

A culpa fez com que ele fosse pródigo no divórcio. Coube a ela a maioria do patrimônio e uma polpuda pensão para que não se preocupasse com a sobrevivência. Como se a sobrevivência fizesse algum sentido naquele contexto.

Mesmo os momentos mais graves e definitivos da vida acabam suplantados pelo tempo, e ali estavam os dois. Dezessete anos passados, tudo parecia distante e relativo. Ao menos para ele.

Era um velho doente. O charme de outrora ficara sepultado nas clínicas e nos tratamentos que encarquilharam a pele, secaram os olhos e provocaram os sulcos em um rosto que não exibia qualquer sentimento, exceto a resignação com o fim que se aproximava. Estava mais pobre. Precisava cuidar de si e não podia mais pagar pensão à ex-mulher.

Angélica parecia ter se alimentado de ódio ao longo dos anos. Nunca mais se falaram. Nunca o perdoou. Jamais o esqueceu. O patrimônio que lhe coube no divórcio foi devidamente administrado e multiplicado. Sua condição financeira era infinitamente superior à de César. Ainda assim, não concordava em ceder nem um vintém.

Não era um favor. Era obrigação. Ela sempre foi uma mulher justa e correta. Mesmo experimentando a dor de ser trocada pela irmã mais nova, não interferiu na escolha dos dois. Nunca os procurou. Nem quando precisou de uma intervenção cirúrgica de urgência e estava sozinha na cidade. Era digna.

Bastava que ela concordasse com a exoneração da pensão para que o processo terminasse ali.

Expliquei que a decisão seria objetiva. Tentei fazê-la entender que depois de 17 anos tudo passa. As dores, os prazeres, os arrependimentos. Até os grandes amores. Mas ela não aceitava qualquer acordo.

Percebi que ela ainda o amava. E esperava, depois de tantos anos, que ele, num surto de racionalidade, pedisse perdão por tê-la abandonado, implorando que ela o aceitasse de volta.

Nesse momento, ela diria que não. Vomitaria tudo o que ficou atravessado na garganta e o deixaria arrasado, chorando sozinho na sala de audiência. Tentei:

— Angélica, a vida não acontece como se deseja ou como se programa. Não é possível que fantasmas nascidos há 17 anos continuem assombrando a sua vida e impedindo que você tome as rédeas do seu destino. Ele não está arrependido e nem vai implorar o seu perdão.

Insisti:

— Não é possível que você escolha continuar vivendo uma história que acabou há muitos anos e que a impede de retomar a vida do jeito que você merece.

Conseguí fazê-la perceber o quanto ela tinha sido forte na condução material da sua vida e o quanto era importante seguir sem as muletas da trágica conformação familiar.

Achei curioso seu foco ser apenas César. Silvana se transformou em uma estranha de quem ela nada esperava. Sempre achei que o vínculo fraterno era mais profundo que o conjugal. Aprendi que são as expectativas, e não os vínculos, que definem a importância dos outros na nossa vida. De quem não se espera nada não vem nada mesmo.

Ele não se arrependeu. Não pediu perdão. Olhou para ela como quem olha para o horizonte. Parece que o vazio do olhar definiu a opção de Angélica. Há encontros marcados com data de validade para acontecer. Passado o prazo, nada faz muito sentido.

Ela concordou em deixar de receber pensão. Não faria falta. Provavelmente não voltariam a se encontrar. Sem se darem conta, transformaram-se em estranhos.

.....

todo dia,
não!

Um casal, gasto pelo tempo e pela vida, espera em silêncio a audiência para o fim de um casamento que durou 43 anos.

O juiz tenta amenizar o clima ruim e, imaginando que uma reconciliação não só é possível, como provável, sugere que eles retomem a união.

O homem aceita imediatamente.

— Isso é bobagem dela. Por mim, eu nem tinha ido na Defensoria.

A senhora franze o rosto. Séria, quase mal-humorada, não concorda.

Pensando se tratar de birra por parte dela, resultado da idade avançada, o juiz insiste:

— Mas, dona Zinha, vocês formam um casal tão bacana. Quase cinquenta anos juntos. Casamento não deve acabar assim. Não quer mesmo tentar? Observa o olhar dele de apaixonado.

Um seco “não” e um olhar mais sério fulmina o magistrado.

Ainda não vencido, o juiz dá a cartada final, em um tom jocoso, tentando driblar o que imaginara ser teimosia da senhorinha.

— Só separo vocês se a senhora me der um bom motivo. Pode falar. Quer separar por quê?!

Olhando para o chão, bem baixinho, emendou as palavras para não ser interrompida antes do fim da frase e disparou:

— Eu-quero-me-separar-porque-ele-quer-comer-o-meu-cu-todo-dia.

Sem saber como reagir nem para onde olhar, e não conseguindo imaginar uma conciliação possível, com uma proposta para alguns dias da semana ou do mês, ele sentenciou o processo e divorciou o casal.

A inusitada situação relatada por um colega traduz a distância entre o olhar que costumamos ter na condução das audiências e os desejos e inquietações dos que procuram a justiça para resolver os seus problemas.

.....

viver é escolher o que esquecer

A nova e dura rotina imposta pela remoção voluntária para uma Vara de Sucessões e Interdições, depois de quase duas décadas decidindo conflitos do fim do amor, impõe o exercício diário de blindagem ou de fortalecimento da musculatura emotiva. Não é fácil encarar a morte, a velhice e os problemas que parecem eternos e sem solução possível, especialmente quando as memórias recentes costumam ter vinte ou mais anos.

Se a ansiedade dos parceiros, na Vara de Família, era reencontrar uma justiça que restabelecesse o afeto esgarçado, que tipo de expectativas teriam os herdeiros, disputando, durante décadas, um patrimônio para o qual eles em nada contribuíram para amearhar?

Que a vida não era justa, já havia assimilado. Agora, constatava que a morte tampouco é, embora encerre um princípio de igualdade universal: ricos, pobres, negros, brancos, cristãos, judeus ou muçulmanos, para todos, um dia o fim chega.

Mas, ainda assim, o destino inexorável é incapaz de eliminar a irracionalidade das disputas por bens e afetos.

Quantas guerras mesquinhas, quantas tentativas de igualar, em vão, os afetos, quanto ciúme e quanta distância entre a palavra “fraternidade” e a relação que sobrou para muitos irmãos. Toda a tranquilidade e a disponibilidade que cultivei para ouvir as histórias dos amantes, dos filhos, da insensatez passional são insuficientes para lidar com a incompreensão diante de pessoas que escolhem viver do ódio, do ressentimento e da inveja.

É inevitável especular sobre os desejos dos que partiram sem deixar testamento. Seguramente, se lhes fosse permitido enxergar a vida depois da própria morte, teriam usufruído, com saúde e alegria, dos seus bens materiais de maneira mais abundante, legando menos para que os seus sucessores vivessem melhor.

Ainda assim, as soluções objetivas podem ser encontradas de maneira mais rápida, e até o uso de mediação tem se mostrado um novo caminho possível.

Quase insuportáveis, no entanto, têm sido as interdições. O aumento significativo de tais processos, especialmente os motivados pelas doenças do envelhecimento, impressiona e assusta.

Em um único dia, foram cinco audiências. Todos portadores de Alzheimer, alguns com a compreensão totalmente prejudicada, outros, com os movimentos. Foi especialmente triste observar um deles, pela dramática combinação entre a compreensão preservada e a impossibilidade de responder, devido à perda da fala.

Escolher uma profissão para poder decidir e ter que experimentar a paralisia causada pelo esquecimento é duríssimo. Uma sentença para declarar a incapacidade é do que as famílias precisam quando procuram o tribunal.

A angústia diante do quadro irreversível e o injusto destino motivam a paciência e ampliam o tempo para escutar, especialmente os familiares que acompanham os idosos e os doentes mentais nas audiências.

Percebi, compartilhando as histórias das muitas pessoas que ali transitam e encaminhando parentes para grupos de apoio a pacientes com Alzheimer, que a respiração — a minha e a deles — tende a melhorar.

Mesmo diante da impactante realidade, são muitas as ocasiões em que o amor se sobrepõe às dores e aos problemas. É comovente observar o ciclo do filho e da filha, numa metamorfose improvável, abrindo as asas acolhedoras e se transformando no pai e na mãe dos próprios pais.

Dr. Djalma, de terno, caminhando com facilidade, entrou para a última audiência e fez questão de beijar minha mão antes de se sentar. Apressou-se em esclarecer que era um homem de 86 anos e assim foi educado para tratar as mulheres.

Viúvo há pouco mais de oito anos, vivia na mesma rua que o filho caçula, Evandro.

— O triste de envelhecer é que a gente vai perdendo todo mundo pela vida, Excelência — disse, logo no início da audiência.

Respondia, assim, à minha pergunta sobre a existência de outros filhos. Perdera seu primogênito dois anos antes da esposa. Ela não aguentou enterrar o filho e, segundo ele, apressou-se para o encontro.

Djalma trabalhou durante toda a vida. Foi professor e pesquisador de matemática. Mesmo depois da aposentadoria, continuou escrevendo, orientando e publicando artigos.

Na audiência, Evandro pedia a interdição do pai, e era necessário formular algumas perguntas para perceber se ele apresentava sinais de doença, senilidade ou esquecimento que comprometessem sua capacidade para os atos da vida civil.

Lúcido, orientado, com uma memória remota invejável, Djalma entendia tudo o que acontecia. Esclareci os motivos do processo, deixando claro que ele poderia contestar o pedido, se desejasse.

Meio constrangido, Evandro esclareceu que entrou com o processo orientado pelo geriatra do pai. O diagnóstico ainda não estava fechado, mas Djalma apresentava dificuldades, especialmente com a memória recente. Eram frequentes os sintomas de demência senil.

— Doutora, ele busca meu filho no colégio duas vezes por semana. A escola fica ao lado da casa dele. Mês passado, ele esqueceu o Pedrinho umas três vezes.

A reação veio imediata e com a autoridade que a idade traz:

— Mas, Evandro, meu filho, eu estou velho, tenho quase noventa anos. Já posso escolher o que esquecer.

Olhou pra mim e prosseguiu:

— Eu nunca esqueci um filho no colégio quando era minha obrigação. Alguém vive tanto tempo e se lembra de tudo?!

— Claro que ninguém se lembra de tudo, o senhor está coberto de razão, mas também é importante investigar as preocupações do seu filho — respondi.

Evandro estava verdadeiramente preocupado com o pai.

Infelizmente, era cada dia mais comum a vulnerabilidade dos idosos. Empréstimos consignados, aplicações indevidas, furtos e maus-tratos. A maioria das vítimas viveu muito e começava a perder a capacidade de cuidar da própria vida.

Aproveitei a lucidez momentânea de Djalma e lhe expliquei que seria bom fazer uma perícia. Evandro estava disponível para auxiliá-lo a administrar sua vida, especialmente a financeira. Talvez não fosse necessária qualquer interdição. Talvez fosse necessária uma interdição parcial. Era importante que, enquanto ele tivesse autonomia, pudesse escolher o seu representante.

Ele tinha consciência das limitações e concordava com a solução procurada pelo filho, caso o médico assim indicasse.

É verdade que começamos a morrer no momento do nascimento. Morremos um pouco todos os dias. Encarando compulsoriamente a velhice e a morte, era impossível não me inquietar com o momento em que se começa a esquecer. Somos o que lembramos ou somos o que se lembram de nós?

Sem conseguir resposta para a questão invocada pela esfinge em forma de processo — que ameaça me devorar diariamente —, preferi esquecer temporariamente a reflexão e aproveitar o resto da tarde, ouvindo Djalma falar de Bertrand Russel, uma paixão que, descobri, tínhamos em comum. Era mais simples compreender os fenômenos da matemática pura do que assimilar a vida sem memória.

.....

promessas para futuros pais

– Se quer ter vida de vagabundo, vai trabalhar! Não pago mais nada. A culpa é sua, que fica protegendo o filhinho o tempo todo. Com 23 anos, eu já sustentava minha família. Aqui a fonte secou! Quer fumar maconha e beber vodca importada?! Com meu dinheiro, não, minha querida. Acabou!

Teresa não estava na sala de audiências. Acabara de prestar depoimento como informante e foi interpelada na saída por Júlio, que esbravejava para que ela ouvisse.

Do outro lado da mesa, Caíque enfrentava o pai, que pretendia parar de pagar a pensão. Embora maior de idade, o rapaz estava na faculdade, e o benefício deveria ser mantido até os 24 anos. O pai, no entanto, soube pelo enteado que o filho não estava indo às aulas e que já fora reprovado em algumas matérias.

Caíque negava as acusações. Embora tivesse trancado a matrícula do curso de direito, um ano antes, voltara ao curso de comunicação. Estava

inseguro porque era baixista. Acreditava que podia ganhar a vida tocando com algumas bandas, como fazia nos fins de semana, e não estava muito certo da sua escolha profissional.

— Não sou igual ao Rodriguinho, pai. Você nunca me perguntou do que eu gosto e nunca se interessou pelo o que eu faço! Já falei que vou terminar a faculdade. Só não tenho como me bancar. Duvido que essa grana te faça falta. Isso só pode ser coisa da sua mulher. Você só faz o que ela manda.

Pedi calma e sugeri que Teresa permanecesse na sala. Embora o filho fosse maior de idade, o que se discutia ali era a exoneração da pensão. A maioridade formal não transformava ninguém em adulto independente e autossustentável. O rapaz não trabalhava e, portanto, precisava dos pais para sobreviver. Contei com a compreensão dos advogados para tentar, na presença de todos, avançar para uma composição possível.

Como é diferente a realidade vista de lugares distintos. Muitas das famílias que assimilavam, com facilidade, que a adolescência avançasse algumas vezes até depois dos trinta anos eram as mesmas que defendiam a redução da maioridade penal, sob a alegação de que, aos 16 anos, um jovem deveria se responsabilizar pelos seus atos criminalmente. Desde que os jovens não fossem seus filhos...

Vi, ao longo das últimas décadas, o processo galopante de infantilização a que foram submetidas as novas gerações. Paradoxalmente mais livres e democráticas, as famílias não conseguiram ser pródigas na gestação de filhos mais independentes. Quer pelas dificuldades econômicas, quer pelas facilidades do grande e acolhedor útero sempre seguro da casa dos pais, o fato é que poucos assumiam as obrigações da vida adulta. A independência e a coragem para enfrentar as dores, as perdas e os lutos naturais da vida foram sendo adiados.

Caíque tinha 14 anos quando os pais se divorciaram. A adolescência foi experimentada em meio a conflitos permanentes sobre gastos, ciúmes e incompreensões.

Não era possível culpar Teresa ou Júlio pelas inseguranças do rapaz. A sucessão de equívocos para fortalecer a autoestima do filho e para estabelecer limites e responsabilidades pode ter contribuído para que chegassem ali do jeito que chegaram.

No entanto, o que menos importava naquele momento era a exposição das fragilidades e dos enganos dos pais. Teresa tinha certeza de que o melhor era proteger o filho, impedindo que os problemas cotidianos da escola, dos porres, dos pequenos acidentes chegassem ao pai. Ela não se conformava em ver o filho permanentemente comparado a Rodriguinho, o enteado perfeito que já estagiava na empresa do ex-marido.

Júlio, por outro lado, dedicou-se a punir Teresa pelo fim do casamento. Mesmo com a nova companheira e passados tantos anos, parecia um exercício de poder prazeroso sonegar o pagamento regular da pensão ao longo dos anos. Sobrava dinheiro para entregar diretamente ao filho durante as viagens, as boates e os supérfluos. O feijão com arroz, no entanto, era provido pela mãe com dificuldades.

No jogo escolhido pelo casal, ambos tinham certeza de que estavam fazendo o melhor para o filho. Caíque descobriu, muito cedo, os ganhos que poderiam advir do pacto insano e, sem que os pais percebessem, num processo natural de sobrevivência, usufruía, material e emocionalmente, do que podia tirar de melhor, ora da mãe, ora do pai.

Não se pede autorização para crescer. O processo de amadurecimento, ao menos como eu conhecia até então, sempre foi um processo de rupturas. E Caíque nunca precisou passar por isso. Quando brigava com a mãe, era acolhido pelo pai, e vice-versa. Respeitar por compreensão é muito diferente da submissão imposta pela insegurança. Desafiar regras parecia uma experiência negada ao rapaz.

Como tantos meninos da sua idade, as liberdades individuais deixaram de ser conquistadas para serem concedidas. Era como se mamãe e papai autorizassem os filhos a viverem intensamente a sexualidade e experimentarem todos os prazeres. Não era mais necessário lutar para transgredir e para crescer.

“Existe alguma prisão maior do que a transgressão autorizada?”, pensava eu enquanto ouvia as certezas de cada um dos integrantes daquela família.

Não era meu papel julgar os comportamentos dos pais, mesmo porque eu compreendia que, fazendo tudo certo ou tudo errado, nem sempre o resultado dependia da vontade deles, e, equivocados ou não, cada um acreditava que o que fazia era mesmo o melhor para o filho.

Impus a Caíque algumas responsabilidades para acolher um acordo. A pensão seria mantida até o final do curso, desde que ele não fosse reprovado em nenhuma matéria e comprovasse a frequência às aulas. O compromisso dele era concluir o curso, e, ainda que depois mudasse de ideia, ele era jovem e teria condição de procurar outra atividade profissional.

A mãe ainda tentou interceder:

— Mas e se ele não gostar do curso, não pode mudar?

Respondi diretamente ao rapaz:

— Você pode fazer o que tiver vontade na sua vida. Só não pode esperar que os seus desejos sejam pagos pelo seu pai ou pela sua mãe. Isso vai depender da vontade deles.

Sugeri que ele procurasse uma terapia, e Júlio concordou em pagar o tratamento.

Percebi que Caíque se sentiu seguro quando confrontado com as restrições do acordo. Era como se ele precisasse de limites para respeitar.

Eu já era mãe de adolescentes e sabia das dificuldades na representação do papel de autoridade. Homologuei o acordo e desejei sorte para os três. O inexorável tempo se encarregaria de resolver o processo de amadurecimento.

Lembrei que as promessas feitas pelos noivos, no casamento, ainda que formais, ritualizam o desejo de amor, respeito e fidelidade. Imaginei que, para ter filhos, algumas promessas também deveriam ser feitas como forma de evitar que o projeto da maternidade e da paternidade fosse dissociado da responsabilidade de auxiliar um ser humano a crescer. Tive vontade de distribuir algumas sugestões para os futuros pais:

Está disponível para perder algumas noites de sono, sem possibilidade de terceirizar para ninguém o cansaço do dia seguinte, e compreende que a vida que pretende trazer ao mundo será um vínculo definitivo até que a morte os separe?

Está disposto a ensinar as coisas mais básicas da vida, como ir ao banheiro, falar, comer, sem imaginar que a evolução é um processo natural e que independe de você? Ensinará a dar laços, ver as horas, se posicionar e ter opinião?

Garantirá a seu filho acesso à educação, aos direitos, à vida em grupo e não se aborrecerá quando ele começar a ameaçá-lo com reflexões que

coloquem em xeque as suas certezas?

Respeitará a individualidade e as escolhas que ele fizer, mesmo se forem muito distantes daquelas que você idealizou, e não o poupará da realidade, orientando-o a buscar ferramentas para se adaptar a um mundo em permanente transformação?

Tecerá a rede do cuidado e do acolhimento e conversará com alegria sobre as coisas do cotidiano, impondo limites que o farão compreender que a vida em grupo precisa de respeito?

Controlará sua ansiedade quando ele começar a voar, sem contaminá-lo com seu medo e sua impotência para protegê-lo dos danos inevitáveis e será generoso quando as escolhas dele forem diferentes das suas?

Entenderá que o futuro não depende exclusivamente da vontade dos pais em acertar?

É óbvio que erros e enganos aconteceriam, mesmo diante de tantas promessas. Mas a lembrança de que o respeito, o cuidado e o afeto são compromissos definitivos ajudaria a evitar que um conflito simples como aquele chegasse a um tribunal.

.....

memória entre aspas

O domingo amanheceu azul. Ansiosa, a mocinha de sete anos pulou da cama com o coração na boca. Como se comportaria para fingir que não tinha medo quando o avião levantasse voo? A primeira experiência de contar os carneirinhos nas nuvens, olhando pela janela, a excitava. Especialmente porque passaria a semana toda com o pai, em um hotel cheio de piscinas e brinquedos.

Foram meses escutando as maravilhas que a esperavam, e, embora a garganta apertasse pelo tempo que ficaria longe da mãe e da irmãzinha recém-nascida, sentia-se crescida e pronta para cuidar da mala e lavar o biquíni depois do sol.

Algumas amigas, também com os pais separados, já haviam passado férias sozinhas. Há dois anos aguardava a promessa e finalmente chegara o dia.

A casa toda dormia, exceto Cláudia, que, sozinha no sofá da sala, folheava os álbuns com fotografias. Tatiana chegou devagar e a tempo de perceber os soluços da mãe, que nem sequer tentou disfarçar.

— Vai ser bom você ficar longe da mamãe por uns dias, querida. Mas, olha, se você preferir, não é obrigada a ir. Você só faz o que tiver com vontade.

Tati queria entender a razão do choro da mãe, mas percebeu, sem conseguir definir com um nome, a insegurança e a dor que causava a viagem iminente.

Cláudia continuou:

— Se aquelazinha deixar você largada e só cuidar da filha dela, me telefona e eu mando buscar você na hora!

As lágrimas desciam mais espessas. Vendo a mãe chorar, Tati não suportou e também desabou em um choro compulsivo. Abraçou apertado o pescoço de Cláudia e não conseguiu falar nada.

Cláudia decidiu que a filha estava insegura, tensa. Não seria obrigada à triste experiência de abandono, mesmo temporário. Ligou para Zeca. Avisou que Tati não viajaria mais.

Óbvio que o pai não concordou. Especialmente porque era um programa planejado há muitos anos. Todas as semanas, havia alguma desculpa para interromper a visita sem os pernoites combinados.

Ele não se importava, porque decidira respeitar o tempo da filha para os novos arranjos familiares. Mas assim já era demais! “Às quatro, na portaria do prédio”, cortou seco a conversa. E bateu o telefone sem se despedir.

O roteiro seguiu um curso conhecido. Cláudia chamou um advogado combativo e guerreiro. Conseguiu uma liminar no plantão. O fim das férias antes da decolagem.

Não foi difícil que a decisão saísse sem que o pai fosse ouvido. Na petição apresentada, o pai era um negligente habitual nos cuidados da menina. Não era razoável impor a uma criança, contra a sua vontade, uma semana distante da mãe. A menina tinha direito de se sentir segura e acolhida. Desde o início do novo namoro de Zeca, Tati vinha demonstrando agitação. O sono era interrompido por pesadelos frequentes, e, depois de uma conversa muito cuidadosa, a filha revelou que era obrigada a dormir no mesmo quarto que o pai e que via o casal nu, circulando pela casa. Até um pequeno laudo, assinado pela psicóloga da menina e desaconselhando o passeio, veio aos autos.

A mãe, separada há dois anos, sempre fora uma mulher compreensiva e sempre respeitou o convívio necessário da filha com o pai. No entanto, que mãe

concordaria em deixar a própria filha experimentar tamanho constrangimento? Se ele queria ser feliz no seu novo relacionamento, precisava, antes de mais nada, respeitar os limites da criança.

Arrasado, Zeca embarcou sem a filha para uma semana na praia com a namorada e a enteada, da mesma idade de Tati.

Assim que chegou, seguiu direto do aeroporto para a casa da ex. Tentou ver a menina. Foi impedido por Cláudia.

— Agora, só falo com você na justiça! Ela não quer ver você.

O processo foi distribuído para mim na segunda-feira seguinte ao fatídico domingo: uma ação de modificação das cláusulas da visita para impedir que a filha pernoitasse com o pai. A liminar já havia sido concedida, suspendendo a semana das férias. Eu não podia voltar no tempo e, como nos filmes de ficção, rebobinar a vida para minutos antes do embarque. Não podia, também, determinar o prosseguimento do processo e agravar o conflito com um afastamento que poderia ser eternizado se não fosse revisto imediatamente.

Marquei uma audiência especial para o dia seguinte à chegada de Zeca. O oficial de justiça o esperava, antes mesmo que ele abrisse as malas. Determinei, também, que a menina estivesse presente na audiência.

Evito, sempre que possível, levar crianças ao inóspito ambiente forense. No entanto, havia disputa envolvendo guarda e visitas, e era impossível decidir sem ouvir a parte mais interessada.

A tentativa de falar baixo e convidar o ex-casal à racionalidade não funcionava, especialmente porque os advogados, dos dois lados, pareciam agravar a crise, trazendo questões desenterradas do passado que pouco ou nada contribuiriam para a solução do processo.

Em vinte anos de audiências diárias, pouquíssimas foram as vezes que precisei atuar autoritariamente. Na grande maioria dos casos, o diálogo sempre foi o melhor caminho, e nunca enxerguei a função de juíza como um salvo-conduto para grosserias ou imposições sumárias. Mas, como eu não conseguia falar, levantei, fazendo barulho com a cadeira. O silêncio foi imediato.

— Vou ao gabinete por cinco minutos. Na volta, espero encontrá-los mais calmos para que eu possa presidir a audiência. Antes mesmo de escutar a

Tatiana, já consigo imaginar o sofrimento de uma criança que vive em um ambiente no qual dois adultos não conseguem conversar sem gritar.

Nem precisei sair. As desculpas e os murmúrios indicavam que, a partir dali, eu poderia conduzir o ato.

Há momentos em que um juiz deveria ter uma câmera na mão, gravando o que se fala e reproduzindo o filme na parede branca. Talvez assim os personagens conseguissem perceber a que ponto as paixões e os ódios comprometem a inteligência.

Não era um casal ignorante. Tiveram acesso à educação. A vida material era confortável. Viajavam, trabalhavam, experimentavam novos amores. Como era possível transformar a vida de um filho e toda a infância em um purgatório permanente?

Era visível que Cláudia não se conformava com a nova relação de Zeca. Era impossível compreender a reação. Foi ela quem pediu o divórcio para se casar com outro homem, com quem, aliás, acabara de ter outra filha. A insistência ao repetir que a filha tinha que conviver com “o casal pelado no meio da sala” não combinava com a sobriedade ao explicar que conhecia bem a infância e que sabia que o convívio com o pai era fundamental. Era pedagoga. Jamais prejudicaria a própria filha.

Zeca, desorientado pelo sentimento de injustiça pelo qual estava passando, parecia não ter tranquilidade e equilíbrio para não responder no mesmo tom aos absurdos argumentos da ex-mulher.

O desequilíbrio de Cláudia contaminava. Ser vítima de uma injustiça inventada tira qualquer um do eixo. Especialmente um pai que ama a filha, que com ela pretende conviver, que acaba de abortar o sonho de uma semana de férias com a menina e que ainda precisa contratar um advogado para provar que não é um maníaco sexual ou um exibicionista.

Pedi que Tatiana entrasse e, sem a presença dos pais, sentei-me ao seu lado. Mostrei para a menina falante e curiosa como era a sala do juiz.

Antes que eu perguntasse qualquer coisa, ela engatou a primeira e, até o ponto final, falou sem vírgulas e sem travessões um texto que, seguramente, veio entre aspas. Tudo decorado:

— Amo o meu pai, mas não quero dormir na casa dele.

Depois de algum tempo de conversa, propostas e desconstruções, ficou claro que o medo da menina era contrariar a mãe, a quem também amava profundamente. Se pudesse escolher, queria mesmo era o pai e a mãe morando juntos com ela.

Aceitou, no entanto, a proposta que eu fiz. Prometi a Tati que seus pais, junto comigo, escolheríamos uma maneira melhor para que ela pudesse ficar na casa dos dois, sem deixar ninguém triste ou chateado.

Foi um processo longo. Encontros com mediadores, entrevistas com psicólogos. O tempo todo, tive o cuidado de ampliar o convívio da menina com o pai. Não era o caso de julgar rapidamente o processo e não resolver o conflito que remanesceria.

Durante mais de um ano, realizamos algumas audiências, e, já no final do oitavo mês, as tensões diminuíram, os ressentimentos acalmaram e os ódios, se existentes, foram domados. A guarda foi compartilhada no final do processo.

Conflitos assim não costumam ter finais felizes. Muitas vezes, é na própria justiça que se fulmina o vínculo com o pai para sempre. Intervenção e serenidade parecem ser bons conselheiros.

.....

sagrada família

— O que a senhora decidir, eu acato. Não tenho mais força pra nada.

Minha vontade era sumir dali e procurar alguém que solucionasse a minha angústia. O que a lei dizia ajudava em quase nada. Como decidir se um filho deveria permanecer com a mãe no Brasil ou se mudar com o pai para a Itália? Nenhum artigo do código resolvia a saudade de um oceano de distância.

Cecília e Angelo estudavam na Espanha quando se conheceram. A paixão, como quase sempre acontece, instalou-se imediatamente. Um olhar, um leve toque nas mãos, uma careta inusitada, uma frase inteligente durante um debate, o balançar gracioso dos quadris, a voz que arrepiava, enfim, são tantas as faíscas que incendeiam os desejos que seria difícil congelar o momento preciso do encontro.

Durante um ano, viver exclusivamente para a pós-graduação escolhida e para o amor intenso e curioso era mesmo uma obra de Gaudí. Parecia não

haver limites para as curvas, as surpresas, a intensidade e o infinito potencial da paixão catalã.

O casamento no Brasil foi a escolha natural, e, já no dia seguinte, partiram para a vida a dois na Itália, país de Angelo e onde Cecília pretendia lecionar. Com a mudança do cenário, os projetos e sonhos assumiram um tamanho mais concreto e pouco sinuoso. Ainda apaixonados, sem que se dessem conta, foram consolidando o amor nas coisas banais do cotidiano. Uma casa, os amigos, os três filhos.

E como quase todos os projetos de amor, minuciosamente desenhados, esse também começou a ruir pela ação previsível do fator tempo. Acreditar que a ação do tempo não esgarçará uma paixão é o ato de fé mais intenso de que um ser humano é capaz. É por essa crença que nos fazemos permeáveis aos amores mais improváveis e que experimentamos as sensações que nem mesmo a obra-prima de Gaudí é capaz de superar.

Depois de 12 anos, Cecília, infeliz com a função de dona de casa, deixa a Itália para uma viagem de férias, com as crianças e sem o marido. Quem sabe um tempo distante recolocaria a vida em ordem?

No Brasil, de volta aos amigos e à família, constata que um mês seria insuficiente para organizar as dúvidas, ansiedades e insatisfações. Não amava mais Angelo e só teve coragem de assumir o desejo pelo divórcio quando se viu cercada do colchão de proteção do seu país.

Não voltou para a Itália como combinado, e o que teria se transformado em um sequestro interparental, com a devolução imediata das crianças para a Europa, graças à generosidade de Angelo, virou um divórcio consensual, com a guarda concedida a Cecília.

Embora profundamente triste e decepcionado com a mulher com quem imaginou passar o resto da vida, pensou que, respeitando o desejo de Cecília, poderia, em algum outro momento, retomar a vida em família. Ainda que adorasse os filhos, entendia que, perto da mãe, eles estariam melhores e não achava razoável brigar, porque, sem Cecília por perto, não tinha qualquer condição para assumir os meninos. Ele viajava com frequência, era professor convidado de muitas universidades. Não tinha empregada ou família que o ajudasse. A única exigência foi que, uma vez por ano, os filhos passassem as férias com o pai e que Cecília arcasse com os custos da viagem.

Enzo, Catarina e Sofia aprenderam, muito cedo, a administrar a saudade, a falta que sentiam do pai e se adaptaram ao novo país. Ainda um bebê, com pouco mais de um ano, Sofia sentiu muito pouco a mudança. O mesmo não aconteceu com Enzo e Catarina. Aos dez e seis anos, respectivamente, ambos experimentaram a dor dos vínculos rompidos não só com o pai, mas também com os amigos, a escola, a segurança do único lar que conheciam até então.

Nove anos depois, aguardavam no corredor a minha decisão.

Cecília nunca cumpriu sua parte do acordo. Em nove anos, os filhos apenas mantiveram contato com o pai por telefone e apenas cinco vezes estiveram juntos, quando Angelo viajou ao Brasil para encontrá-los.

Foi com surpresa que Cecília tomou conhecimento dos planos de Catarina. O contato permanente com o pai, por e-mails e telefonemas, pavimentou a vontade de se mudar para a Itália e ali cursar o ensino médio. Mesmo contrariada, a mãe estava disposta a aceitar a mudança da filha de 15 anos, sem qualquer litígio ou processo, não fosse por Sofia ter insistido em acompanhar a irmã.

Angelo e Cecília haviam me contado, em menos de uma hora, a história que tiveram o privilégio de experimentar, desde Barcelona. Quase uma década depois da separação, não percebi ressentimentos ou desejos de reconciliação. Cheguei a brincar com a possibilidade de um retorno, o que facilitaria o vaivém dos filhos. Mas era muito difícil distensionar o clima.

— O Enzo já é um homem, mora sozinho na Universidade Rural e pouco vem em casa. Eu até concordo que a Catarina tenha essa experiência, mas a Sofia não tem nem dez anos, doutora. Ela quase não conhece o pai.

Foi o único momento em que vi Angelo perder a paciência. Se a filha pouco o conhecia, seguramente não fora por culpa dele. Ele só precisava de uma decisão rápida. As férias estavam terminando na Itália, e era importante que tivesse tempo suficiente para cuidar da matrícula e da viagem.

Ouvi, então, os três filhos, sem a presença dos pais.

De fato, Enzo era um homem. Não queria se envolver, mas não via nenhum problema caso as meninas fossem para a Itália.

Catarina, madura para uma menina de 15 anos, verbalizou com clareza o desejo de conviver com o pai e de se mudar para outro país.

Sofia, no entanto, era a que mais sofria. Ela amava a mãe e não queria que ela ficasse triste. Sentia muita falta de Enzo e não imaginava a possibilidade de ficar sem a irmã.

— Eu queria mesmo era que a Catita ficasse aqui comigo. Mas, se ela for mesmo, eu prefiro ir junto.

As frases eram entrecortadas por soluços, e o choro só não transbordou porque os dentes cerrados funcionaram como um dique, impedindo a inundação.

Prometi aos três que encontraríamos uma solução boa para todo mundo.

Quando Angelo e Cecília voltaram, quase implorei para que eles construíssem a decisão. Não eram ricos e não tinham condições materiais de bancar viagens permanentes de um continente a outro.

Cecília, angustiada e chorando, disse que entendia a necessidade das filhas e a vontade de ficarem juntas. Não tinha, no entanto, forças para autorizar a viagem.

— O que a senhora decidir, eu respeito. Se elas tiverem que ir, eu sei que vou sofrer, mas vou segurar. O que eu não aguento é parecer que estou de acordo com a partida. Pode escolher, doutora.

Ficamos mais de uma hora estudando algumas possibilidades. Ao final, percebemos que seria importante para Sofia partir com a irmã, mas com a porta escancarada para voltar, se desejasse.

Chamei os três de volta para a sala, e o plano da mudança foi explicado, um consenso desenhado por pessoas que as amavam profundamente.

Como nada na vida é definitivo, também a mudança não seria. Um ano na Itália, como um intercâmbio, com a possibilidade de reavaliar a permanência ou a volta na conclusão do período letivo. Era mais leve e ampliava a sensação de segurança.

Contei para as meninas que Angelo e Cecília começaram a namorar em Barcelona e falei de uma igreja de lá, enorme, inacabada, em permanente construção. Como a vida.

Aquela decisão era apenas mais uma coluna de sustentação para quem poderia ter sido vítima de tantos conflitos, aparentemente incontornáveis,

mas que, pelo afeto, conseguiu suplantar as perdas. Era sagrada aquela família.

.....

guia da mochila para principiantes

Casamento poderia ser um desejo, uma imposição cultural herdada do romantismo, uma tendência hollywoodiana que, durante décadas, profetizou finais felizes feitos de encontros perfeitos, música e altar. Poderia ser uma necessidade jurídica que organizasse a sociedade e que, com o surgimento de outras possibilidades da vida em comum, desapareceria ou perderia a importância.

A promulgação da Lei do Divórcio foi um caminho espinhoso, e houve quem apostasse no fim da sociedade e na degradação das almas, apenas porque homens e mulheres não mais precisavam ser condenados à eternidade de um amor que chegasse ao fim. Vieram os divórcios, diminuiu a burocracia, reconheceu-se a união estável na garantia dos direitos, e, ainda assim, o número de casamentos é crescente. O que outrora foi considerado símbolo burguês de opressão contra o amor livre passou a ser encarado como direito a ser experimentado por todos, independentemente de gênero.

Cultural ou não, fantasia ou não, o rito da união e a celebração do encontro continuam sendo um desejo de muitos. Na solenidade, os noivos são lembrados dos compromissos que assumem naquele momento: respeito, fidelidade, amor, adaptação. Juramentos, por mais falsos que possam parecer, são simbólicos e produzem o efeito de nos lembrar, no futuro, dos motivos que levaram duas pessoas à publicidade do seu afeto diante da família e dos amigos.

Ouvi uma vez, de um desembargador, que no dia do casamento de um primo em uma cidade do interior, com a igreja cheia e a festa pronta, quando perguntado se prometia ser fiel todos os dias da vida, o noivo rateou. Disse que jamais mentiria para um padre e que era homem de cumprir promessas. Na dúvida, era melhor não se comprometer. A turma do deixa-disso levou o rapaz para a sacristia e, com a ajuda do padre, ajudaram-no a dizer o “sim” formal esperado por todos para o início do foguetório.

Eu pensava nas solenidades e nas promessas enquanto, há mais de uma hora, esperava um casal jovem discutir sobre os horários de visita do filho de sete anos. Como era possível que para se casar se exigissem tantos ritos e, para ser pai ou mãe, nenhuma orientação ou celebração especial?

Denise e Leonardo foram casados por pouco mais de seis anos. Eram jovens e dedicaram a vida ao trabalho, às festas, aos churrascos e aos amigos. A gravidez prematura precipitou a união, e a estamparia, no terreno da casa do sogro do rapaz, garantia a estabilidade material para a vida que escolheram.

Os avós, mesmo encantados com a chegada de um bebê, tinham sua vida e suas ocupações. Cuidar de Mateus, da casa e continuar ajudando na estamparia eram as obrigações de Denise.

Seis anos de casamento, e as brigas cada dia mais frequentes. Era natural que, ao menos uma vez por semana, ela deixasse a casa do casal e buscasse refúgio na casa dos pais. Cansada, sem poder contar com Leo para as exaustivas tarefas domésticas, a alternativa era apelar para a mãe, na tentativa de conseguir dormir a noite toda.

Se a adaptação à vida sob o mesmo teto exige uma grande generosidade e compreensão entre os amantes, com um bebê em cólicas durante quase todo o primeiro ano de vida, mais ainda. Todas as noites, chorava Mateus, chorava

Denise, e Leonardo batia a porta, saía e só voltava quando a casa, em silêncio, dormia.

Não foi uma, nem dez, mas centenas as vezes que ouvi de muitos casais que os filhos não foram programados. Muitos deles nem foram celebrados. Alguns simplesmente “aconteceram”, como se as gestações espontâneas fossem possíveis.

Fazer um filho, engravidar, gestar e parir eram as ações mais fáceis da relação definitiva que nascia com o primeiro choro. Da total falta de responsabilidade com uma nova alma às expectativas dos filhos perfeitos estampados nas revistas, nos filmes e nas redes sociais, as frustrações naturais de qualquer relacionamento eram potencializadas na medida da imaturidade dos pais para lidar com o crescimento e a educação dos rebentos.

Como era linda a pele da atriz, amamentando, logo depois do parto e sorrindo com a revelação de que “nunca experimentou uma felicidade maior”. Como era miserável a experiência de Denise, que amamentava chorando de sono e frustrada com a falta de companheirismo de Leo.

Como lidar com uma relação definitiva como a paternidade e a maternidade, quando o fim do casamento é repleto de ressentimentos, mágoas e promessas não realizadas? O jeito era responsabilizar o outro e usar a criança como catalisadora de tantas dores.

— Se ele não foi homem pra assumir o filho enquanto estava casado, por que só agora vem querer dar uma de super-herói? Ele já tem a visita combinada, que palhaçada é essa de querer o filho durante a semana?

Divorciados há dois anos, somente agora Leo, recém-casado com uma moça que tinha uma filha e estimulado pela atual companheira, resolveu intensificar o papel de pai. A reação de Denise, que deveria ser de alívio e felicidade, transbordou para o ciúme tardio, o acerto de todas as contas. Era como se ela não admitisse a hipótese de o ex-marido ter se transformado em um homem melhor, justo agora que não viviam mais juntos.

Era verdade que ele não tinha sido um pai presente até então, mas era perceptível que amadurecera e que realmente desejava assumir a experiência da paternidade de maneira mais integral, ainda que o objetivo secreto fosse agradar a atual companheira.

Depois de duas audiências, ampliando os dias da visita e tentando fazer Denise compreender a importância do pai na vida do filho, argumentei sobre o tempo livre que ela não só desejava, como merecia.

— Desde que chegou, você só reclama da falta de tempo, Denise. Se Mateus ficar mais com o pai, você terá mais descanso. Poderá sair com os amigos, namorar... Aproveita, menina! Você é muito nova e linda. A vida não acaba no primeiro casamento e maternidade não é uma prisão.

Denise estava quase concordando quando uma grave questão interceptou a assinatura do acordo:

— E a mochila? Como é que ele vai arrumar a mochila pra aula do dia seguinte?!

Nenhum fetiche era maior do que a mochila na regulamentação de visitas. Não havia audiência em que a mochila não aparecesse como o problema.

Acostumada às mochilas e aos seus significados, ensinei a Denise a metodologia de arrumação de mochila para visita paterna, cartilha que eu deveria ter escrito para distribuição com os mandados de citação em processos similares.

Um pouco contrariada, Denise aceitou o acordo. Era a melhor alternativa para Mateus.

.....

amor sem condição

— A senhora é mulher, doutora. Independente, lúcida, ponderada. Os tempos são outros! Ainda bem que agora é tudo igual, concorda?

Eu concordava. Alberto tinha razão. Felizmente vivíamos novos tempos. Ainda era nítida para mim a lembrança do desquite de uma tia nos anos 1970. Apontada na rua, discriminada na escola das filhas, vítima de violência velada e ameaça permanente, conviveu com o marido indesejado até o limite.

Ainda assim era responsabilizada pela incompetência de não ter segurado o casamento até o fim. O casamento vertical, machista. A obediência servil da prole. A dominação inquestionável. De filha à esposa, cabia à mulher a resignação silenciosa.

Felizmente os tempos são outros!

Mas, como em todas as mudanças, também essa precisava de ajustes para se consolidar verdadeiramente no cenário de igualdade e liberdade desejáveis.

À minha frente, um casal da mesma idade. Beiravam os cinquenta anos. Conheceram-se na faculdade de economia e se casaram pouco depois do fim do curso. Eram ambos do mercado financeiro. Disputados pelas corretoras, experimentaram o sucesso provocado pelos males da inflação e do descontrole econômico no país. Enriqueceram no mesmo cenário em que muitos se arruinaram.

Não era culpa de ninguém. O país suscitava o nascimento de uma geração que acreditava que trabalhar depois dos quarenta anos era uma ofensa pessoal. O objetivo era enriquecer até os 35, no máximo e, no resto da temporada, usufruir e colher os frutos. Trabalhar a vida toda era para os fracos ou para os pouco talentosos.

Nina e Alberto estavam divorciados havia quatro anos. Na ocasião acertaram que, além da pensão para a Nina, ele continuaria garantindo as despesas da filha, agora com nove anos. Mas a situação mudou. A nova mulher esperava a chegada de gêmeos. E ele queria a exoneração dos alimentos que pagava para sua ex-mulher. Não era correto, na visão dele, que continuasse sustentando a ex. Até porque ela já ficara com metade de tudo na partilha.

Quando vejo uma mulher qualificada profissionalmente, em idade produtiva, receber pensão de ex-marido, confesso que sinto um desconforto. Não consigo imaginar que tipo de vínculo pode gerar essa obrigação. Casamento não é emprego. Não lutamos tanto pela liberdade e pela igualdade? Como é possível a submissão consentida e a manutenção da dependência econômica de um homem que já não se ama e com quem não se vive?

Mas não era tão óbvio o conflito. A estratégia de me adular, no início da audiência, provocou o efeito contrário. Quis entender aquela história, e a revelação veio gradualmente na voz da mulher.

Não foi a limitação material que os impediu de enfrentar a primeira e definitiva contrariedade que encontraram. A chegada da filha arrasou a vida doméstica, aparentemente ordenada.

Guta, aos três meses, foi diagnosticada com uma doença neurológica rara e degenerativa. Não enxergava, alimentação só por sonda, não se mexia. Passado o momento do luto pela morte de todos os projetos acalentados que sepultavam ali, Alberto e Nina reagiram de maneira diametralmente oposta no enfrentamento da situação.

Enquanto Nina, insone, pesquisava alternativas, tratamentos, possibilidades, Alberto, em claro processo de negação, mergulhou no trabalho obstinado fora de casa. Veio dele a proposta para resolver o problema. Nina deixaria de trabalhar. Ele seria o provedor e ela cuidaria da filha.

— Eu nem pensei duas vezes, Excelência. Não foi um sacrifício, para mim, ficar em casa. Eu percebia, por mais que os médicos me dissessem que não, que Guta me reconhecia. Todas as vezes em que eu a segurava, ela se aninhava bem junto de mim. Mãe percebe essas coisas. Não era fantasia. Eu tinha certeza de que, com a minha presença, ela poderia se desenvolver, ainda que lentamente.

Com dinheiro, foi possível propiciar algum conforto. Enfermeiras, aparelhos para os cuidados domiciliares, adaptação da casa para a cadeira que crescia à medida que Luísa ia ficando mais velha.

Nina, ainda casada, sem pausas ou descansos, viveu cinco anos exclusivamente para atender à filha, que nada pedia, nada agradecia. Nem interagia. Ainda assim, a música era diária. As histórias eram lidas. O carinho e os toques, permanentes.

Alberto passou de provedor a visitante. Trabalhos no exterior, congressos, viagens. O casamento acabara fazendo tempo. Só faltava oficializar o fim.

Muitos casais experimentam situações-limite. Poucos conseguem fortalecer os vínculos e, de mãos dadas, enfrentar as dificuldades e restrições. Não nos preparamos para as adversidades. Especialmente para o nascimento de filhos que não preencham os requisitos de perfeição que somos acostumados a idealizar.

Pesadelos com recém-nascidos sem os dedos ou com alguma deformação costumam habitar o inconsciente de muitos casais que esperam a sua prole. Um quarto decorado, carrinho, enxoval, tudo é preparado para um bebê perfeito, lindo, saudável.

Eu olhava para os dois, discutindo a manutenção da pensão para a mulher, e só conseguia pensar na nossa incapacidade de lidar com o imponderável. Filhos crescem. Muitas vezes escolhem caminhos de que não gostaríamos. Alguns partem para o ócio e a desonestidade. No entanto, conseguimos aceitar as limitações e doenças do caráter mais facilmente do que as doenças físicas, neurológicas e mentais.

Alberto pediu o divórcio. Nina concordou. Ele enxergava a filha pragmaticamente. Não podia fazer nada, senão garantir o seu conforto. A sua presença era dispensável. A menina não tinha qualquer compreensão para entender a sua falta.

— Excelência, minha filha precisa de mim em tempo integral. Eu sempre fui independente. Trabalhei a vida toda. Estou há quase dez anos fora do mercado. Tenho quase cinquenta anos. Não tenho condição de viver sem a pensão que recebo. Se eu fosse sozinha, vendia alguns bens, abria um negócio, mas minha filha morre sem a minha presença ao lado dela.

Nina tinha razão. Não se sabia quantos anos mais Guta viveria naquelas condições. A escolha de Nina era quase um destino da maternidade. Não que eu acredite que o amor materno seja sempre incondicional e natural. Mas há respostas que só se esperam de quem é mãe.

Nina recebeu Guta e, apesar das dificuldades, optou pela afirmação da vida possível naquelas condições. Certa ou errada, era impensável, no contexto, inviabilizar a continuidade da sua presença ao lado da filha.

Propus que o valor da pensão da mulher fosse transferido para a criança. Assim, enquanto Guta vivesse, teria garantida a presença da mãe ao seu lado. Os dois concordaram. Não era justo adjetivar as formas escolhidas para lidar com a dor. Mas há um tipo de amor incondicional que só se manifesta nas mães.

Lembrei-me de uma história que ouvi da ministra Cármen Lúcia, do STF: uma mãe visitava semanalmente os dois filhos que cumpriam pena num presídio. Durante uma rebelião, um irmão matou o outro. Na semana seguinte, lá estava a mãe, com apenas uma marmita para entregar ao assassino do seu filho. Perguntada se tinha coragem de cuidar de quem tirou a vida do seu menino, ela respondeu:

— Fazer o quê? Ele é meu também.

.....

cada um que faça o seu

— Eu entendo que o senhor está bem, mas os seus netos estão preocupados. Disseram que o senhor anda diferente desde que ficou viúvo. E descobriram que o senhor está gastando muito dinheiro com uma moça. Parece que eles tentaram conversar, mas que o senhor não quer conversa.

— Tudo bobagem. Eles não sabem de nada!

— Mas parece que o senhor tem uma conta conjunta com um deles e ligaram do banco para avisar que o cheque especial havia estourado.

— Olha, doutora, a gerente é uma idiota. Eu tenho muito mais nas aplicações, e ela deveria ter ligado para mim, que sou o titular da conta.

— Por que, então, o senhor não conversa com eles, explica que sabe o que está fazendo? Sua namorada tem 28 anos, não é?

Rindo muito, ele encerrou:

— Tem 28 anos e é linda. Fui casado quase sessenta anos, trabalhei, fiz um patrimônio gigante e sustento quase toda a família. O amor da minha vida eu

já vivi, ou será que eles acham que eu amo essa mocinha ou acredito que ela me ame? Tenho 84 anos e falta pouco pra ir embora. Ela quer meu dinheiro e o que eu quero é ela. É um excelente negócio. Dinheiro tem de sobra e, se acabar, cada um que trabalhe para fazer o seu, concorda?

.....

silêncio e som

– Eu não assino acordo nenhum! Por que ele não veio, hein?!
Dá pra me dizer por que é que o covarde não aparece nunca?!

Não era eu a destinatária da ira de Lorena. Constrangido, o advogado de Luiz Roberto não sabia como lidar com a situação. Era combativo profissionalmente e, habituado aos embates naturais dos litígios, nunca se imaginou discutindo com uma adolescente de 16 anos. Especialmente naquelas circunstâncias. Amigo antigo do pai da moça, conviveu com a família toda até a separação do casal, oito anos antes. Embora não se encontrassem regularmente nos últimos tempos, nutria por ela um afeto quase paternal. Afinal, ele a vira nascer.

Beatriz, a mãe, tentava segurar a menina. Ela insistiu muito para demover a filha da obsessão de ajuizar uma ação de aumento de pensão. Aprendera a se virar sozinha. Nunca procurou o ex-marido para falar de dinheiro, nem mesmo quando soube que a condição financeira dele melhorara significativamente nos últimos anos.

Quando se divorciaram, o comércio não ia bem. Ela aceitou receber meio salário-mínimo como pensão para a filha. Imaginou que, quando as coisas melhorassem, Luiz Roberto cuidaria de acertar as contas e aumentar a oferta.

Nada disso, porém, aconteceu. Aprendera com a mãe a não medir ninguém pela própria régua, mas, ainda assim, nutria esperança de que ele, se não tinha sido um bom marido, poderia vir a ser um bom pai. Não só se enganou na avaliação, como também acompanhou a tristeza da filha com a ausência permanente. As visitas quinzenais rarearam rapidamente.

Luiz Roberto se casou com outra mulher logo depois do divórcio, e o nascimento de outra filha agravou ainda mais a distância. No início, Beatriz fantasiava histórias e justificava para a filha a ausência do pai. Aos poucos, foi cansando, e os raros telefonemas e a rara presença nos Natais e aniversários começaram a ser percebidas por Lorena. Muitas vezes, Beatriz chorou depois de fazer a filha dormir e teve impulsos de implorar ao ex-companheiro que ao menos telefonasse para a menina.

Pior do que a ausência eram as promessas e as expectativas. Uma viagem à Disney compensaria as dificuldades de estar presente na festa da escola, no Dia dos Pais, em outras datas importantes. Nem a viagem aconteceu, nem qualquer desculpa ou justificativa foi oferecida. Ainda assim, Lorena amava o pai ausente e desejava conviver com ele.

Enquanto Luiz Roberto prosperava, Lorena crescia, e suas necessidades eram supridas por Beatriz.

Alguns adolescentes em condições similares tentariam chamar atenção com desempenho péssimo no colégio ou protagonizando cenas de rebeldia. Não foi a escolha da jovem. Excelente aluna, imaginava que, fazendo tudo certo, seria reconhecida pelo pai. A tentativa era fazer com que seu bom comportamento e o esforço escolar repercutissem no pai ausente, levando-o a se orgulhar da filha e, com um abraço longo, ele pediria desculpas por todos os anos de silêncio e omissão.

Desde que começou a cantar no coral da escola, Lorena não deixou de lhe enviar um único convite para os recitais, e seus olhos ansiosos procuravam na plateia o pai que nunca aparecia.

Quando quis estudar francês, a mãe pediu que ela concluísse primeiro o curso de inglês. Não tinha dinheiro disponível para mais essa despesa. Nascia, aqui, o

espaço inventado para resgatar o pai idealizado.

O pedido era singelo. Lorena pedia a Luiz que pagasse, além da pensão a que era obrigado, a mensalidade do curso de francês.

Poderia ter pedido majoração do valor da pensão. Ele tinha condição de pagar mais do que meio salário-mínimo. Proibiu, no entanto, a mãe de incluir no processo mais essa pretensão. Temia que o pai suspeitasse que seu interesse era apenas material.

Mesmo contrariada, Beatriz acompanhou os desejos da filha. Mas, no único lugar onde seria possível um acerto de contas, o convidado principal não compareceu à festa e, no seu lugar, mandou o advogado-amigo para concordar com o pedido. O choro e o desequilíbrio da menina eram compreensíveis. Pedi uma água para ela enquanto tentava tranquilizá-la.

A ausência gratuita do pai e a aparência de abandono deliberado me fizeram sentir desprezo por alguém que eu nem conhecia.

Ninguém é bom o tempo todo. Nem mau ininterruptamente. As contradições são próprias da humanidade. Eu não conseguiria, naquele curto espaço de tempo e sem ouvir Luiz Roberto, construir qualquer história que refletisse o que foi a vida do casal, o nascimento da filha, a separação e o aparente abandono gratuito. Quem sabe quais seriam as suas razões? Seriam mesmo verdadeiros o altruísmo e a generosidade de Beatriz?

A única certeza que eu tinha era a de que Lorena não contribuiu, de forma nenhuma, para que a vida tivesse tomado aquele caminho.

Criança na separação, adolescente naquela audiência, Lorena, aos 16 anos, tinha o direito de acreditar que ser amada pelo pai e pela mãe era um comando natural. Ainda que a vida tomasse outros atalhos e que, no futuro, ela construísse a própria história, era compreensível que ela tivesse o direito de olhar nos olhos do pai e cobrar não a mensalidade do curso de francês, mas o afeto do qual ela se sentia credora.

Juridicamente, o conflito estava resolvido: ela pediu, ele aceitou e o processo acabou. Mas não era essa a questão que interessava a Lorena.

No fim de semana seguinte, pela primeira vez, ela faria o solo na apresentação do coral. O convite destinado ao pai foi levado para a audiência, onde ela imaginou que seria ouvida, ouviria e o obrigaria a comparecer ao espetáculo.

Sugeri que ela escrevesse um bilhete e usasse o advogado-amigo como mensageiro.

Fiz questão de poupá-la de expectativas vãs.

— Aparecer ou não é apenas um detalhe, Lorena. Você vai arrebentar, e, se ele tiver um pingão de sorte, estará lá para aplaudir. O importante é cantar com prazer e alegria, porque é o que você gosta de fazer. Com ou sem ele.

Ainda soluçando, ela entregou o bilhete e saiu da sala. Incumbi o advogado de convencer Luiz Roberto a assistir ao concerto. Emocionado, ele garantiu que faria o que fosse possível. A situação era mesmo mais complicada do que parecia.

A música costuma tocar diretamente na alma. Não é raro que pessoas que não tiveram qualquer iniciação musical chorem ouvindo Bach ou Vivaldi. Torci para que, com esse canal emocional aberto, fosse possível a retomada de um projeto de paternidade interrompido. A esperança era a de que os acordes ecoassem no coração de um pai despreparado para aceitar e retribuir um amor tão natural quanto o da filha.

.....

negócio de risco

— Ela quer se separar? Se vira, então! Pago os 20% da lei e mais nada!

Áspero e autoritário, Michel acabara de sentenciar o processo de divórcio ajuizado por Roberta. Além da separação, ela pedia pensão para a filha única do casal.

Todas as resistências do marido foram aceitas pela mulher. Ela aceitara a partilha injusta proposta por ele. Mesmo alertada pelo advogado quanto às suas necessidades, concordou em não receber pensão. Sempre trabalhou e, em breve, conseguiria retornar ao mercado. Em hipótese alguma, no entanto, assinaria um acordo prejudicial para a filha.

Apenas oito anos de casamento. O tempo suficiente para criar um abismo intransponível entre o casal. A irritação e a falta de paciência com que se tratavam eram a demonstração eloquente de que não havia mesmo possibilidade da vida sob o mesmo teto.

Aquela cena também revelava o que o tempo fizera com um sentimento que, em algum momento da vida, imaginei ter sido de amor e esperança. Era outra, no entanto, a história daqueles dois.

Não eram jovens quando se casaram. Estáveis, profissional e materialmente, ambos procuravam tranquilidade. O namoro foi curto, e todas as noites, na mesma casa, desde o início. Maduros, entenderam que não fazia muito sentido prolongar o relacionamento sem uma definição clara. Casar pareceu uma consequência natural das suas escolhas. O que mais poderia sustentar uma relação, além dessas afinidades cotidianas?

Michel estava separado havia dez anos, e sua ex-mulher vivia com o filho no exterior. Imaginou que tivesse encontrado alguém que pudesse ser uma companhia agradável na velhice que se anunciava.

Roberta nunca viveu com ninguém. Na iminência de completar quarenta anos, a maternidade piscava como um letreiro luminoso, alertando-a sobre o fim do tempo biológico para a experiência desejada. A maternidade era, para ela, um destino. Nem passou por sua cabeça questionar se Michel estava disposto a tal empreitada.

A maioria dos amigos já estava no segundo ou terceiro filho. Alguns, no segundo casamento. Era irracional a resistência ao projeto de vida a dois, e parecia a oportunidade perfeita para se sentir a mais completa das mulheres. Era assim que as amigas se referiam à fase da gestação.

Se esse projeto fosse racional, casar com o melhor amigo seria sempre o destino certo e definitivo. Sem receita, sem bula, sem segurança, dividir a mesma casa com outra pessoa, ter filhos, envelhecer juntos era um baú de segredos e surpresas.

Quando a primeira filha, programada e desejada apenas por ela, chegou, Roberta sentiu-se velha para a maternidade. Não conseguia continuar trabalhando com a mesma intensidade. Acabou abrindo mão da profissão. Pronta para viver o que imaginou ser a maior aventura de sua vida, ela achou que nada mais havia na sua carreira que a motivasse.

Michel não pareceu contrariado, mas o projeto de uma criança não era bem o que ele idealizou quando resolveram viver juntos. Acertaram que ele se responsabilizaria pelas contas e que ela ficaria em casa. Assim foi até o dia em que a mulher começou a dar sinais de cansaço.

As insatisfações eram cobradas reciprocamente. Também Michel não estava feliz com o arranjo do dia a dia. A companheira, até então interessante e bem-humorada, se transformara em um poço monotemático das gracinhas infantis. Nenhuma disponibilidade para as viagens, os jantares, as noites com os amigos.

Os passeios, quando aconteciam, eram combinados por ela com os demais pais do colégio. A disputa para mostrar quem era a criança mais inteligente irritava Michel.

— Podia passar pela cabeça de alguém que uma criança aprender a ler a transformava em um prodígio?

Quem quis um filho foi ela. Ele concordou para não criar um conflito logo no começo da vida a dois. Sustentar o bebê não era um desafio. Embora distante, já vivera essa experiência, e a paternidade não era uma fantasia que suscitava sua empolgação.

Roberta, ao contrário, encontrou na maternidade o que procurara a vida toda. Só não imaginou que, como em todas as experiências, também essa não preencheria todos os buracos de insatisfação, naturais da condição humana.

O tempo não inventa nada. Apenas revela o que já existe, e, no caso dos dois, não foi surpreendente a revelação do caminho sem retorno e sem saída. Dizem que a paixão nubla a racionalidade. Há os que defendem que casamento é algo muito sério para ser decidido em meio às tempestades dos desejos e às intensidades dos sonhos acalentados a dois.

Se é verdade que a utopia do amor mascara a realidade, também a racionalidade parece não ser a melhor conselheira para a decisão de viver juntos e formar uma família. Casar não é um projeto arquitetônico, detalhadamente desenhado e executado. Não é uma sinfonia com ensaios insistentes para a grande estreia.

Projeto comum ou não, nascido por desejo ou por concessão, os pais devem assumir a responsabilidade e o cuidado do sustento do filho.

Adultos maduros parecem ter mais anticorpos para a instabilidade dos amores. Mesmo as dores mais profundas passam com o tempo. A filha, no entanto, precisava da garantia da sobrevivência digna e do cuidado responsável de quem a trouxe ao mundo. Que cada qual escolha de que maneira viver, nenhum problema. Mas era correto que o prejuízo pelos acertos imponderáveis não recaísse sobre a menina.

Chegamos a um valor razoável e aceitável na audiência. Ele não ficou muito satisfeito, mas também não saiu infeliz. Durante dois anos, assumiria integralmente as despesas da filha. Após esse período, tempo necessário para Roberta retornar ao trabalho, o valor seria dividido igualmente por ambos.

Era mais fácil, para mim, compreender os rompantes dos amores desfeitos que desfilavam diariamente na minha frente do que ser generosa com dois adultos, formados em administração, que acreditavam poder planificar o afeto e projetar o nascimento de uma vida como meta de realização individual.

Casar e trazer filhos ao mundo não deveria ser um projeto pessoal de conveniência para ninguém. Filho nunca é um investimento seguro.

.....

quem disse que seria fácil?

Em algum momento da estrada, estávamos tão ocupados com o prazer proporcionado pela liberdade de ser feliz que esquecemos que felicidade é também um projeto de cuidado, de afeto, de enxergar o outro como sujeito, e não como objeto da nossa satisfação.

O uso descartável do amor e a falta de compromisso com o carinho que deve embalar delicadamente as relações podem ter qualquer nome, exceto liberdade.

Fazer o que se tem vontade, não abrir mão do prazer, desprezar quem atrapalha a própria felicidade formam um projeto hedonista naturalmente incompatível com a vida em comum, especialmente quando filhos brotam do relacionamento.

Muitas vezes, presenciei disputas absurdas pela guarda dos filhos. Algumas com finais trágicos, adoecendo a criança, e, em um caso extremo, com a morte de um adolescente durante um processo.

Nada, no entanto, se comparava ao abandono.

Perplexa, silencieei diante do pedido direto da mãe:

— Se ele não quer a guarda nem eu, a senhora faz o que tiver vontade. Ele tá fora de controle. Tenho medo do que o moleque pode fazer. Não respeita ninguém.

O moleque a que a mãe se referia esperava no corredor enquanto eu tentava fazer com que os pais compreendessem que filho não era mercadoria que poderia ser devolvida para a prateleira caso desse defeito ou quebrasse.

Chico só conheceu o pai aos sete anos, depois de uma ação de investigação de paternidade. Demorou muito para que Marlon fosse localizado para se submeter a um exame de DNA.

Marlon não trabalhava, vivia ora na casa da mãe, ora com outras mulheres. Mesmo depois de comprovada a paternidade biológica, ele ainda insistia que fora vítima do golpe da barriga. Não era apenas ignorância. Era desprezo pela vida que dependia do seu sustento e cuidado.

— Nunca quis filho nenhum, doutora! Ela que tinha que ter pensado nisso antes de engravidar. Era só o que faltava, eu ter que ficar com o tinioso agora. Ele não me respeita. Eu falo com ele, e ele finge que não escuta. Parece que o menino tá tomado, Deus me livre! Ele foge quando vai dormir lá em casa. Ela sabia que tava me aplicando um golpe pra me forçar a ficar com ela.

— Golpe nenhum, seu safado. Você sabe que foi azar mesmo. Como é que eu ia adivinhar que uma vez só ia dar nisso?! E pior é que nem foi tão bom...

Escutando aquela exibição de insensatez, fiquei imaginando que tipo de referência uma pessoa pode ter de si mesma a ponto de acreditar que foi escolhido, por mérito, para ser pai de alguém e se enxergar como vítima de um golpe da barriga. Marlon não era rico nem famoso. Nem de longe era um homem bonito ou interessante e, ainda assim, tinha coragem de expor um excesso de autoestima absolutamente dissociado da realidade.

Depois de meia hora de troca de acusações, eu ouvia, impaciente, o desfile das ações quase terroristas imputadas ao menino. Mentiroso, gazeteiro, sonso, peste, ruim, demônio, ladrãozinho, vadio, malandro foram os adjetivos insistentemente repetidos ora pela mãe, ora pelo pai, para justificar a impossibilidade de educar o menino.

Eu tentava explicar que cuidar de filho não é um problema da justiça. Um processo como aquele era impensável há mais de uma década. A horizontalidade das relações familiares, a liberdade sexual, a diminuição do preconceito, o respeito às diferenças, enfim, as novas famílias que emergiam e apontavam para um momento de democratização na vida privada e pública traziam também um descompromisso com as representações e referências simbólicas. Com dificuldade de exercer a autoridade, impor os limites naturais à educação e à vida em grupo, muitos pais começaram a terceirizar para o Estado esse papel.

Eu não interferiria em conflito íntimo, de natureza privada, a menos que a criança estivesse em situação de perigo. A tentativa inicial foi convencer a mãe e o pai de que era deles a obrigação de educar o filho. Mas ambos estavam irredutíveis.

Fátima, jogando a toalha, finalizou:

— Pra minha casa ele não volta! Ontem me ameaçou com uma faca. Eu não tenho como controlar esse menino, e isso tudo pode acabar muito mal.

Marlon, além do desamor já expressado, também manifestou sua incapacidade para enfrentar o filho que trouxera ao mundo.

Pedi a Chico que entrasse. Preparei-me para encarar um pré-adolescente crescido, um protótipo de marginal, pronto para desafiar também minha autoridade. Sabia que não seria um momento fácil. Lembrei a primeira experiência que tive, havia muitos anos, com um adolescente infrator que me encarava, socava a mesa e tentava me desestabilizar chutando o ventilador da sala e narrando sua participação em crimes de que — eu tinha certeza — jamais participara, apenas para me intimidar. Na ocasião, não reagi como ele esperava e conduzi a audiência com respeito e objetividade, comportamento suficiente para desmontar o personagem caricato criado pelo rapaz.

Mas, quando a porta abriu, não era um pré-adolescente. O menino, que devia ter no máximo dez anos, era uma criança. Franzino, sorridente, de mãos dadas com o avô; e eu tive que segurar o riso, incrédula com as ameaças narradas até ali.

Era um garoto safo, mas transparente. Era visível que ele enfrentava mesmo a mãe e o pai e os manipulava. Percebeu desde cedo que tinha poder para fazer o que tinha vontade e que nenhum limite era imposto ao seu

comportamento. Só fazia o que queria e, se o poder não aceita espaço vazio, ali estava a comprovação científica de que era verdadeira tal afirmação. Ocupou o espaço que lhe foi oferecido e, se havia alguém naquele contexto capaz de cuidar do crescimento do mocinho, esse alguém era o avô.

Veio do avô a defesa das qualidades de Chico. Ele até queria a guarda para cuidar de verdade do neto, desde que a filha e o pai do menino não atrapalhassem.

— Não posso é ficar com o moleque e dar uma ordem, eles aparecerem e desfazerem o que eu fiz. A mim ele respeita!

Estava certo o seu João. É verdade que os pais têm o dever de cuidar dos filhos. Porém, não é razoável tentar educar os pais à custa do sacrifício do filho, ainda criança, precisando de orientação.

O avô assumiu a guarda de Chico. Não encerrei a audiência sem antes esclarecer para todos quais eram as suas obrigações e responsabilidades, inclusive para o menino, que entendia tudo o que acontecia.

Naquela noite, cheguei em casa exausta, depois de um dia de muito trabalho. Os meus meninos esperavam sem banho e sem o dever de casa feito. Não era mesmo fácil o exercício da autoridade, especialmente no cansaço do fim do dia.

Lembrei-me da minha avó Elvira, que não cansava de repetir:

— A gente gasta um corpo pra criar outro. Ter filho é fácil, criar é que dá trabalho.

.....

corações das trevas

Fico assombrada com a rapidez com que os julgamentos são feitos cotidianamente. Uma rápida leitura da capa de um jornal e condena-se, absolve-se, ama-se ou odeia-se. Sem reflexão, as impressões se multiplicam, e as versões viram fato.

Eu me via às voltas com esses pensamentos enquanto aguardava a digitação da assentada da audiência que deveria ser assinada por Guilherme, Mônica, seus advogados e pelo Ministério Público. Ninguém arriscava olhar nos olhos de ninguém. Era uma daquelas cenas em que o cruzamento dos olhares resultaria em uma comoção de difícil ou impossível recomposição.

Depois que todos deixaram a sala, demorei quase meia hora para retomar a pauta de audiências e, com um nó apertado na garganta, cruzei a linha de chegada do final daquele duríssimo dia.

O casal estava separado havia seis anos. Não existia ressentimento ou afeto que ainda não tivesse acomodado pela ação do tempo. O que os unia era

também o que os separara. Um filho, agora com 22 anos, que morava com o pai.

A ação de alimentos era para obrigar a mãe a arcar com metade das despesas do rapaz. Desde o divórcio, quando ficou estabelecido que a guarda seria de Guilherme, Mônica jamais pagou um centavo de pensão para o menino. Pensava na precipitação do julgamento, porque assim que li o pedido inicial custei a acreditar que era possível uma mãe se distanciar do filho, só visitá-lo esporadicamente e não se preocupar com o seu sustento.

Sempre soube que o amor é uma construção cultural e, embora acostumada ao mito do amor natural, especialmente o materno, já havia assistido a algumas histórias de abandono. Mas era raro receber um pedido como aquele. Adriano, o rapaz, fora interdito e, mesmo maior de idade, precisava da pensão alimentícia para sobreviver. Na maioria esmagadora dos casos, eram os pais os devedores. Ainda que nos últimos vinte anos eu tenha assistido a uma revolução nos relacionamentos familiares, com os homens participando e assumindo igualmente os cuidados com os filhos, era uma exceção que a mãe fosse citada para pagar pensão, especialmente quando se tratava de um filho declarado incapaz.

Comecei a audiência convicta da repulsa que me causaria uma mulher como aquela desenhada na petição inicial. Aos 42 anos, discreta e sem brilho, Mônica evitava falar olhando para Guilherme. Virou a cadeira e, olhando diretamente para mim, apressou-se em justificar que não tinha condições de pagar a pensão exigida.

Oito anos mais velho e mais experiente, Guilherme era duro e objetivo. Perdera o excelente emprego de outrora e há quase dois anos se equilibrava para suprir as necessidades do filho. Quando soube que Mônica concluíra uma pós-graduação e fora aprovada em um concurso de docentes, não teve dúvida. Ajuizou a ação. Durante todo o casamento e mesmo depois do divórcio, sempre foi ele o provedor. Era justo que agora dividissem as despesas.

“Como aquelas duas pessoas viveram juntas durante 16 anos, tiveram um filho e não conseguiam se olhar?”, pensei, no começo da audiência. Em silêncio, pareciam culpar-se reciprocamente pelo encontro, pela vida, pela injustiça da qual se sentiam vítimas e para quem não podiam terceirizar a culpa.

Minha tentativa inicial de convencer Mônica a assumir sua responsabilidade e procurar restabelecer um convívio mais próximo e essencial com o filho esbarrou em um muro de gelo e em um bloco de palavras lançadas sem vírgulas:

— Não aguento mais tanta pressão! A vida toda sendo cobrada, punida. Pela primeira vez, consegui fazer alguma coisa por mim. Não acredito que Guilherme vai me pressionar! Ele sabe de tudo o que eu passei. Não aguento mais!

E, implorando minha intervenção, concluiu:

— Me ajuda, doutora! Pelo amor de Deus!

Era um pedido desesperado de socorro, e, se eu não tentasse compreender a origem de tão intensa angústia, não conseguiria conduzir a audiência com serenidade. Pedi calma, servi água. Esperei Mônica respirar.

Soube então que, na faculdade, ela se apaixonou por Guilherme. Aos vinte anos, um encontro no elevador a tirou do eixo. Não sossegou até descobrir que ele era um jovem professor do curso de engenharia. Provocou outros encontros na cantina, nos corredores, no estacionamento, até uma carona depois de poucas semanas. Sentia-se dona de um desejo e de uma coragem jamais experimentados até então. Ainda virgem, não vacilou em ir para a cama do mestre no mesmo dia. Ele era a sua metade. Embora já tivesse namorado outras vezes, nunca sentiu tanta certeza de que encontrara o homem com quem desejava acordar todos os dias da sua vida.

Menos de um ano depois, Mônica engravidou. Não teve dúvidas em interromper a graduação em letras, casar e se mudar com o marido para o interior de São Paulo. Foi uma escolha fácil: uma família com o homem que amava e escolhera.

Durante 16 anos, Mônica sepultou seus projetos profissionais. Dedicou-se ao lar, ao marido, que viajava quase todas as semanas a trabalho, e ao filho, que ocupava todo o seu tempo e não a deixava refletir sobre as inquietações da vida, os desejos e os projetos.

Não foi fácil viver sozinha, quase adolescente e com pouquíssima experiência na nova cidade, sem amigos ou referências. Sua insatisfação se refletia no desenvolvimento de Adriano.

— Assim que o menino nasceu, Guilherme mudou completamente. Ele não cuidava mais de mim e ainda implicava porque eu não tinha paciência com o bebê. Mas a senhora consegue imaginar o que é passar semanas inteiras sem dormir? Não adiantava falar que o bebê era agitado, ele não acreditava. “Criança chora porque não sabe falar”, ele dizia. E o tempo todo me censurava: “Tá na hora de crescer, Mônica!”

Ela imaginou que, com o desenvolvimento de Adriano, as coisas melhorariam, mas a criança foi apresentando sinais de que tinha algum problema. No colégio, com exceção da matemática, era um péssimo aluno. Sempre sozinha, com as viagens permanentes do então marido, era Mônica quem ouvia as reclamações dos professores, da diretora. Não adiantava querer envolver Guilherme no cotidiano do filho. Ele sempre reagia culpando Mônica e criticando sua maneira infantil de lidar com as adversidades.

Sentia-se cobrada pelo insucesso do filho. Sentia-se culpada porque tinha certeza de que a sua irritação deixara o filho naquele estado. Tinha vontade de sumir, sentimento que não podia compartilhar com mais ninguém, porque era abominável que uma mãe não tivesse vontade de estar perto do filho, de amá-lo e acariciá-lo.

Os problemas de Adriano eram relativizados pelo pai, e nas brigas do casal, cada dia mais constantes, Mônica era acusada de educar muito mal o menino.

Na adolescência, o caldo entornou. Era insuportável para Mônica ver a resistência do jovem aos comandos mais banais. O quarto desarrumado, o desleixo com a aparência e com a higiene, a falta de empatia. O pior era lidar com a convivência de Guilherme. Para ele, tudo aquilo era absolutamente normal e previsível para a adolescência.

Mônica entrou em um processo de depressão e só dormia com medicamentos. Era insuportável conviver com o filho e era impossível conviver com a culpa que sentia por não ter vontade de se aproximar do rapaz. Ela chorava, dormia ou gritava. Uma rotina absurda.

Guilherme a desprezava como mulher, criticava sua postura como mãe e não a respeitava profissionalmente, já que ela nada fazia fora de casa. Decidiram que a separação seria a única alternativa razoável. Conversariam com Adriano, e durante o jantar comunicariam a decisão.

Guilherme chegou atrasado e encontrou a porta aberta, os móveis revirados. Adriano trancado no quarto e Mônica machucada no meio da sala, com um corte na testa. Fora agredida pelo filho e não teve força para reagir.

Sem mais pensar, Mônica arrumou as malas, voltou para a casa dos pais, na sua cidade natal, deixando para trás a juventude, a família, o amor idealizado e desconstruído.

Precisava ter deixado também a culpa que a atormentava. Era condição essencial para que conseguisse retomar sua vida. Não foi fácil. Anos de terapia, retorno à faculdade para a conclusão do curso. No meio da tormenta, o diagnóstico tardio da esquizofrenia do filho, que exigia muito mais do que Mônica era capaz de dar.

Guilherme assumiu a condução do problema. Voltou para a mesma cidade onde Mônica já se encontrava. Informou-se dos tratamentos. Buscou especialistas. Não era uma rotina simples e nem havia perspectivas de reversão.

Foram duas tentativas de suicídio e a necessidade de algumas internações de Adriano, em momentos de surto. Mônica, distante, não era capaz de enfrentar a dor que a vida lhe impusera.

Eu escutava, sem interromper, e me assombrava imaginando como se recebe uma notícia de um diagnóstico misterioso, quase secreto e estigmatizado como a esquizofrenia.

Nunca é fácil lidar com as limitações que qualquer situação fora da normalidade traz. Especialmente com um transtorno que nos coloca diante de um estranho desconhecido. Que afeto e que altruísmo podiam ser exigidos dos familiares para acolher uma pessoa em sofrimento psíquico e se dedicar sem folgas ou descanso ao acompanhamento?

Mônica escolheu não olhar de frente o mistério. Mergulhou na tentativa de salvação da sua vida. Estudava, trabalhava, pesquisava. Tudo para não lidar com a situação do filho, e tudo para, num esforço alucinado, aplacar a culpa que poderia tê-la imobilizado.

Ouvi toda a história. E, mesmo acreditando que a parte mais vulnerável de todo o conflito era o rapaz, não fui capaz de julgar a mãe e condená-la pelo afastamento. Somos únicos nas reações diante do inevitável e não existe um modelo que possa ser imposto a todas as mães naquelas circunstâncias.

Guilherme escolheu lidar com a esquizofrenia do filho de uma forma mais objetiva. Não se sentia culpado. Nem culpava a ex-mulher por nada. Nem mesmo pela presença rara no acompanhamento de Adriano. Não sei se era generoso, mas, de alguma forma, vestiu a blindagem possível para enfrentar o inevitável.

— Ninguém se prepara para ter um filho esquizofrênico, doutora — disse-me ele. — E não é verdade que é bom aprender com a dor. A única escolha que eu tive foi não morrer por causa da condição dele. Faço o que eu posso. E acho que ela tem que colaborar.

O pai tinha razão. Não era possível exigir o afeto impossível da mãe. Mas a igualdade de gêneros não era apenas formal nem servia tão somente para garantir os direitos das mulheres. Se ela trabalhava, tinha que pagar pensão ao filho, porque ele precisava. Era tão difícil para ela quanto para os pais que têm a mesma obrigação.

Estabelecemos o percentual justo, por acordo. Pensei em sugerir a aproximação, o acolhimento, mas temi que a minha melhor intenção fosse interpretada como um julgamento moral. Não era a minha função de magistrada nem de ser humano. Sugeri, no entanto, que Mônica procurasse se informar. Eu já havia realizado inúmeras audiências de interdição de pessoas esquizofrênicas e eram muitas as histórias e diversas possibilidades. Algumas com finais possíveis, outras menos do que isso ou nem isso. Como tudo na vida.

Em silêncio, a livre associação brotou naturalmente. Eu estava diante de muitos mistérios. Do transtorno psíquico pouco iluminado pela informação às reações inesperadas diante do desconhecido, eram muitos, como no romance de Joseph Conrad, os corações das trevas.

.....

acerto sem contas

É uma pena que os reencontros nem sempre suscitem o sentimento de que o tempo não passa. Festas de família, amigos e parentes afastados pelo fluxo natural da vida costumam, de alguma maneira, resgatar o frescor da juventude e a carinhosa afetividade quando vez ou outra se juntam compulsoriamente na maturidade. Não é rara a transformação de velórios, antessalas de hospitais, missas e Natais em datas de celebração da saudade e de desejo de reviver momentos nos quais a única preocupação era compartilhar as mesmas alegrias e os mesmos prazeres.

É verdade que nem todas as famílias e nem todos os amigos traduzem esse desejo. Há os que a vida sepulta e afasta para sempre, roubando de cada um o pedaço de humanidade e do que temos de melhor na experiência de dar e receber amor.

Eu olhava os cinco irmãos, todos com mais de meio século de idade, se acomodando para o início da audiência e me perguntava em que momento eles perderam a intimidade que seguramente existiu, ainda que em uma longínqua infância. Brincaram de pique e de amarelinha? Mataram aulas em segredo? Foram cúmplices nas traquinagens e nos primeiros amores?

Não se olhavam com saudade e, exceto pelo gesto de Letícia, que, aos 53 anos, buscava acolhida nos ombros de Lígia, a mais velha, pareciam estranhos ou, no máximo, conhecidos. Aos 62 anos de uma vida que não deve ter sido fácil, Lígia parecia mãe da irmã caçula. Os três do meio eram homens. Fisicamente se pareciam bastante, tanto pelos traços marcantes quanto pelo destino duro que a vida lhes impôs.

A mãe morreu quando todos já eram maiores de idade. Na ausência do pai, cresceram como foi possível. Econômicos nas manifestações de carinho, tinham urgência em sair rapidamente do fórum, cada qual com o seu compromisso.

— Não vai adiantar muito a gente demorar aqui, doutora. A senhora tá vendo que ninguém tem condições de pagar nada. Eu acabei de operar as pernas, sou diabético e o que eu ganho do INSS nem dá pros remédios. Se não fosse minha mulher ajudar, eu já tinha ido.

Leomar mal acabara de falar quando foi interrompido por uma áspera intervenção de Lúcio:

— Eu não sei de muita coisa, não, doutora. Mas não acho que tenha alguma lei pra me obrigar a fazer isso. Se eu encontrasse esse cabra na rua, não ia nem saber quem era. Lembro da minha mãe dando um duro danado, com a gente ainda pequeno, e ele só aparecia pra pegar dinheiro, fazer mais filho e sumir. Isso é pai? A senhora acha que eu tenho algum compromisso com ele?!

O que eu achava tinha pouca importância. Opinião, felizmente, cada um tem a sua. Nada como a possibilidade de ouvir todos os lados antes de julgar, exercício cada dia mais raro nos nossos tempos.

Temos sido pródigos em julgar pessoas e comportamentos. Se sempre foi assim, o tempo acelerado pela rede virtual aprofundou ainda mais o cacoete. Perdemos o pudor em adjetivar, condenar e executar sumariamente. Celebramos como bárbaros os justicamentos e nos sentimos menos bárbaros porque encontramos ecos para as nossas próprias irracionalidades.

Não posso deixar de confessar que, quando despachei a petição inicial daquele processo cuja audiência presidia, também caí na armadilha da convicção fácil.

Um senhor, aos 85 anos, vinha à justiça pedir pensão alimentícia para os cinco filhos. Narrava sua situação de abandono, sua precária saúde, sua penúria, a falta de cuidado de que era vítima.

Antes mesmo de ouvir os filhos, fixei um valor mínimo para sobrevivência do velho. Um salário a ser dividido por todos. Na audiência, tentávamos um acordo que parecia cada minuto mais improvável.

Não era apenas a dificuldade real e concreta de assumir o compromisso. Lígia era dona de casa, vivia com pouco e ainda criava os dois netos para que a filha pudesse estudar.

Os três irmãos viviam uma vida de privações. Não conseguia imaginar de que maneira eles suportariam mais algum encargo, ainda que mínimo, no orçamento familiar.

Não era uma situação nova. A maioria das ações de alimentos que eu julgava tinha exatamente o mesmo perfil. A diferença eram os atores. Filhos precisando de pensão, e pais com capacidade física para produzir sustento.

Ali era diferente, a vida rumava para o fim. Tanto o pai quanto os filhos não colhiam o que não cuidaram de plantar. Todas as estradas e possibilidades que aparecem quando há, de um lado, uma criança começando a caminhada se trancam diante do desfecho iminente.

Era possível acreditar que um pai aprendesse a cuidar do filho e que a criança tivesse oportunidades de se transformar em uma pessoa melhor pelo restabelecimento do cuidado e do afeto. Mas o que esperar de um relacionamento de distância, desprezo e ódio, construído ao longo da vida, quando os mesmos personagens se encontram para um acerto de contas na velhice e diante da morte iminente?

O mais impressionante é que nenhum deles olhava nos olhos do pai.

O senhor que imaginei frágil, franzino, apareceu altivo, e, embora gasto pelo tempo, não descuidou da aparência. Usando uma camisa brilhante, de falsa seda, parecia mesmo não ter nenhum vínculo com os cinco adultos sentados do outro lado da mesa.

Tentei ser objetiva e esclarecer quais eram os direitos e os deveres que a lei desenhava para pais e filhos, mas, além das dificuldades financeiras, era impossível fazê-los entender que a mesma obrigação que levava um pai a sustentar um filho também obrigava os filhos a sustentarem os pais, caso precisasse.

Leôncio, até então em silêncio, resumiu de forma tosca o que compreendia da minha fala:

— Se é pra devolver tudo o que ele pagou pra gente, então é que não tem dívida nenhuma mesmo. Ele nunca levou um litro de leite pra dentro de casa.

O velho não se fazia de rogado. Em tom autoritário, quase ameaçador, encarou os três filhos homens:

— Tem que dar um jeito. Eu não consigo pagar o aluguel, e se eu não tiver pra onde ir, aí é que vão ter que me aguentar mesmo.

Às minhas perguntas, seu Antero confirmou que recebia um benefício de quase dois salários e era pensionista da mulher. O que ele ganhava era superior aos ganhos dos filhos. Expliquei que não seria possível que ele recebesse nada, diante dos fatos.

Letícia, a caçula, segurou a mão do pai.

— Dinheiro eu não tenho, pai, mas, se o senhor precisar, posso fazer umas compras e mandar.

Diante da oferta, todos os demais concordaram em contribuir da mesma maneira.

Ríspido, ele interrompeu:

— De esmola eu não preciso. Vocês foram muito malcriados!

Angustiada e chorando, Letícia parecia uma criança implorando afeto. Os outros irmãos pareciam ter aprendido a viver longe do pai e não se abalavam com as insistentes chantagens ao longo da audiência. Era como se o pai ausente tivesse se transformado num pai inexistente ao longo da vida. Para os que precisam sobreviver e sustentar a família ganhando mal, alimentar a simbologia paterna parecia um luxo a que eles não tinham acesso ou direito.

Letícia, no entanto, a única que estudou, embalara a esperança de um reencontro de arrependimentos e pedido de desculpas, mas o pai idealizado e esperado não existia.

— Seu Antero, o senhor tem filhos maravilhosos — falei, antes de julgar improcedente o pedido. E prossegui: — É triste que o senhor tenha chegado quase ao final da vida e não tenha aproveitado o melhor patrimônio que um homem pode ter: filhos decentes, trabalhadores e disponíveis para ajudar o senhor. Pensão não tem, mas espero que o senhor aproveite a oferta de ajuda e tente, no tempo que ainda resta, conhecer seus netos, ficar mais perto dos seus filhos.

Resmungando, seu Antero foi embora sem se despedir.

A velhice não transforma ninguém em um ser humano melhor. Era mais uma convicção que eu tinha e que ruiu enquanto ele deixava a sala.

.....

ausência em carne viva

Meus assessores saíram para o almoço. Entra direto no meu gabinete uma mulher que pensei ser advogada.

— Eu quero usar o meu direito constitucional de ser recebida pela juíza.

Expliquei que só poderia recebê-la com o seu advogado, mas ela disse que não tinha advogado e começou a chorar.

Era assistida pela Defensoria Pública. Acabara de voltar do atendimento e não sabia como o seu problema podia demorar tanto.

O pai dela, que hoje teria 88 anos, desapareceu em 2009. Desde 2010, a mãe tenta na justiça uma declaração de ausência. Sem recursos, o objetivo é conseguir receber a pensão que ajudará na sobrevivência.

O processo estava na Defensoria, e não era possível saber o que aconteceu.

A angústia pelo desaparecimento de uma pessoa é talvez uma das maiores tragédias que podemos experimentar. Não é possível um enterro, uma despedida, um luto. É como se todos os dias a morte arranhasse a carne viva

machucada pela ausência. Sempre sofro quando encontro histórias similares nos processos.

Expliquei para ela o caminho burocrático e os motivos para que as procuras fossem efetivas. Prometi que, assim que o processo voltasse, eu faria uma lista, caso houvesse necessidade de alguma outra providência, e agendei o seu retorno.

Ela foi embora um pouco mais aliviada e desabafou:

— Por que não me explicaram isso antes?

Tenho certeza de que a dor permaneceu intensa. No entanto, é óbvio que o acesso à justiça, quando meramente formal, não resolve nada. Mas ver respeitado o direito à informação pode diminuir a sensação de injustiça.

.....

o inusitado de cada dia

O bom de mãe que trabalha fora o dia todo é a possibilidade de os filhos crescerem com mais independência e autonomia. Isso se desejarem resolver os problemas cotidianos na velocidade adequada.

Nem sempre é possível. Sobra, então, para o pai, que provavelmente tem uma tolerância mais limitada às insistências naturais da adolescência.

João precisava trocar o chip do celular, e eu sou a titular da conta. Era caso de vida ou morte, e nem em sonho poderia esperar até o sábado. A atendente não se rendeu aos seus apelos. Sobrou para o Marcelo, que, munido da certidão de casamento, foi à loja tentar contornar a exigência.

O argumento parecia não convencer a moça. A racionalidade parecia na iminência de sucumbir à burocracia, até que ela leu meu nome no documento.

O diálogo que se seguiu foi contado pelo meu filho, constrangido e irônico.

— Olha, poder eu não podia, mas sei que o senhor é casado com a doutora Andréa, a juíza, e eu a conheço.

Surpreso, meu marido perguntou:

— Conhece mesmo? De onde?

— Ela julgou meu processo e me fodeu. Me condenou a pagar uma pensão gordíssima para meu ex-marido.

Surpresos e com o chip na mão, deixaram a loja antes que ela se arrependesse.

João continua achando que protejo as mulheres e que essa história é a única exceção para confirmar a regra.

.....

minha história dos outros

— O senhor pode esperar lá fora, por favor, seu Orlando?

A prática rara, mas algumas vezes necessária, costumava preservar a dignidade das pessoas. Em alguns processos, era essencial que eu ouvisse os envolvidos separadamente. Há confissões que não devem ser feitas diante do outro, não porque a educação social assim exige, mas por respeito à intimidade e à privacidade. Afinal, um tribunal não é um confessionário coletivo.

Não sei desde quando se convencionou aceitar que todas as verdades podem ser ditas na cara. Que ser verdadeiro é falar o que se quer, da forma que se escolhe e quando interessa. Essas honestidades explícitas, muitas vezes, funcionam como grosserias superlativas e parecem ter sido assimiladas na contemporaneidade para justificar intolerâncias travestidas de opinião.

Percebi que havia alguma coisa diferente naquele caso assim que olhei o casal, ambos mudos e sérios, na mesa de audiências. Não foi intuição. Sou

incapaz de acreditar apenas nesse sentimento. Não pareciam especialmente tristes ou raivosos.

Não era, também, uma distância causada pelo fim do amor. Acumulavam-se, diante de mim, ao longo dos anos, centenas de casais, centenas de reações, centenas de tentativas de exibir falsas seguranças, centenas de verdadeiras tristezas camufladas de sobriedade, centenas de dificuldades para experimentar a dor e o luto, como se fosse obrigatório virar a página e seguir adiante, sem direito à angústia e ao desespero.

Não, não conseguia inserir aquele casal em qualquer padrão já conhecido. Não pareciam apenas dois estranhos. Pareciam dois estrangeiros, com línguas e culturas profundamente diferentes e distantes. Nem mesmo o encontro dos olhares indicaria que Orlando e Nadir viveram juntos por seis anos e tiveram um filho, Rafael, que agora, aos cinco anos, era chamado à justiça para responder a um processo de negação de paternidade.

Não era incomum que, nas separações mais trepidantes, como forma de humilhar o companheiro, algumas mulheres inventassem que o filho era de outro. O exame de DNA era recente e até pouco tempo inacessível para muitos. A lei protegia a família e o casamento. A presunção era a de que um filho nascido durante o matrimônio era do marido, e apenas o “chefe da família” tinha direito de contestar a paternidade em um prazo curtíssimo. Tempos passados que costumavam aprofundar as distâncias causadas pelas mentiras.

Felizmente, as mudanças iluminaram as relações familiares. “Pai é quem cria” deixou de ser um título dos cornos de outrora e transformou-se na vitória do amor sobre a biologia. Muitas paternidades nos registros não refletem a realidade biológica, mas atestam a generosidade socioafetiva.

Foi o que imaginei que seria possível construir naquele processo, depois que ouvi a história contada pelo ex-casal. A diferença das muitas histórias é que, logo que soube que não era o pai, Orlando se separou. Nunca desconfiou de nada. Ele e Nadir viviam bem e nunca brigavam. Sempre foi um excelente pai para Rafael e acompanhava o filho no futebol, nas brincadeiras, na escola, no dia a dia. Mas, quando Nadir revelou que o garoto não era seu filho, a revolta foi tão grande que ele saiu de casa, juntou suas roupas e não voltou

para buscar mais nada. A vontade era sumir e jamais ter que encarar o guri novamente.

Como Nadir não reagia, quer para se defender, quer para defender os interesses da criança, intercedi:

— Para mim interessa muito pouco o que aconteceu na vida de vocês. Vocês são adultos e certamente conseguirão superar isso e recomeçar. Mas imaginem a situação do Rafael. Se eu perguntar para ele quem é o pai, o que ele vai me responder?

Orlando compreendia a importância que teve na vida do filho. Sabia, também, que o menino sofreria profundamente com o afastamento, mas o seu desespero indicava a gravidade da escolha.

O silêncio eloquente de Nadir confirmava que o ex-marido não era o pai biológico. A única vez em que ela se manifestou foi para esclarecer que, de fato, ele apenas soube a verdade no dia em que saiu de casa.

Preocupada com o futuro da criança e constatando que seria impossível a Orlando assumir voluntariamente a paternidade afetiva, mantendo seu nome na certidão de nascimento do garoto, indaguei:

— Você sabe quem é o pai? Podemos intimá-lo, e, sem a necessidade de um novo processo, quem sabe ele não reconhece o menino? Assim, por mais difícil que seja para o Rafael, ele fica com uma referência paterna no seu registro.

Transtornado, Orlando trincou o maxilar e emudeceu. Nadir, muito nervosa, assentiu com a cabeça.

Percebi que, certamente, o pai de Rafael era algum conhecido de Orlando, o que deixava a mulher pouco à vontade para falar sobre o assunto na frente dele. Provavelmente um amigo ou vizinho. Foi então que solicitei que ele aguardasse no corredor.

Na sala, ficamos eu, meu secretário, a promotora, os advogados e Nadir. A revelação foi arrancada aos poucos:

— Você não quis falar porque é conhecido dele, não é?

Movimento afirmativo da cabeça e mais silêncio.

— É amigo de vocês, algum vizinho?

O meneio negativo e um silêncio ainda mais pesado.

— Colega de trabalho, patrão?

Nadir ergue a cabeça lentamente e, num balbucio, olhando nos meus olhos, confessa:

— É o pai dele.

— Pu-ta-que-pa-riu! Não acredito.

Não consegui impedir que o único palavrão que usei em uma sala de audiências fosse proferido lentamente, no tempo adequado para caber todo o horror que havia na revelação.

Nem os advogados, nem a promotora, ninguém disse nada. Parecia a única reação possível. Perplexos, assistimos ao restante da história trágica:

— Ele morava do nosso lado e desde que eu me casei a gente tinha um caso. Quando eu quis terminar, ele me ameaçou e disse que ia contar tudo pro filho. Aí eu não aguentei. Chamei o Orlando e disse tudinho pra ele. Eu preferia acabar com aquilo do que continuar me sentindo com medo e chantageada. Ele ameaçou partir pra cima de mim, disse que ia matar o pai, mas não fez nada disso. Foi embora e nunca mais voltou.

Acolhi o pedido de Orlando. Excluí seu nome do registro de Rafael. Não era possível exigir qualquer altruísmo diante da dupla traição. Era lamentável que, para matar o próprio pai, Orlando também devesse se suicidar como pai.

Desisti de chamar o avô, que era o pai, para assumir sua responsabilidade. Encaminhei a mulher com o filho para o setor de psicologia em busca de alguma orientação sobre a oportunidade ou a necessidade de reconstruir a verdade a partir dos escombros.

Com ou sem pai, Rafael cresceria. A esperança era que, com alguma sorte e muita terapia, conseguisse encontrar sua identidade.

Infelizmente, na vida, eram muitos os casos em que os avós eram os pais. Nem todos revelados. Nem todos levados aos tribunais. Saí do fórum com uma profunda crise de fé no livre-arbítrio. Não há escolha quando a própria história é definida, compulsoriamente, pelos outros.

.....

uma terra sem futuro

O ônibus que deixava a Rodoviária Novo Rio, às 5h45, transportava dezenas de juizes, promotores e defensores, que iam sendo despachados pelas comarcas do caminho até o ponto final, em Santa Maria Madalena. Com os preços dos carros inacessíveis há duas décadas, o jeito era não perder o único transporte público para chegar ao trabalho.

Era minha estreia, sozinha, em uma comarca no Norte Fluminense, em uma audiência de interrogatório criminal. Alguns colegas mais experientes já haviam me dito que eu não teria grandes dificuldades. Bastava ler a denúncia, perguntar ao réu se ele tinha praticado o crime e mais nada. Quase nenhum réu assumia a responsabilidade naquele momento do processo.

Não foi, contudo, o que aconteceu com Maria Nazareth. Eu relia a acusação e custava a acreditar que aquela mulher miúda, com pouco mais de sessenta anos, tinha sido capaz de tamanha atrocidade. Esperou José dormir e,

com uma caneca de óleo quente, estourou o tímpano do marido, que, além das queimaduras no rosto, ficou surdo definitivamente.

Nazareth falava baixinho. Era frágil, magra, com sulcos no rosto e a pele encarquilhada. Parecia ter dez anos a mais do que constava da certidão.

— É verdade, sim, senhora. Fui eu sozinha. Esperei ele dormir, esquentei o óleo e despejei na orelha. Parecia um porco gritando.

— E você se arrependeu? — indaguei, apreensiva.

A resposta veio seca:

— Se eu tenho um arrependimento, é não ter matado o satanás.

Pedi que ela esperasse um minuto e entrei no gabinete ao lado para respirar e beber água. Meu coração batia acelerado, como se eu estivesse presente na cena do crime. Eu não tinha nenhuma experiência, além da acadêmica, em matéria criminal.

Como advogada, nunca trabalhei com processo penal. Assisti a alguns júris com meu pai, sempre na tribuna da defesa, e fui aluna de Evaristo de Moraes, que ensinava os crimes e os castigos como se fossem textos delicados, quase sagrados. Minha iniciação e minha formação nos horrores de que eram capazes os seres humanos foram forjadas na rede segura dos direitos humanos e dos princípios da civilização. Precisava me tranquilizar e entender as razões que levaram aquela senhora à insanidade.

A cena do óleo quente escorrendo pelo rosto do lavrador se fixou na minha mente, enquanto eu perguntava se Nazareth estava consciente quando praticou o ato.

— Eu esperei ele chegar e fingi que tava dormindo. Quando ele caiu de bêbado, eu fui na cozinha, esquentei mais a panela que já tinha esfriado, entrei no quarto fazendo barulho e ele nem escutou. Um gambá.

Durante o interrogatório, fiquei sabendo que José e Nazareth tinham se casado havia 34 anos. Moradores da zona rural, viviam da cultura da subsistência, e, com o casamento da filha caçula, fazia pouco mais de 13 anos, viram-se sozinhos em meio às plantações.

— Nenhum filho quis ficar nessa terra, doutora. Aqui é um lugar sem futuro. Eu mesma dizia pra eles: vão embora e não voltem aqui nunca mais.

A vida seguiu como sempre, exceto pelo fato de que José começou a beber diariamente. O pôr do sol não era mais a hora da volta para casa. Todos os

dias, cambaleando, José entrava aos gritos no quintal. Começou a ficar agressivo, passou a espancar Nazareth sem que ela conseguisse reagir ou pedir ajuda.

Pela manhã, era outro homem. Não se falava no assunto da noite anterior até a volta às trevas. Nazareth procurou ajuda na igreja e foi convencida de que as transformações no comportamento de José eram uma armadilha do demônio.

Mesmo com o rosto roxo e a boca ainda com sangue pisado, foi desaconselhada, na igreja, a procurar a polícia. Ninguém se meteria em briga de marido e mulher. Ela precisava ter mais fé, orar mais.

Em algumas noites, Nazareth era obrigada a permanecer trancada no quarto, enquanto José mantinha relações sexuais com outras mulheres na sala ao lado.

Em um desses dias, ele espancou a mulher até que ela se deitasse com ele, depois de despachada a visita.

— Ele me violentou com força. Ainda tava sujo da outra mulher que levou pra minha casa. Depois, eu não consegui mais dormir. Vomitei até de manhã.

Foram anos de submissão, medo e humilhação. Sem amigos, sem parentes, sem suporte para reagir, começou a cozinhar, em silêncio, o fim da perversão e da violência. Não falou com ninguém, mas deixou de orar. Deus não conseguia enfrentar aquele demônio. Ela tinha sido abandonada e não acreditava em mais nada e em ninguém.

Na véspera do crime, José chegou em casa com uma faca na mão. Jogou a comida no chão, xingando a mulher, que não servia nem para fazer uma janta. Partiu para cima de Nazareth, mas errou o alvo. Ela correu para o quarto, empurrou a cama para travar a porta e seus dedos foram esmagados. Não aguentava mais. Do dia seguinte não passaria.

Mandei soltar Nazareth. Ela era primária, tinha endereço conhecido e o direito de responder ao processo em liberdade. O que sobrara de José não morava mais na casa do casal. Acolhido pelo dono de uma fazenda vizinha, não havia risco de voltar ao local para tentar acertar as contas com a mulher.

O processo seguiu, e as provas confirmaram todos os fatos narrados pela ré. Comecei a escrever uma sentença. Compreendia, profundamente, os motivos

que levaram Nazareth a cometer o crime. Cheguei a construir uma tese de legítima defesa para justificar a ação.

“Nem todos têm a mesma percepção do que seja um perigo iminente”, pensei eu. Para Nazareth, as sucessivas violências foram se acumulando até que, no limite, ela não suportou e reagiu legitimamente.

Antes do ponto final, no entanto, refleti melhor. Eu não estava em um tribunal do júri e não podia defender que a justiça fosse feita pelas próprias mãos. Ao fazer prevalecer o meu desejo inicial, eu estaria contrariando toda a existência da rede civilizatória que repudiava a vingança.

Era verdade que o mesmo sistema que prendeu Nazareth imediatamente, com o óleo ainda quente, não funcionaria para prender José. A Lei Maria da Penha não existia e era uma indignidade o que experimentavam as mulheres vítimas de violência doméstica. Expostas nas delegacias, humilhadas pela sociedade, eram transformadas em culpadas pela violência a que se submetiam.

Condenei Nazareth. Não sem antes diminuir a pena e conceder-lhe o *sursis*, para que ela cumprisse a pena em liberdade. Na sentença, tive o cuidado de narrar com detalhes os fatos que a levaram à atrocidade. Qualquer um de nós teria feito a mesma coisa, nas mesmas condições. No entanto, legitimar a vingança é aprofundar o ciclo da violência. Não é para isso que a justiça existe.

“Nazareth tinha razão”, pensei, quando voltava para casa, na hora melancólica do início da noite. “Não tinha futuro ali.”

.....

quem manda aqui?!

— Ué, mas a senhora não é juíza?

Perplexa e desencantada, uma senhora de 84 anos assim se despediu de mim.

Ela queria falar com a juíza e entregar uma carta. Normalmente recebo as partes dos processos, desde que acompanhadas pelos advogados. Ela insistiu, dizendo que se tratava de um assunto pessoal.

Meu secretário trouxe o envelope e dispensou a senhorinha.

Quando abri, era uma petição assinada por ela. Pretendia receber seu quinhão em um inventário antigo. Era idosa e tinha prioridade.

Disparei no corredor, devolvi o papel e disse que ela precisava falar com seu advogado para desarquivar o processo.

— Mas ele tá muito idoso, doutora. Nem sabe mais fazer isso...

Demorei muito tempo para explicar que ela precisava de um novo advogado, ou da Defensoria Pública, se não tivesse como pagar. Escrevi o endereço para onde ela deveria se dirigir.

Incrédula, ela não entendia por que eu não resolvia logo o problema.

É difícil mesmo. Demorei mais tempo para explicar do que para solucionar o imbróglio. Não é razoável.

Entendo a razão da existência de regras e formalidades, mas ando cada dia mais impaciente com a burocracia.

.....

dois que eram três

O casal era a três. Dois homens, uma mulher e um filho de cinco anos. A família dividia o mesmo teto havia quase uma década. Jovens, inteligentes, interessantes e arrojados, não quiseram repetir o mesmo modelo careta de se relacionar. Amar é um verbo que não se conjuga na hipocrisia e não se aprisiona nas grades das regras sociais. Se não é livre, não é amor.

Não era apenas uma crença ou uma esperança. O poliamor era uma prática cotidiana que uniu Aline, Marcos e Daniel, ainda no dormitório que dividiam no campus da universidade.

Graduaram-se muito jovens e, atuando em áreas afins, compartilhavam inquietações, pesquisas, projetos, cama, mesa e banhos.

A gravidez de Aline, durante o ano de ausência de Daniel, que viajara para uma pós-graduação, não abalou os planos do trio, e o parto natural foi feito de mãos dadas com ambos os amores.

Pedro era cuidado por todos e cresceu naquela improvável família, identificando a mãe, o pai e o tio, sem que a conformação familiar lhe causasse qualquer transtorno. Ao menos até os cinco anos.

Um dia, sem que os demais percebessem a sutileza das mudanças, Marcos começou a protagonizar cenas inexistentes até então. Ora com Daniel, ora com Aline, confessava, em segredo, o desejo da monogamia. O inesperado foi que os outros dois, durante o jantar, puseram em xeque a fidelidade de Marcos ao projeto de amor libertário que os unira até ali.

Sentiu-se traído por ambos. Nem Aline nem Daniel foram seus cúmplices e tampouco respeitaram o segredo que dividiu com ambos, na expectativa que um deles aceitasse a sua proposta.

Saiu de casa, magoado e ressentido. Na justiça, pediu a guarda de Pedro. Queria uma decisão liminar e urgente porque era inadmissível que seu filho permanecesse em situação de risco, crescendo sem referências éticas e morais e sem a orientação necessária para uma educação saudável.

Indeferi a liminar. Não havia risco para o menino que autorizasse a brutalidade de uma medida judicial naquele momento. Marquei uma audiência preliminar, com Marcos e Aline. Caso fosse necessário, Daniel seria ouvido em outro momento.

Irritada, Aline mal olhava para Marcos. Encarava-me com desconfiança, como se imaginasse que eu a julgaria moralmente. Disputa pela guarda de filho é sempre muito pesado, e, querendo evitar desgastes desnecessários, iniciei:

— Essa audiência foi marcada antes de qualquer decisão na tentativa de evitar que o Pedro seja vítima de uma disputa judicial. Ele é filho dos dois e há muitas maneiras de escolher com quem ele ficará, especialmente porque é possível compartilhar a guarda. O que eu tenho de informações, até aqui, é que vocês moravam com mais um companheiro, e que Marcos parece ter decidido sair de casa.

Aline não conseguia disfarçar o ressentimento, e as sobrancelhas levantavam ironicamente, à medida que eu conduzia a audiência.

— Acho difícil que a senhora entenda o que tá rolando, doutora.

A altivez do tom quase me tirou do sério. Se fosse uma adolescente, eu acharia graça e prosseguiria. Mas Aline era uma mulher, professora, culta, e se há um

comportamento com o qual tenho muita dificuldade de lidar é a arrogância que nasce nas academias. Será que a moça acreditava que a escolha de viver em trio a legitimava para me julgar e decidir que eu era uma imbecil que a julgaria moralmente?

Tentei me acalmar, respirei e, tranquila, continuei:

— O que parece difícil é você imaginar que o seu caso seja original, Aline. Preciso lhe dizer que não tenho nenhum julgamento sobre as escolhas que adultos fazem. Cada um é dono da sua vida e é livre para viver do jeito que achar melhor. Isso não é problema do Estado nem da justiça. O que vamos decidir aqui é quem tem as melhores condições para exercer a guarda de Pedro.

— Minha vida é muito mais estruturada, doutora. Já aluguei um apartamento perto do colégio do Pedro. Tenho mais tempo livre e não acho certo que meu filho fique vivendo no meio dessa maluquice. Ele vai crescer superconfuso — disse Marcos.

Como são contraditórios os seres humanos. Um mês antes, Marcos, Daniel e Aline dormiam juntos. De uma hora para outra, aquilo era confuso, desestruturado e enlouquecedor?

Aline, ansiosa, interrompeu:

— Olha, doutora, se tem um lugar que deixa uma criança maluca é no meio da hipocrisia. O Marcos tá agora posando de bom-moço, mas o que ele não aguentou foi me ver feliz com o Daniel. Eu não quero que meu filho cresça careta, cheio de culpas e preconceitos. Eu não tô nem aí pro que pensam ou deixam de pensar. Ele é tão baixo que disse que eu uso o Pedro no meu blog. Eu nunca expus meu filho lá. Só escrevo sobre poliamor e defendo que o mundo seria mais feliz se fosse mais livre. O Marcos devia ter vergonha do que tá fazendo. Quem levou o Dani pra nossa casa foi ele e agora fica fazendo cara de mocinho desprotegido e virgem. Eu acredito, sim, no amor livre, sem amarras.

Marcos ouvia, cabisbaixo, a preleção de Aline. Interrompi. Era uma audiência, não uma defesa de tese:

— E o que você pretende conseguir, Aline? Uma faixa de Miss Amsterdã 2035? Você é uma mulher inteligente, estudiosa. Não estou entendendo a necessidade desse discurso. Amor livre e vida em grupo são tão antigos... Nos anos 1960, era

banal. Se você se interessar, leia Reich, Roberto Freire. As suas escolhas, como eu já disse, não me interessam. Não estou julgando você. Apenas decidindo a guarda de Pedro, que, como também já disse, pode ser dividida por vocês.

— Se ele quiser compartilhar a guarda, claro que eu topo — disse Aline. E prosseguiu: — Ele é nosso filho e precisa de nós dois, mas usar o ciúme pra me provocar é uma sacanagem que eu não posso admitir. Não abro mão da vida que eu escolhi e quero que meu filho cresça pensando da mesma forma que eu! Sofri muito com culpa, repressão. Minha mãe era um trator, me obrigava a estudar em colégio de freira, era super-rigorosa, e eu não quero isso pro meu filho.

Veio, então, o argumento que eu precisava para me fazer clara:

— Escuta bem o que você acabou de falar, Aline. Sua mãe era uma repressora, autoritária, e, no entanto, você é uma mulher livre, dona da sua vida, que vive a liberdade de muitos amores. É essa a mesma liberdade que você deve garantir ao Pedro. Não será sua a escolha para a vida dele. Libertário é você aceitar que cada um pode escolher do jeito que achar melhor, e se um dia seu filho quiser ser um monge casto, você deverá respeitar. Impor a ele a sua verdade parece repressivo, ou não?

A separação ainda era muito recente, e a dor pelo amor que chegava ao fim parecia elevada à terceira potência. São infinitas as maneiras de se relacionar. São idênticas as rupturas e mágoas.

Sugeri que eles exercitassem a generosidade e não agissem com pressa nas decisões que envolvessem o filho. Uma experiência de guarda compartilhada vigoraria nos quatro meses seguintes. Com o acompanhamento da equipe técnica de psicólogos seria mais fácil encontrar a solução adequada para Pedro.

Os projetos de liberdade e prazer, quando povoados por crianças, devem incorporar a responsabilidade e o cuidado. Há amarras que libertam. O exercício da paternidade e da maternidade deveria ser assim.

.....

somos todos vulneráveis

— Naquela outra audiência eu tava de acordo porque eu não tinha falado com a minha filha. Mas agora que ela tá aqui e quer a menina de volta, eu tenho que ficar do lado dela. Como é que eu posso concordar em deixar a criança com o pai e ficar contra minha filha?

Eu tentava explicar ao seu Caetano que ninguém iria ganhar ou perder nada ali. Rayana tinha dez meses, e o que precisávamos decidir era quem poderia assumir os cuidados e se responsabilizar pelo bebê.

Olhando para todos na sala, no entanto, eu não conseguia concluir quem não precisava de cuidados. Era difícil diagnosticar o mais vulnerável naquela conformação familiar e quais direitos o Estado deveria fortalecer em detrimento de outros.

Uma festa em São Pedro da Aldeia, na Região dos Lagos, a falta de orientação no uso de preservativos, cocaína e muita bebida. Nesse colchão,

Rayana foi concebida. Caio e Karlen não namoravam. Eventualmente ficavam juntos.

Caio morava com a tia para que a mãe pudesse trabalhar em outra cidade. A tia já advertira que o moleque não obedecia, não estudava e estava andando com gente que “não prestava”. Aos 18 anos já podia ajudar em casa e era hora de parar de dar trabalho.

Poucos dias antes de retornar para a casa materna, Caio soube da gravidez de Karlen. A mãe do rapaz se preocupou. A menina tinha 16 anos e vivia largada pela cidade. Caio não podia assumir uma criança, mas ela, a avó, não permitiria que um bebê sofresse o que seu filho sofreu.

— Se fez um filho, tem que assumir. O pai desse aí sumiu no mundo e nem o nome tem na certidão. Eu não ia deixar ele fazer isso com minha neta.

Caio registrou a criança, mudou de cidade e começou a trabalhar como boy no escritório onde a mãe era faxineira. Mandava o que podia para a filha, embora não tivesse mais voltado para visitá-la.

O telefonema do Conselho Tutelar, seis meses após o nascimento de Rayana, desarrumou a vida do rapaz. Partiu com a mãe para São Pedro e encontrou a filha em um abrigo. Os vizinhos ouviram um choro insistente. O bebê gritava em um quartinho nos fundos de uma casa. Karlen estava desmaiada e foi levada a um hospital.

Não conseguiram encontrar seu Caetano, pai da moça, que estava pescando em alto-mar. Da mãe de Karlen, ninguém sabia. Ela deixou a filha para o pai criar há uns três anos e nunca mais apareceu.

Sem qualquer estrutura material ou emocional, Caio viu-se obrigado a levar a filha para casa. Nenhuma fralda, nenhuma mamadeira, uma chupeta e duas mudas de roupa. Mais nada. Procurou a Defensoria, pediu a guarda provisória e, com a ajuda da mãe e dos vizinhos, adaptou-se à nova realidade. Não pretendia ficar com a menina para sempre. Não queria nem podia. Quando Karlen se recuperasse, ele devolveria a filha e ela que se virasse.

A rede da solidariedade compensava a dificuldade material. Na comunidade onde Caio e a mãe viviam, era natural assimilar os problemas dos outros e integrá-los ao próprio cotidiano. Era por pouco tempo. Dariam um jeito.

O pai de Karlen foi intimado para a primeira audiência e compareceu sozinho. A filha estava internada em uma clínica de reabilitação ali mesmo na Região dos Lagos. Na ocasião, o avô concordou que a guarda de Rayana ficasse provisoriamente com o pai.

— Eu não sei mais o que eu faço com essa menina. Ela foge de casa, vive na rua. Eu tenho que trabalhar no mar e quando eu volto é só reclamação de vizinho, do colégio. Pra senhora ter uma ideia, eu só soube que ela tava de barriga quando a menina tava pra nascer. Ela não tem juízo, não. O melhor é o bebê ficar aqui mesmo. Eu é que não posso levar.

Seu Caetano não se enxergava responsável pela filha de 16 anos. Muito menos pela neta. Ele fez o que pôde. Matriculou Karlen na escola e arrumou para ela um quartinho nos fundos da casa na beira da praia. Achava esquisito ter uma mulher quase feita em casa, mas, como sua rotina era mais no mar do que no chão, foi tocando a vida.

Eu não conseguia fazer um discurso que o fizesse perceber o tamanho da responsabilidade que é cuidar de um filho. Nenhuma palavra, por mais definidora que fosse, transformaria seu Caetano em um pai amável, cuidadoso, preocupado com a formação de sua filha adolescente.

O afeto é consequência da cultura e da informação, pensava eu. A vida que foi permitida ao pescador não garantiu a ele o acesso à transcendência. Acordar, dormir, pescar, colocar comida na mesa e desmaiar de sono, cansado, até a repetição exaustiva nos dias seguintes, era uma realidade dura demais para caber poesia.

Para ele, sua missão estava cumprida. Era como se a preocupação com a sobrevivência aprisionasse o olhar e interditasse os sonhos por antolhos, que focavam o caminho apenas nas necessidades básicas de água, alimento e sono.

Eu tentava entender, desde o início da audiência, como a realidade havia se transformado tão rapidamente em pouco mais de quatro meses. Como todos mudaram tão radicalmente de opinião?

Caio, agora, queria a guarda definitiva da filha. O bebê ocupou não só o único cômodo da casa onde vivia com a mãe, mas se tornou indispensável no dia a dia. A vizinha cuidava da criança. A nova namorada de Caio adorava a menina. Rayana estava bem-cuidada, ganhou peso e vendia saúde,

conforme o atestado trazido pelo pai, que também fez questão de mostrar a carteira de vacinação em dia.

Karlen, muito magrinha e visivelmente debilitada, pouco falava. Com os olhos marejados, conseguiu verbalizar sua vontade, com a voz tremendo:

— Eu quero a minha filha de volta. Ela é minha.

Era visível, naquele momento, que Karlen, para cuidar de alguém, precisava primeiro que alguém cuidasse dela.

Curioso é que seu Caetano não se mostrou disponível para cuidar da filha. O tempo todo ele afirmava que não tinha tempo e que não podia se responsabilizar por acompanhar o tratamento nem pelos cuidados com a neta, caso ela voltasse para São Pedro.

No entanto, ele não tinha coragem de contrariar os desejos de Karlen.

A distância entre as cidades dificultava ainda mais um acordo.

Um dos maiores aprendizados ao longo dos anos como juíza foi compreender que as minhas experiências e os meus valores morais não são balizas para fundamentar as minhas decisões. Enquanto eu conduzia a audiência, refletia sobre o meu amadurecimento e sobre a sorte de assimilar Pirandello ao meu cotidiano. Somos mesmo tantos quantos os que nos veem.

Eu frequentava um mundo e uma realidade nos quais o afeto, o desejo e os sonhos eram tão naturais quanto a respiração, e não entendia que, de alguma forma, aquelas famílias também viviam profundamente os sentimentos de amor e de delicadeza, com cores que faltavam na minha aquarela.

Acolher a neta sem nenhuma estrutura material, tecer uma rede de sobrevivência e garantir os cuidados solidariamente, desejar uma filha de colo, mesmo precisando de outro colo, ter vontade de assegurar à filha a realização de um desejo, mesmo reconhecendo que a solução pode não ser a melhor.

Eram todos profundamente amorosos. Cada qual, do seu jeito, encontrava uma alternativa para que o afeto prevalecesse.

Sonhos possíveis. Diferentes dos que eu era capaz de sonhar, mas igualmente emocionantes e repletos de significado.

Mantive a guarda com o pai. Oficiei às Secretarias de Assistência Social de ambos os municípios viabilizar transporte gratuito para a visita permanente. Karlen assumiu o compromisso de continuar o tratamento.

A guarda poderia ser revista em outro momento, caso a mãe conseguisse condições para garantir a segurança e assumir os cuidados da filha.

Pode ser que o meu discurso tenha auxiliado muito pouco aquelas pessoas a compreender a intensidade da rede de afeto e de cuidado. Mas de fato aquelas pessoas me fizeram compreender que são as ações, e não as teorias, que transformam a existência.

Vendo Rayana deixar a sala no colo da mãe, chorei. Somos mesmo todos vulneráveis.

.....

mas não é
assim na vida?

Sete mortos em um acidente de ônibus. A imagem no meio da tarde, durante um plantão no noticiário, passou despercebida por Rosa. Ela trocava a fralda do neto e, com a mamadeira no fogo, mais a roupa empilhada para passar, não tinha tempo para sofrer desnecessariamente. “Mais uma tragédia”, pensou, dentre as muitas tragédias que diariamente a cidade experimentava.

Só quando a vizinha chegou, gritando do portão quintal adentro, é que Rosa concretizou que uma única morte pode ser mais intensa e dolorosa do que a morte de dezenas, centenas ou de uma multidão. Sirlene, sua filha e mãe do bebê, morrera no acidente anunciado. Os gritos de Rosa foram ouvidos no quarteirão, e, no meio da crise nervosa, ela quase deixou Vitinho cair da cama. Ele ainda não andava com firmeza e faria dois anos em poucas semanas.

No último recado gravado no seu celular, a voz da filha, ansiosa, anunciava a separação definitiva do marido. As poucas roupas que juntou para

a apressada mudança queimaram com os outros corpos. Eram lembranças que, para Rosa, nada mais significavam. Sua filha estava morta. O resto era silêncio.

Passou os dias seguintes ao enterro agarrada ao neto, como se pudesse ressuscitar a filha pelos olhos idênticos da criança. Assim que o caixão desceu, ainda teve tempo de encarar Adão, o ex-genro, e, com desprezo e ódio, culpá-lo pela partida da filha tão jovem.

— Vitinho vai comigo! — disse para ele, virando as costas e subindo na van que seguiria para casa.

Para Adão, foram semanas tentando recuperar o filho. Rosa só permitia que o pai tivesse contato com o menino no portão da casa dela, e na presença da vizinha e comadre. Não adiantavam os argumentos do rapaz.

Três meses depois, com os nervos ainda expostos, estavam todos na sala do tribunal, em volta da mesa, aguardando uma audiência especial que eu marquei antes mesmo de o processo iniciar.

Adão, o pai, ajuizou uma ação de guarda e pediu a busca e apreensão do filho, que estava com a avó materna.

Como não havia qualquer notícia de que a criança corria algum risco, e diante dos fatos narrados por Adão sobre a morte recente de Sirlene, optei por chamar todos ao fórum e, ouvindo de cada qual as suas razões, encontrar uma maneira de manter Vitinho com quem pudesse acolhê-lo em melhores condições. A criança ainda não falava, o que tornava mais complicada a decisão.

Para piorar ainda mais o cenário, Adão inventou de levar a nova companheira, com quem já dividia a mesma casa havia um mês.

“Viúvo é quem morre”, pensei eu, enquanto observava as reações de cada um dos presentes, antevendo que não seria mesmo fácil uma decisão sobre a guarda.

Rosa, nervosa e tremendo de raiva, encarou o genro e começou:

— Você já matou minha filha. Não acredito que agora vai querer me matar, tirando a única coisa boa que eu tenho!

Tenso, Adão tentou explicar que tinha direito de ficar com o filho. Ele era o pai. Não entrou com o processo antes porque não queria fazer Rosa sofrer mais ainda.

Todas as vezes que tentava explicar, no entanto, era interrompido pela ríspida e intransigente sogra, que urrava insistentes acusações.

— Minha filha era muito infeliz, doutora. No dia que ela morreu, ela tava fugindo desse homem. Ela não aguentava mais ser agredida, ameaçada. Não tinha semana que ela não fugia pra minha casa. Esse menino é mais meu do que dele. Eu praticamente crio ele sozinho desde que nasceu.

Adão não negava que o menino passava mais tempo com a sogra do que com ele, mas não conseguia falar. Rosa não deixava.

Como são difíceis os acertos de contas quando uma das partes está ausente e silenciosa para sempre. O neto era, para Rosa, o único vínculo com o desejo de continuar acordando, todos os dias. Para ela, permanecer com a guarda do menino era uma questão de sobrevivência.

Mas Adão tinha direito de falar. Na impossibilidade de ouvi-lo na presença de Rosa, pedi que ela se acalmasse no corredor, enquanto seu defensor permanecia na sala.

Aliviado e podendo se expressar com calma pela primeira vez, Adão começou a chorar.

— Eu gosto dessa velha igual da minha mãe, doutora. Eu sempre brincava com a Sirlene que eu só casei com ela porque tinha esperança que ela ficasse igual à mãe. Mas ela era danada. A gente nunca viveu bem. D. Rosa sempre soube disso. Mas eu nunca fui agressivo e nem violento. Vê se eu tenho cara de quem bate em mulher?! E olha que aquela lá até merecia.

Adão prosseguiu, desenhando uma Sirlene bêbada, caindo pelos bares, fugindo de casa com Vitinho ainda no peito para ir ao baile na sexta-feira. Ele trabalhava muito. Tinha que pagar as contas e ainda ajudava a mãe quando podia.

— O jeito era deixar o moleque com a avó. Ela adorava. Ele fazia companhia pra ela e eu tinha mais sossego. No dia que a Sirlene morreu, a gente tinha brigado porque ela foi no meu trabalho atrás de dinheiro e eu não dei. No enterro, eu até deixei o Vitinho ficar com a avó. Ela tava um passarinho de tão triste.

Perguntei se d. Rosa sabia de todas as histórias da filha. Adão disse que ela sabia, sim, mas ele não gostaria de fazer a sogra ter que ouvir aquilo, na frente de todo mundo.

— A Neide tá me ajudando. Ela também tem um filho pequeno e a gente quer os meninos juntos. Ele tem pai. Por que é que vai ser criado pela avó?

Com Rosa de volta, tive muito cuidado na condução da audiência. Dessa vez, pedi aos demais que esperassem no corredor, enquanto falava com ela.

Compartilhei, sinceramente, a dor que eu sentia em saber que ela perdera a filha. Depois da maternidade, nunca mais fui uma observadora distante de uma notícia como essa, não pelo medo de experimentar na própria carne essa dor, mas pela compreensão de que somos todos humanos, vindos de um só útero largo e generoso.

Tentei fazê-la entender que a guarda de um neto não era um caminho adequado para reescrever a história de Sirlene, para transformá-la na mãe que nunca foi e muito menos para se vingar da morte da filha, que não foi provocada por Adão.

Consegui convencê-la de que Adão tinha sido extremamente generoso, deixando que Vitinho ficasse com ela por tanto tempo. Corri o risco da indiscrição e revelei o quanto o genro a amava.

Encerramos com um acordo. Sob a guarda do pai, enquanto Vitinho não fosse para a escola, ficaria na casa da avó de segunda à quinta-feira. Depois, a visita seria livre.

Felizmente não foi um final ainda mais infeliz.

Envergonhada, lembrei-me dos muitos juízos de valores que fiz durante o processo: cheguei a supor que a avó era uma psicopata, sequestradora do próprio neto; em seguida, imaginei que o pai fosse agressivo e tivesse provocado a morte da própria mulher. Era para isso que servia o contraditório: para evitar a tentação fácil das convicções apressadas.

Decidir sobre a guarda de crianças nunca é tarefa simples. Sem bolas de cristal, sem presunções de má-fé, o melhor é sempre ouvir muito e de todos os lados. Nunca se pode ter certeza sobre o acerto ou desacerto das decisões, mas não é assim na vida?

.....

paternidade em construção

As transformações nas últimas duas décadas, especialmente aquelas que redefiniram os papéis dos integrantes das famílias, foram profundas e rápidas. Isso exigia reciclagem diária dos meus conhecimentos e das minhas convicções, para que as minhas decisões não se limitassem aos processos e, desconectadas da realidade, não tivessem efetividade ou compreensão.

Com a promulgação da Constituição de 1988, os novos ares de liberdade que ventavam no país também sopravam nas casas. Tiravam a poeira e as teias de aranha das famílias, culturalmente reféns da autoridade irracional e machista, com desenlaces perversos destinados àqueles que ousavam se separar e colocar em xeque o casamento, pilar que também sustentava a hipocrisia e, em alguns casos, transformava a experiência do fim do amor em uma prisão para toda a vida.

Em meados dos anos 1990, ainda eram novos os conceitos que nos levavam à compreensão de que as famílias são espaços de afeto, de solidariedade e de respeito. Também eram novas as conformações do cotidiano ensejadas pela igualdade de gênero. Foi nesse ambiente que recebi um inusitado pedido para que um pai pudesse assistir ao parto do filho, com a cesárea marcada para o dia seguinte.

Pouco se discutia, naquele tempo, a guarda dos filhos. Era natural que, com a separação, os filhos ficassem com a mãe, o pai pagasse pensão e os visitasse a cada 15 dias. Era excepcional compartilhar a guarda, e os homens que participavam da vida doméstica ainda eram raros. As produções independentes eram festejadas como uma vitória das mulheres corajosas e pouco se refletia sobre a importância do convívio paterno para fortalecer a segurança emocional das crianças e dos adolescentes.

Se a maternidade era vista como um destino, a paternidade parecia um item acessório e dispensável, o que, felizmente, não se consolidou como comportamento ou tendência a ser seguida.

Foi, portanto, com enorme simpatia e generosidade que me deparei com a pretensão de Alessandro.

O rapaz, com pouco mais de 25 anos, não era casado com Bianca. Namoraram quase dois anos e o rompimento se deu sem que ele entendesse a razão. Descobriu que a moça estava pronta para dar à luz porque um encontro casual o confrontou com a enorme barriga, dois dias antes do ajuizamento da ação.

Alessandro sabia que era o pai da criança que chegaria ao mundo e não podia perder a oportunidade de estar presente na sala de parto quando seu filho abrisse os olhos e chorasse pela primeira vez.

Para decidir um pedido de liminar, o que eu precisava avaliar era se, de fato, ele tinha um direito a ser amparado e se a urgência era necessária.

Eu poderia fundamentar a decisão, negando o pedido, de muitas maneiras: não havia prova de que ele era o pai e, ainda que fosse, o nascimento não seria um acontecimento que inviabilizaria o posterior reconhecimento da paternidade, mesmo porque boa parte dos homens não está presente no momento dos partos.

Como a cesárea estava marcada para o dia seguinte, não havia tempo de citar Bianca e tentar encaminhar um acordo para uma festa de boas-vindas do bebê.

Eu já havia me convencido de que não poderia atender ao pedido do rapaz, mas estava tão sensibilizada com o desejo da paternidade que não achei correto indeferir a liminar em um frio despacho no processo. Pedi que o cartório ligasse para o advogado e trouxesse Alessandro ao fórum, ainda naquela tarde.

Terminadas as audiências, aguardei quase quarenta minutos para que ele chegasse direto do trabalho. Só com a presença ao vivo pude entender o acontecido.

— A gente se dava superbem, doutora. Nunca tinha rolado discussão, briga. Um dia, do nada, ela me perguntou o que é que eu achava de ter um filho. Eu me lembro direitinho desse dia, porque, depois daí, ela sumiu, não atendia mais nenhuma ligação e nunca mais quis falar comigo... Eu achei que era uma pergunta idiota. Nunca podia imaginar que era verdade. Eu disse que a gente era muito novo e que um filho ia acabar com a vida da gente. Ela emburrou na hora. Eu levei um susto, fiquei puto. Desculpa. Fiquei louco!

No encontro, dois dias antes, ela ficou nervosa. Disse que a filha não era dele, embora Alessandro tivesse certeza de que era e que Bianca estava mentindo.

Ele ainda tentou falar com a mãe da moça, mas ela lhe pediu que esperasse o nascimento para depois conversar.

A urgência de Alessandro, no entanto, o impediu de qualquer espera. Queria muito olhar a carinha da princesa quando nascesse.

— É claro que, quando eu falei aquilo, nem em sonho pensei no fim da minha vida por causa de um filho, doutora. Eu sou homem e assumo o que faço. Quero ver minha filha nascer.

Meu primeiro filho nascera havia poucos meses. Sempre evitei que as minhas experiências pessoais comprometessem a objetividade das minhas decisões. No entanto, a lembrança do centro cirúrgico e da importância da tranquilidade para que o parto ocorresse sem transtornos serviu para que eu compartilhasse com Alessandro as minhas inquietações.

— A menos que eu me surpreenda, Alessandro, não tenho nenhuma dúvida de que você é o pai e de que merecia ter acompanhado a gestação da sua filha. Confesso que estou muito emocionada com o pedido que você faz e adoraria poder atendê-lo.

Prossigui, esclarecendo que, no momento do parto, é fundamental que a mãe esteja bem e, pela história que ele me contou, não tinha certeza de que a presença dele seria benéfica a Bianca.

Na decisão, elogiei à exaustão o comportamento do rapaz e os seus desejos de exercer desde o início o papel paterno.

Alessandro deixou a sala aliviado e satisfeito, mesmo sem conseguir o que pretendia. Entendi, ali, que há muitas maneiras de dizer não, mas o mais importante é que a pessoa entenda os motivos da negativa. Finalizei, dizendo:

— A paternidade prescinde de inícios espetaculares, mas é um caminho definitivo, com todas as dores e delícias, Alessandro.

Seis meses depois, retornaram os três. Não se reconciliaram, mas Valentina estava registrada no nome do pai, e ali estabelecerem a pensão alimentícia e regulamentaram a visita.

Nem a paternidade nem a maternidade se definem com a gravidez ou com o parto. A construção cotidiana do cuidado costuma consolidar os papéis e as representações.

Valentina, atualmente, é uma moça. Por um dos acasos da vida, fui abordada recentemente pela avó materna, na calçada. Ela apresentou-se, me agradeceu e me lembrou da história. Infelizmente, Alessandro mudou-se de cidade e não tem contato com a filha há muitos anos. A menina cresceu ouvindo, feliz, as lembranças do processo e do amor com que foi recebida no mundo.

.....

o que se colhe quando não se planta

— E o pai é...

Não tinha uma estatueta do Oscar na mão. Mas a ansiedade percebida pelos olhares em volta da mesa transportou-me para o microfone, com a incumbência de anunciar o resultado mais esperado da tarde.

Na minha frente, Daiane amamentava um bebê de seis meses, e, diante dela, Welington e Walerson conversavam animadamente, como se estivessem em uma mesa de bar.

Não me incomoda a maneira com que muitos se vestem para ir às audiências. Em quase vinte anos, jamais vi alguém em trajes inadequados ou me senti ofendida pela informalidade nas roupas. Vez ou outra uma saia curta, raramente uma bermuda, mas nada incompatível com a seriedade que se espera de uma corte. Algumas pessoas, sim, já revelaram certa frustração porque não me encontraram vestida de toga, peruca branca, um martelo na mão e uma balança na mesa.

Óculos escuros e bonés, no entanto, começaram a desfilarem com frequência, com a chegada da novíssima geração à justiça. Chicletes, tatuagens e alargadores também.

Comecei a perceber que eu estava envelhecendo quando tais detalhes passaram a chamar a minha atenção.

“Será que essa menina não tem quem a oriente?”, pensava eu enquanto notava o piercing no umbigo e a camiseta curtinha deixando a barriga à mostra.

“E os rapazes? É possível que as mães não os tenham visto saindo de casa para uma audiência no fórum, de bermudas, tênis, bonés e camisetas larguíssimas, como se fossem andar de skate?”

Daiane e Welington tinham 18 anos. Walerson acabara de completar vinte. Frequentaram as mesmas baladas e deixaram de frequentar a mesma escola, depois de sucessivas reprovações. Cresceram juntos, na mesma rua.

Nenhum dos três tinha o nome do pai na certidão de nascimento, fato corriqueiro e cruel que nem mesmo a promulgação de uma lei conseguiu resolver.

Surpreendi-me quando, no começo da audiência, perguntei se eles sabiam do resultado do laudo e os três responderam negativamente.

— A gente recebeu uma carta pra ir na Defensoria, sim, cara!

Walerson tentava fazer Welington se lembrar do fato, mas nenhum deles parecia muito preocupado em atender à chamada da justiça. O mais velho replicou:

— Cala a boca, mermão! E se der merda porque a gente não veio?!

Precisei intervir, com cuidado, não em nome da autoridade, mas para ensiná-los onde estavam e de que maneira deveriam se comportar.

Era visível que não queriam afrontar ninguém. Viver em grupo, respeitar regras, limites e leis não era um processo natural. A menos que alguém ensinasse, como poderiam aqueles três meninos entenderem que estavam diante de uma juíza e que ali seriam decididos uma ação de investigação de paternidade e o pagamento de pensão para a recém-nascida?

Polícia e direito penal criminal eles conheciam. A vida na comunidade os fez entender, desde muito cedo, que onde o Estado não chega para educar, ensinar e orientar, chega para punir e agredir.

Era, pois, a primeira vez que enfrentariam a justiça, e eu imaginei que precisava ser clara. Ninguém respeita o que não compreende. O meu primeiro desafio foi esclarecer de que maneira funcionava uma Vara de Família. Era fundamental, também, que tirassem os óculos e os bonés.

— Quando eu converso com as pessoas, gosto de olhar nos olhos delas. Vocês nunca ouviram dizer que os olhos são a janela da alma?

As expressões não eram de deboche, mas de incredulidade. Possivelmente questionavam quem era aquela louca que pretendia enxergar as almas dos outros pelos olhos destes.

O processo tramitou em meio a milhares de outros processos, e apenas naquele momento reparei que os dois rapazes eram réus e que ambos se submeteram ao exame genético para que se pudesse concluir quem era o pai da criança que mamava tranquilamente.

Mais surpresa fiquei quando, lendo vagarosamente a petição inicial, entendi que Daiane não namorou nenhum dos dois supostos pais. Relacionava-se, esporadicamente, ora com um, ora com outro, e a gravidez aconteceu durante o período do duplo e alternado relacionamento.

A revelação mais impactante, no entanto, veio da leitura dos documentos de identidade dos rapazes: eram irmãos.

Então Daiane, durante meses, se relacionara ora com Welington, ora com Walerson, e agora saberia qual dos dois era o pai de sua filha. Antevendo o desconforto pela situação, tentei amenizar o clima, especialmente porque não tinha como mudar o passado.

— Pelo menos a avó ela já sabe quem é.

Os risos e a irreverência dos três eram um sinal de que não tinham a profundidade que se espera de adultos quando confrontados com as responsabilidades da paternidade ou da maternidade.

Apressaram-se em me explicar que tanto a avó materna quanto a paterna ajudavam a tomar conta da menina.

Não era o meu papel naquela audiência, mas, antes de revelar o resultado do exame, gastei um longo tempo falando das doenças sexualmente transmissíveis, da responsabilidade que é ter um filho, da interrupção que causa na vida uma gravidez indesejada.

A adolescência tardia era um fenômeno comum que crescia e se multiplicava. Mas a facilidade com que as avós assumiram os cuidados e a responsabilidade com a neta indicavam que trazer uma alma ao mundo era percebido como um incidente de percurso, sem grandes consequências.

Como se formataria essa geração que chegava agora às Varas de Família? Como estabeleceriam as referências e os modelos? Quando se enxergariam como responsáveis pelos filhos que traziam ao mundo e assimilariam a ética do cuidado, essencial para a tessitura de uma sociedade mais justa?

Incrédula, eu assistia àquelas crianças absolutamente descoladas da realidade que as cercava. Essa não era uma circunstância reservada às famílias abastadas, que mimavam a prole e impediam o crescimento. O modelo do prazer sem responsabilidade havia se espalhado por muitas famílias e realidades distintas.

Mesmo duvidando da capacidade de assimilação do meu discurso, tentei ser clara na definição das obrigações dos pais na vida dos filhos.

Ansiosos, eles pareciam mais interessados no resultado do exame, como se estivessem diante de um prêmio de loteria.

Anunciei, então, a conclusão do laudo.

— O pai de Camile é Welington.

As duas mãos se chocando no ar, em um cumprimento típico de rappers, e um sonoro “yessss” acompanhado de gargalhadas. Assim foi recebida a notícia.

Do outro lado da mesa, Daiane explodiu num choro. Os dois ignoravam a presença da moça, que, inconformada, revelou que só saía com Welington para deixar Walerson com ciúmes.

Para o Estado, apenas a situação da recém-nascida importava. Como parte mais vulnerável, precisava ver garantido o seu direito à identidade e à sobrevivência. Assim foi feito. Foi determinada a inclusão do nome do pai na certidão e fixada a pensão alimentícia com a regulamentação das visitas.

Duvidei, no entanto, que a vida resolveria o grande e real conflito que envolvia aqueles três. A ficção de que se é adulto aos 18 anos é tão irreal quanto a ficção que diz que, com o tempo, se cresce e se amadurece.

Na versão oficial, o processo encontrou solução. Na vida real, a infantilização da sociedade cria raízes, e a árvore da irresponsabilidade não produz nem frutos nem sombra para quem chega.

.....

segredo de justiça

Se alguém entrasse na sala de audiências e visse a cena congelada, poderia supor que estava em qualquer lugar, exceto num tribunal.

De um lado da mesa, Sabrina e a mãe dela, Cristine. Em frente, Alex, ex-companheiro de Sabrina, com quem tinha uma filha, Cristal. Em cima da minha mesa, Cristal se divertia pintando o meu braço com um antigo carimbo que eu guardava na gaveta para essas situações de emergência. Nunca, no entanto, havia usado a estratégia fora do papel. Era inédita a experiência da tatuagem compulsória e foi a única maneira de acalmar a mocinha de pouco menos de dois anos.

Era o primeiro minuto de silêncio desde que entraram na sala, chamados pelo oficial de justiça. Os 15 minutos que o antecederam pareciam uma eternidade, e, antes mesmo de começar a ouvir os interessados, eu já estava exausta. Cristal entrou como um minifuracão e, sem que os responsáveis se abalassem, quase abriu a cabeça na quina da mesa. As tentativas de deixá-la no

colo fracassaram, e, num átimo, ela havia escapulado para o meu gabinete, que ficava ao lado. Consegui interrompê-la na iminência de prender os dedos na porta, mas não cheguei a tempo para impedir que os fios do computador fossem desconectados.

As ações rápidas e sucessivas não suscitavam qualquer reação em nenhum dos três. Percebi que, se eu não ocupasse a criança, não teria como começar. Cristal não quis saber nem de papel nem lápis de cor. Só se interessou pelo carimbo. E eu precisava ser rápida e eficiente. Intuí que a mágica paralisante duraria pouco.

— Ela é assim mesmo. A gente já tá acostumada...

Foi assim que Cristine iniciou a sua apresentação. Aos 33 anos, ela era avó de Cristal e mãe de Sabrina, embora parecessem irmãs, pela maneira similar com que se vestiam e se comportavam. Ela engravidou aos 16 anos, e a filha, aos 15, como se gravidez prematura fosse um diagnóstico sem cura de uma herança genética. Estava ali representando sua filha, que era menor de idade e não podia ir à justiça sozinha.

O processo era um pedido de pensão alimentícia para Cristal. Alex, aos 21 anos, viveu na casa da sogra desde o nascimento da filha e sustentou a criança sem qualquer problema, até poucos meses antes.

— Ele agora tá achando que não tem que pagar nada, doutora! Desde que se enrabichou com a vadia da patroa, deu uma banana pra filha e nem um Danoninho ele comprou mais.

Apenas Cristine falava. Era como se a filha, além de representação no processo, precisasse de voz. A ventríloqua e a boneca não combinavam. Sabrina parecia uma menina, e a voz que reverberava exigindo pensão era vulgar e até grosseira. Não identifiquei se era falta de educação ou apenas ignorância pela cultura inacessível que domesticasse seus arroubos.

Alex trabalhava desde os 16 anos, tinha carteira assinada e entendeu, rapidamente, que deveria se responsabilizar pelas despesas da filha. Sabrina ainda não trabalhava, mas, assim que começasse a ganhar dinheiro, dividiria as contas com ele.

Era mais fácil solucionar o conflito falando diretamente com os pais de Cristal, e, mesmo muito jovem, Sabrina parecia compreender a responsabilidade que a esperava.

É sempre uma angústia lidar com casos de gravidez indesejada na adolescência. Adianta muito pouco fazer discursos moralistas e acabar aprofundando ainda mais as dores experimentadas pelas meninas. Na falta de opção sobre ter ou não um bebê, de que adianta uma advertência?

Se existe um sentimento que pouco constrói é o arrependimento inerte diante de um fato consumado. Ele impede qualquer mudança pelo que foi feito e acaba funcionando como um detonador permanente das culpas, que não diminuem com o tempo.

“E se vocês tivessem usado camisinha?” era uma pergunta que não deveria ser feita. Pouco adiantava tentar devolver o leite depois de derramado. Mas, aproveitando que Cristal ainda estava entretida com a tinta manchando o meu braço, falei sobre a necessidade de se preservar, de ir ao médico, de estar perto da filha, apesar da separação.

O triste era perceber a infantilidade e o alheamento de ambos. Curiosa, perguntei se namoraram muito tempo.

Foram quase dois anos juntos antes da gravidez. Sabrina começou a namorar Alex sem a mãe saber. Cristine não conseguiu esconder a surpresa com a revelação e interrompeu:

— Deixa de bobagem, garota! Você não começou a sair com esse moleque um pouco antes de botar barriga?

Tímida, Sabrina contou sobre o namoro escondido e as facilidades de receber o namorado durante anos, na própria casa, depois do jantar. Alex aproveitou para alfinetar:

— Não tinha mesmo como você saber, Cris. Era balada toda noite! Quando você chegava, eu já tinha metido o pé.

Apressei-me para encerrar a audiência porque antevi uma crise desnecessária se formando no horizonte. Aceitaram um acordo para descontar o valor da pensão e depositar em uma conta que seria aberta no nome da avó. Aproveitei para incluir a visita livremente. Era importante que Cristal crescesse próxima da mãe e do pai.

Enquanto assinavam as atas, percebi que Cristine abordava Alex quase num sussurro agressivo. Ele revidava. Sabrina parecia distante. Era como se não fosse responsabilidade dela a vida que ali se discutia. Cristal começava a

dar sinais de cansaço e puxava meus cabelos, quase derrubando os meus óculos.

— Encerramos aqui. Se esperar um pouco, pode levar o ofício para o desconto de uma vez.

Cristine pegou a neta em cima da minha mesa, entregou para a filha e pediu que elas esperassem no corredor. Alex já se preparava para sair, mas foi impedido pela sogra, que disse que ainda tinham umas coisinhas para acertar. Ignorava a minha presença e falava alto, como se estivesse na calçada de um botequim:

— Eu quero saber quem é que vai tirar o meu nome do Serasa e pagar o que você me deve, moleque.

— Vai se ferrar, coroa! Pagou porque quis! Nem tenta me ameaçar que eu conto pra tua filha o que rolou com a gente.

Perplexa, impedi que a agressão prosseguisse e disse que estávamos em uma Vara de Família e que qualquer outro problema com dívidas deveria ser resolvido em outro lugar.

A sogra, no entanto, parecia enlouquecida e, quase partindo para cima de Alex, vomitou:

— Você é mesmo um babaca! Vou ficar no prejuízo por causa das roupinhas e do tênis que você comprou no meu cartão e não pagou. Se eu soubesse que era pra fugir com aquela coroa vagabunda, não tinha te dado mole. Idiota!

Sem graça, Alex nem tentou explicar.

Com a sala vazia, fiquei olhando para a arte que Cristal havia feito no meu braço. Inúmeras vezes, as carimbadas em vermelho exibiam “segredo de justiça”.

Em que ambiente cresceria Cristal e se tornaria uma mulher? Como amadureceria segura e responsável sem que os adultos que a cercavam tivessem a dimensão das suas responsabilidades e soubessem da importância das suas referências? De quem era a culpa pela sucessão de erros que atropelaram aquelas pessoas pela vida?

O que acabara de acontecer era, na verdade, um segredo de injustiça.

.....

quatro damas e nenhum rei

– Eu mal consegui me recuperar da morte do meu marido e ainda tenho que aguentar mais essa?!

É realmente difícil lidar com o inesperado. Especialmente quando o inesperado é definitivo. Não estava sendo fácil presidir a audiência, embora não tivesse qualquer vínculo com o finado ou com as mulheres que o cercaram enquanto viveu. Desde o início, as quatro mulheres em volta da mesa pareciam dispostas a um jogo de pôquer. Silêncio, constrangimento e poucas manifestações dificultavam qualquer proposta para começar a conversa. Na banca, eu aguardava os comandos para começar a distribuir as fichas e as cartas e assistia às avaliações que uma jogadora fazia da outra, preparando os lances que assegurassem a vitória.

Durante 35 anos, Francisco viveu com Solange. A única filha, Jeane, aos 32 anos se casara recentemente e por pouco não interrompeu a gestação, quando, no meio da tarde de um sábado, recebeu um telefonema da mãe. Desesperada, ela implorava ajuda da filha, porque acabara de assistir ao

marido enfartar. Não houve tempo para nada. Quando o socorro chegou, o médico da ambulância, grosseiro e despreparado, noticiou à queima-roupa:

— Tem que chamar a funerária. Não podemos remover o morto.

Não há um jeito bom de comunicar a morte de ninguém. Das partidas mais esperadas de velhos e doentes às tragédias que ceifam jovens com tanta coisa ainda por fazer, todas as mortes, sem exceção, suscitam a angústia que nos remete à finitude, negada com insistência, nos movimentos banais do dia a dia. Exatamente por isso é que deveria haver um preparo, um cuidado por parte dos profissionais que vivenciam esse momento. Deveria haver punição para aqueles que banalizam a dor dos outros no exercício de uma profissão.

Foram 35 anos de um casamento feliz. Eram companheiros, viajavam juntos, conviviam com o mesmo grupo de amigos desde a adolescência, e, se a injusta ruptura foi violenta, as lembranças e as experiências vividas foram um alento para que Solange atravessasse a tempestade. Não havia ressentimento para resolver, mágoa para cicatrizar. Só uma profunda saudade que o tempo se encarregaria de amenizar.

Nem seis meses haviam passado, no entanto, quando Jeane recebeu um mandado para responder a um processo de investigação de paternidade.

Solange, mesmo antes de procurar saber a verdade e conhecer os novos personagens que invadiam a sua vida, sem respeito ao seu luto, experimentou mais uma dor insuportável: a morte de um marido que jamais conhecera.

Foi mais difícil elaborar a dor da traição do que a dor da morte do companheiro.

Na primeira jogada, Solange indicou que jogaria abertamente. Não tentou parecer altruísta, não procurou pleonasmos para dizer o que pretendia e que não concordava com a realização de um teste de DNA.

— Se ele quisesse, teria feito o reconhecimento!

Assim encerrou o seu depoimento, indicando que não seria nem um pouco simples prosseguir. Glória, no entanto, tratou de explicar as razões do falecido:

— Ele sempre me ajudou com a Júlia. Pagava o colégio, visitava a filha. Eu nunca insisti pra ele registrar porque sabia que ele era casado e feliz.

Jeane foi mais sensata. Desconhecia a existência de uma irmã, mas, se Júlia fosse mesmo filha de seu pai, dividiria com ela a herança. Embora

achasse tudo um pesadelo, escolheu jogar sem dramas.

Intuí que a generosidade fosse decorrência natural da maternidade que acabara de experimentar.

Glória, então, sentiu-se segura para questionar:

— Então você concorda com o exame, Jeane?

Solange transformou-se em uma leoa. Encarou a outra mulher e ameaçou:

— Você é mesmo muito cínica! Não dirija a palavra a minha filha! Você não tem esse direito!

— Calma, Solange — prosseguiu ela. — Foi só uma vez, eu juro. Ele não teve nenhuma culpa.

Interrompi o jogo. Pedi que Júlia aguardasse no corredor. Aos 14 anos, não era razoável que ela fosse apresentada aos conflitos da vida daquela maneira. Se havia alguém ali que não poderia assumir qualquer parcela de responsabilidade pelas escolhas e omissões dos adultos, era a jovem adolescente. Achei uma insensatez a revelação de Glória de que a filha, a quem ela deveria proteger, era fruto de uma aventura fugaz e inconsequente.

Júlia não pediu para nascer. Se era mesmo filha de Francisco, tinha direito ao reconhecimento. Tentei ser objetiva, desconstruir o drama, especialmente porque o pior já acontecera. Ele morreu e não poderia voltar para resolver o problema, assumindo a sua responsabilidade.

Quando Solange estava quase se convencendo de que não era razoável impor a uma criança o ônus da irresponsabilidade dos pais, Glória, como uma péssima jogadora, blefando e escondendo cartas, falou, em tom gentil, beirando a ironia:

— Eu trabalhei com Francisco mais de vinte anos. Sempre fomos muito amigos, você sabe. Ele sempre foi apaixonado por você, Solange. Ele me contava as histórias da Jeane, pequeninha, dos planos de se mudar para a praia. Você não imagina quanto aquele homem te amou. Nós só estivemos juntos uma vez, num congresso em Fortaleza, lembra? Você não pôde ir.

Imaginei que Solange quisesse abreviar a história, mas ela desejava muito ouvir e estava curiosa com as peças desconhecidas que formavam a parte desconhecida do seu marido. Glória prosseguiu:

— Eu é que não deixei ele registrar. Em respeito a você. Ele te amava muito.

Quem não aguentou mais assistir a tantos blefes fui eu. Estava nítido que Glória era apaixonada por Francisco e aceitou viver como amiga compreensiva porque era a única forma de tê-lo por perto. Percebi que ela usava aquela mesa, como perdedora contumaz, mas que, com meias verdades sucessivas, queria se sentir vitoriosa porque finalmente destruiria o amor, que ela sabia ser verdadeiro, entre Solange e o marido.

Pedi que Glória silenciasse. Dirigi-me a Solange e perguntei:

— Solange, você viveu 35 anos com um homem. Acha mesmo possível que ele seja outra pessoa, apenas porque teve um relacionamento eventual com outra mulher? Não acho razoável você reduzir toda a história que viveu ao lado dele a uma noite em um congresso. Pense bem: se a Glória não tivesse engravidado, você jamais saberia do acontecido e, no baú das memórias, só encontraria as boas lembranças.

Não sei o que Francisco teria feito se não tivesse morrido. Jamais poderia saber. Mas a vida é feita do que fazemos e não do que idealizamos. Achei que eu deveria amenizar algumas dores. Era desnecessário ser objetiva e decidir no papel, sem me preocupar com as perdas já impostas àquelas mulheres.

Consegui convencer Solange da importância do exame de DNA. Consegui estancar as jogadas de Glória. No fundo, também senti pena dela, pela péssima qualidade da vida que escolheu viver. Na sombra, mendigando afeto e com uma filha para criar.

Com todas as cartas abertas em cima da mesa, sem o rei, o melhor foi dividir todas as fichas, igualmente, entre as quatro damas.

.....

maria
roleta

— Qual o problema de um pai passar o fim de semana com a filha?

Juliana não confiava em Adilson. Muito menos na mulher dele. Impedia a filha de quatro anos de manter um contato permanente com o pai. Visitas apenas na casa dela. Sair sozinho com a menina, nem pensar.

— A senhora devia, antes de ficar me olhando de cara feia, perguntar pra ele por que só depois que eu pedi pensão é que ele entrou com esse processo. Quatro anos e nunca quis saber da menina! Por que isso agora?!

Era comum o quadro. Alguns pais apenas se lembravam da existência dos filhos quando recebiam a intimação para pagar pensão alimentícia.

Mesmo assistindo às mudanças no comportamento masculino nas últimas décadas, com os homens mais presentes nos cuidados cotidianos com a prole, lamentavelmente aquele era um cenário corriqueiro.

Não que eu acredite no amor natural. Nem da mãe, nem do pai. Mas é curioso perceber a facilidade com que alguns homens se descolam da

representação paterna, como se não tivessem participado da concepção.

Uma mulher não pode ser mãe sem saber. O mesmo não vale para os homens. Será que não causa alguma inquietação saber que uma vida que partiu do seu sêmen pode andar por aí sem que se tenha qualquer ingerência ou conhecimento do fato?

A repetição do descaso era tão comum que, todas as vezes que algum pai se interessava pela aproximação com os filhos, o meu olhar era de admiração e generosidade. Ser cuidado pela mãe e pelo pai é um direito da criança. Isso não deveria jamais desaguar em um conflito.

Mas a insistente Juliana não cedia, e tinha certeza de que, depois que conseguisse me explicar toda a história, eu a entenderia e até lhe daria razão.

Adilson era trocador do ônibus que ela pegava. Juliana trabalhava cedo em uma fábrica e tinha 17 anos quando parou de estudar para sustentar a família. Todos os dias, a abordagem insistente. Ela acreditou na conversa dele, que dizia jamais ter experimentado um amor como aquele.

Resistiu o quanto pôde. Recatada, nunca namorara até então, e, se cedeu, foi porque ele prometera cuidar dela e com ela formar uma família. Seu sonho era viver com uma mulher que enrubescesse quando a boca sussurrasse em seu ouvido. E Juliana era assim: a mocinha da bochecha cor-de-rosa, como ele dizia, se derretendo.

— Esse desgraçado nunca me disse que era casado, doutora!

No começo, eu estava impaciente ouvindo a inverossímil narrativa. Impossível tal recato no século em que vivíamos. E mais impaciente ficava quando percebia a irracionalidade em impedir o convívio entre um pai e uma filha.

Aos poucos, no entanto, fui percebendo que era verdade o que Juliana contava. E, perante o olhar debochado de Adilson, fui tomada por uma vergonha profunda. Como eu podia julgar os conflitos dos outros e generalizar os comportamentos, como se todos devessem se submeter aos padrões dos meus preconceitos?

A rapidez com que ela agora falava era desproporcional à sua timidez. A raiva da voz cabia perfeitamente na paisagem que pouco a pouco foi sendo desenhada diante de mim.

Depois de persistentes investidas diárias, começaram a se encontrar. Todos os dias depois do trabalho. Nunca nos fins de semana. Ele sempre era escalado para o plantão.

Uma gravidez e a ansiedade de marcar o casamento precipitaram a revelação: ele nunca quis um filho e era casado havia dez anos.

Desesperada, Juliana ainda tentou se submeter à condição de “a outra”. Estava apaixonada e precisava de um suporte para criar o bebê a caminho. Recebeu desprezo.

Poucos estragos são tão devastadores quanto os causados pela ira de uma mulher desprezada. Ela foi ao serviço da esposa de Adilson. Aos berros, anunciou a gravidez e o golpe de que fora vítima. Ele negou tudo e ainda convenceu a mulher de que era ele a vítima do golpe da barriga.

O reconhecimento da paternidade só foi feito depois de um processo com exame de DNA e quando a menina já estava com dois anos.

Ela nunca cobrou pensão. Virou a página e resolveu apagar o folhetim da sua vida. Desempregada, no entanto, não teve escolha: entrou com uma ação de alimentos e, em represália, agora estava ali, respondendo a um processo de regulamentação de visitas.

Exausta e aos prantos, tremia ao reviver cada minuto daquele drama que preferia esquecer.

O Don Juan do lotação não se comoveu. Mesmo assistindo à catarse de Juliana, insistiu:

— A senhora ouviu essa historinha, mas todo mundo sabe que essa aí sempre foi a maior maria roleta.

A ofensa não era só dirigida a Juliana. Respirei fundo e tentei me controlar para não usar a minha autoridade e reduzir aquele projeto de homem a pó. Adilson não compreenderia um sermão. Também não era meu papel escancarar, publicamente, a sua baixeza.

Não olhei para ele. Dirigi-me a Juliana e, serenamente, disse:

— Lamento, Juliana, que a vida tenha lhe criado essa armadilha. Pai e mãe nunca são escolhidos. Mas é importante o convívio para a criança. Por pior que tenha sido a história de vocês, e ainda que não sejam as melhores intenções que levaram o Adilson a procurar a justiça, é bom que sua filha saiba

quem é você e quem é o pai dela. Com o tempo, os filhos conseguem avaliar e escolher. Você não pode tirar esse direito da menina.

Quase podia apostar que ele jamais procuraria a filha para a visita regulamentada. Mordendo os lábios de raiva e talvez intuindo o que eu acabara de suspeitar sobre manter contato com a criança, ela aceitou o acordo.

No fim da audiência, eu, quase orgulhosa por ter controlado os meus impulsos de gênero, não aguentei e interceptei Adilson antes que ele deixasse a sala.

Encarei-o duramente e o adverti:

— O senhor nunca mais se refira a nenhuma mulher desse jeito. Entendeu?

Era óbvio que ele não entendera, nem iria entender. Só não ousou me contrariar. Fez bem.

.....

quem fala o que quer...

Muitos problemas causados pelos conflitos pessoais desapareceriam caso alguém inventasse um aparelho decodificador de intenções.

As eternas discussões da relação nascem, muito mais do que em geral supomos, do fato de que o som, ao deixar uma boca e chegar a dois ouvidos, encontra no trajeto ruídos que poluem as palavras, e, uma vez agregados, chegam transformados em outros sons derivados. Geralmente, o que se escuta é o oposto do que se disse.

O retorno e o eco são quase sempre mais desastrosos. As horas seguintes, gastas para esclarecer e entender, terminam resumidas a intenções de uma segunda conjugação, que dificilmente suplantarão a falta de cuidado inicial.

Muitas vezes, parece que a dificuldade de comunicação, uma vez superada, devolveria aos homens o estado natural da humanidade.

Enquanto tal engenho não é acessível, o melhor é encontrar maneiras de ouvir e se fazer entender. Ou tentar escutar o que é falado.

O sujeito apaixonado, no entanto, padece de diagnóstico distinto. Sempre escuta o que quer, ainda que nada seja dito.

— Ele pode dar a desculpa que quiser. Eu sei exatamente o que significa aquele olhar.

Normalmente, o resultado é correto. Especialmente porque, na experiência da paixão recíproca, pouco importa o que se fala e o que se ouve. O desejo de um é quase igual ao do outro. De preferência, em silêncio.

Os transtornos começam devagar. Nunca simultaneamente para ambos. Algumas palavras sempre pronunciadas como manifestação de cuidado começam a soar irônicas. Outras declarações, antes de encantamento, chegam como irritação.

Difícil vencer os ruídos, uma vez instalados. Muitas vezes, observando casais no momento da separação, na justiça, eu conseguia perceber com clareza que os dois falavam exatamente a mesma coisa. Ambos concordavam com as minhas conclusões, muito próximas do que eles mesmos falavam. Deixavam a sala de audiências com a sensação de vitória, ainda que a minha decisão fosse exatamente ratificar os desejos comuns aos dois.

Se essa doença, ainda sem classificação científica, fulmina aqueles que já dividiram as almas, os corpos e a vida, causando cicatrizes definitivas, dores crônicas e muitas vezes levando à morte, o que dizer dos demais mortais, a quem diariamente é imposto o exercício da comunicação como condição inicial da vida em sociedade?

Impor a língua do dominador é parte da história. Aprender a língua do outro para dominar e reagir, também. Shakespeare sintetizou o modelo humano em *A tempestade*. Ali, Caliban amaldiçoa Próspero, na língua que dele aprendera.

Falar e ser compreendido. Ouvir a intenção do que se disse. É a síntese de um ambiente mais digno para se viver.

Apreendi com um amigo juiz no Amazonas que os índios, quando querem falar com suas crianças, ficam de cócoras para se alinhar aos pequeninos. Olhar o mundo do mesmo lugar é um bom exercício para afinar uma conversa.

Ainda há, nesse cenário, reservas de palavras apropriadas por determinados segmentos profissionais. Na economia, na medicina, na justiça.

Certamente é muito mais grave uma astenia do que uma fraqueza orgânica. Gastar menos do que arrecada seguramente é menos eficiente e sério do que um ajuste fiscal. E ganhar o que se pede na justiça é mais banal do que ter o pedido julgado procedente.

Não advogo o empobrecimento da língua. Nem sequer a abolição de termos técnicos. Mas, para reduzir o enorme e natural abismo das dificuldades de comunicação, muito ajudaria a simplificação de algumas dessas linguagens. É bom saber de onde se fala, mas, principalmente, para quem se fala.

Não me considero uma pessoa formal. Inúmeras vezes, precisei traduzir para as partes de um processo o que ditava na audiência. Era desumano obrigar que eles assinassem uma folha com o resumo do que acontecera sem que soubessem o que era uma ata ou as manifestações dos seus advogados.

Simplificar a linguagem jurídica, sobretudo quando o ouvinte for um cidadão sem acesso à educação, à cultura, à saúde e às políticas de inclusão, no meu modo de ver, é uma obrigação do magistrado.

Certa vez, ouvi desse mesmo amigo amazonense uma história acontecida com outra colega, quando assumiu uma vara a poucos quilômetros de Manaus.

Era uma ação de alimentos. O réu, servidor da prefeitura, tinha um contracheque (coisa rara na região). A maioria das ações de alimentos era solucionada com entrega de peixe salgado ou de uma cesta básica para os meninos. Dinheiro pouco circulava por ali. Por isso a magistrada, tranquila com a possibilidade de fixar a pensão de 30% para os três filhos do rapaz, mal o deixou falar.

— Mas, doutora, isso eu não posso pagar, não.

— Não tem jeito, meu senhor. Vai ter que pagar.

— Pago, não.

— Se não pagar, vai preso!

— Então a senhora pode me prender, mas pagar eu não pago.

Atônita, acostumada aos litígios na capital, a juíza deu uma última chance para que ele explicasse tamanha ousadia.

— É que eu tenho mais oito filhos que moram comigo, doutora. Se eu pagar isso que a senhora mandou, não vai sobrar nada pra eles...

— Oito?! — reagiu quase aos gritos a eminente magistrada.

E prosseguiu:

— O senhor tem uma prole muito grande.

— Grande e grossa! — disparou o caboclo.

Adotei a história como cartilha de orientação: posso falar o que quero e da maneira que quero, desde que tenha ouvidos para compreender tudo o que quiserem me falar.

.....

nunca é perda total

– O telefone tocou de madrugada. Qual mãe não treme quando recebe uma ligação assim? Eu sabia que tinha acontecido alguma coisa com meu filho, mas nunca podia imaginar que ele ia ficar desse jeito para sempre.

Aos 32 anos, Rui nunca mais experimentaria qualquer movimento, senão o dos olhos e, com muita dificuldade, o do canto da boca.

Um caminhão acertou o carro que o rapaz dirigia. Perda total. Quem viu as ferragens duvidou que o motorista tivesse saído com vida. Mas ele era jovem, saudável e, depois de quase três meses numa UTI, instalou-se na casa da mãe, com um serviço de *home care* em tempo integral. Ali, passaria o resto da vida, ligado a aparelhos que o auxiliariam a respirar e a se alimentar.

Rui era filho único de mãe viúva. Dona Norma se culpava diariamente. Foi ela quem o estimulou a aceitar o emprego e a mudar para outro município, no norte do Estado. Sentia-se responsável pela condenação do filho ao silêncio e à paralisia. De todo modo, estava tão envolvida com as mudanças impostas à

rotina doméstica que mal teve tempo para se preocupar com mais alguma coisa.

Também não podia imaginar que, enquanto cuidava do filho, dormindo no corredor do hospital durante toda a internação, a mulher de Rui, Lisandra, se ocupava dos problemas materiais, sacando o dinheiro da conta conjunta com o marido e recebendo o seguro obrigatório.

O mais surpreendente foi constatar que, passados seis meses da tragédia, quando finalmente precisou ir à justiça para interditar o rapaz e entrar com o pedido de aposentadoria, outro processo já havia sido proposto, em outra comarca, por Lisandra.

Comecei a audiência e demorei a entender o que estava acontecendo. Normalmente, não havia litígio nas ações de interdição. Era necessário ir à justiça para que uma pessoa fosse declarada incapaz e um curador pudesse representá-la, especialmente nas questões referentes ao patrimônio. Não havia dúvida alguma sobre a necessidade da interdição de Rui. O problema era a escolha do curador.

Casados havia pouco mais de três anos, Rui e Lisandra tinham uma filha de oito meses. O casal vivia uma crise, e, na véspera do acidente, ele saíra de casa. Dormiu no apartamento de um amigo e de lá pegou a estrada, encarou o caminhão e a incapacidade permanente.

Na audiência, Norma e Lisandra pareciam prontas para uma rinha. Encrespadas, encaravam-se desafiadoramente, uma tentando impor sua verdade à da outra. Eu não conseguia compreender com clareza se havia uma disputa pelo afeto de Rui ou pela parca pensão, além de uma necessidade de se atribuírem, mutuamente, a culpa pelo acontecido.

Os advogados tentaram, no início, criar uma barreira processual para que eu definisse que o processo deveria ser julgado em Campos. Não era uma decisão complexa. Lisandra entrou com o processo primeiro, e os processos de interdição deveriam correr no local onde reside o interdito.

Complexa, no entanto, era a realidade. Rui estava inerte, na casa da mãe, em meio a uma ruptura com Lisandra e à falta de informação sobre os rumos do casamento. A presença de todos ali era devido à necessidade de encontrar uma solução objetiva para resolver a principal questão: quem cuidaria da vida material de Rui, dali para frente?

Os reflexos da decisão não atingiriam apenas o rapaz. O bebê de oito meses precisava da pensão do pai para sobreviver. Era possível encontrar uma saída minimamente justa, diante da grande injustiça imposta pela vida àquelas pessoas?

Consegui convencê-las de que poderíamos prosseguir com o processo na minha vara. Fomos, então, desenhando as prioridades para que a decisão judicial, se necessária, se limitasse ao essencial.

Inicialmente, era preciso estabelecer onde Rui moraria dali para frente. Para Norma, era inquestionável a sua permanência na casa dela. As adaptações e obras já haviam sido feitas.

— Como é que meu filho vai voltar pra Campos desse jeito, doutora? Eles moram num cubículo. Nem cabe a cama que ele precisa. E como é que ela vai cuidar dele com a menina ainda nas fraldas? Ela só foi uma vez ao hospital e nem imagina como é o dia a dia lá em casa.

Irredutível, Lisandra tinha certeza de que o melhor lugar para Rui era ao seu lado, ao lado da filha que eles tanto desejaram.

— Não é verdade que a gente vivia brigando. É normal casal brigar às vezes. Ele trabalhava embarcado, e depois do nascimento da nossa filha eu fui ficando muito cansada, irritada. Me sentia sozinha. Quando ele saiu batendo porta, eu juro que eu não queria que fosse pra sempre.

— Mas, em vez de correr pra cá e cuidar dele, você correu pro banco e tirou o dinheiro todo! — interrompeu Norma, em tom acusador.

Lisandra desabou num choro, e a sua explicação, aos soluços, não só comoveu, como também convenceu a todos. Aos 28 anos, iniciando a vida e os projetos, também ela foi atropelada pelo caminhão que imobilizou Rui. Ela sabia das dificuldades pragmáticas para acolher o marido, mas não abriria mão dele. O que motivou a briga e a saída de Rui de casa foi um relacionamento novo. Ele contou à mulher que estava apaixonado e que queria o divórcio.

— A gente não teve tempo pra conversar depois disso. Acabou pra ele. Acabou pra mim. E a talzinha, que eu nem sei quem é, sumiu no mundo. Agora é fácil todo mundo me acusar de ser aproveitadora, querer só dinheiro. Mas como é que eu ia pagar as contas da casa, cuidar da menina? Parece que eu é que fiquei parálitica. Não consigo me mexer pra lado nenhum...

Parecia que a perda total atingia a todos. Como era possível imaginar saída razoável para uma tragédia de tão grande proporção?

Diante do inevitável, não adiantava pensar em alternativas pretéritas. Não era possível alterar o passado. Mas não era razoável condenar todos à imobilidade da alma. A mãe, a mulher, a filha e Rui acordariam dia após dia, apesar do caminhão, e ficariam amarrados à repetição da mesma cena do acidente, caso não vislumbrassem outros caminhos para a sequência impositiva da vida.

A incapacidade de Rui, como informou a mãe dele na audiência, não comprometeu a sua percepção do mundo e não o interditou dos desejos. Ele precisava ser ouvido. Conseguia se comunicar pelos olhos e por um fio de voz, com a rápida retirada do respirador, se necessário.

No dia seguinte, fui à casa de Norma para entender quais eram as pretensões de Rui para solucionar a própria vida. Se ele nunca mais conseguiria caminhar ou falar, eu não permitiria privá-lo de qualquer decisão, ainda que com todas as dificuldades de comunicação. Facultei a Lisandra a possibilidade de ir à casa da sogra, na companhia do bebê. Seria uma boa oportunidade para que Rui pudesse ver a filha. Não era fácil o contato diário. Quase quatro horas de estrada separavam a família.

Na casa simples, cuja cozinha se transformara em uma unidade de tratamento intensivo, Rui dividia o espaço com um cuidador e uma enfermeira, que se revezavam nas 24 horas do dia.

Sorriu com os olhos e se emocionou com o contato físico com o bebê. Piscando os olhos para baixo e para os lados e, uma ou duas vezes, respondendo rapidamente às perguntas, com a retirada do respirador, consegui me fazer compreender que queria ficar onde estava, queria que a filha estivesse com ele sempre que possível, concordava em usar parte do seu salário para sustentar a menina e que não tinha mais vontade de ficar casado com Lisandra.

Não entendi se a opção pelo fim do casamento era, de fato, a sua vontade ou uma opção altruísta para liberar a jovem mulher do encargo.

A interdição foi parcial. Apenas para que Norma pudesse assinar documentos, movimentar o dinheiro, representá-lo no processo de divórcio e de pensão alimentícia.

Lisandra, diante do gigantismo da estrutura necessária para o cotidiano de Rui, aceitou que ele permanecesse onde estava. Mesmo triste com o fim do amor, ela não conseguia verbalizar o seu desamparo. Era como se, diante de uma tragédia maior, todas as nossas pequenas tragédias parecessem insignificantes.

Rui não só parecia adaptado à nova realidade, como também conformado. Não notei qualquer sinal de raiva, ódio ou desejo de abreviar a própria vida.

Óbvio que o tempo que permaneci ali era insuficiente para dizer que o rapaz aceitava, com resignação, o que a vida lhe destinara. Mas aprendi que, mesmo diante do irreversível, há infinitas maneiras de enfrentar as dores e as perdas.

Na saída, olhei para a parede em frente à cama, único lugar acessível aos olhos de Rui. Ali, uma enorme bandeira do Vasco enfeitava o inóspito ambiente. Como a nossa conversa havia sido leve e tranquila, me permiti uma piada antes de sair:

— Então você é mesmo um sofredor, Rui, como meu pai.

Os olhos que falavam começaram a se movimentar acelerados, negativamente.

A enfermeira, às gargalhadas, explicou o inusitado. Aquilo era resultado de uma aposta do flamenguista alucinado com o médico que o atendia diariamente.

A vitória improvável do time do seu intensivista levou à pior condenação que um rubro-negro poderia experimentar. Uma semana encarando a cruz de Malta, sem poder desviar o olhar.

Foram minutos de gargalhadas e bom humor até que eu deixasse o local. Fiquei envergonhada quando me lembrei da minha primeira reação ao ler o processo. Eu não conseguia pensar em outra alternativa, senão na morte, para conviver com uma limitação tão profunda pelo resto da vida.

No entanto, Rui desejava o convívio com a filha, se divertia com as pessoas que com ele conviviam e era um apaixonado pelo Flamengo, além de extremamente simpático e bem-humorado.

Mais uma ferramenta que a vida me fornecia para lidar com as injustiças.
As perdas nunca são totais.

.....

o céu que nos protege

Em julho de 1947, o jornal *Roswell Daily Record* estampava, na primeira página, a notícia de que o 509º Grupo de Bombardeiros das Forças Armadas dos Estados Unidos havia tomado posse dos destroços de um disco voador.

No mesmo julho do mesmo ano, o delegado Abelardo despachava em um processo, no Rio de Janeiro:

Às 10 horas recebi comunicação de que havia um homem morto na rua do Triunfo, frente ao nº 63. Fui ao local e verifiquei tratar-se de ANTONIO CRISTIANO, brasileiro, pardo, com 37 anos, operário, que dormia nas obras do nº 63 e, ao que me pareceu, teria se jogado da cobertura do prédio, tendo na queda batido nos fios elétricos, arrebentando-os. O cadáver apresentava ferimentos na região frontal. Solicitei perícia.

O que teria acontecido nos céus daquele julho tropical?
Do disco voador, até hoje se fala e se investiga.

De Antonio Cristiano, pouco se sabe.

O processo amarelado ficou esquecido no fundo de inúmeras estantes. Uma correição no cartório, em 2013, trouxe os autos para a minha mesa.

Antonio deixou bens. A importância de Cr\$87,60 encontrada na sua carteira foi convertida em selos. Nenhum parente procurou o seu corpo. Nenhum herdeiro apareceu para reclamar a herança. A inflação e as mudanças monetárias reduziram a nada todo o patrimônio do trabalhador.

Sepultado sem amigos, sem parentes, sem história, sem memória e sem saudade, chorei pelo seu último voo solitário e registrei a fugaz existência de um homem profundamente desamparado, com a foto dos selos e a remessa dos autos para o arquivo.

Que descanse em paz.

.....

quem manda é ela!

Ao tentar vender uma casa, um senhor descobriu que estava interditado desde 1970 e continuava casado com a sua curadora, desde então.

Pedi, na justiça, autorização para a venda. Era um bom negócio e tinha urgência na sua conclusão.

Marquei uma audiência porque entendi que ele podia não ser incapaz. E não era mesmo.

Aposentou-se por um problema de depressão e, na ocasião, foi orientado a entrar com o pedido de interdição. Nem ele nem a mulher sabiam da declaração de incapacidade e nem para o que servia aquele processo antigo. Durante todo esse tempo ele continuou apto para todos os atos da vida civil: movimentava a sua conta no banco, dirigia, votava.

Constatei que não era caso de autorizar a venda, mas de anular a interdição que nunca deveria ter existido. Nosso encontro foi divertido. O casal e os filhos davam risadas com o inusitado da situação.

Em quase quarenta anos, a única restrição sofrida, em razão da interdição, foi a impossibilidade de vender o imóvel.

Impressionante como uma sentença pode se distanciar da vida real dessa maneira. A constatação mais concreta veio dele:

— Eu nunca percebi nada mesmo. Lá em casa, com ou sem interdição, sempre foi ela quem mandou.

.....

desejo em estado bruto

Memória olfativa é curiosa. Custei a entender que o cheiro de inseticida que exalou durante aquela audiência tinha origem em uma lembrança de mais de trinta anos.

Era esse o aroma de um hotel, em cima de um posto de gasolina em Paracatu, quase chegando a Brasília.

Foi a primeira das muitas viagens rodoviárias das férias de julho. Muitos quilômetros de estrada. Apenas meu pai no volante. Lotação completa e mais uma avó.

Crianças andavam no banco da frente. Sentavam-se em um banquinho de couro improvisado colocado estrategicamente sobre o freio de mão. Nenhuma lembrança de cinto de segurança. Nenhuma reserva de hotéis.

Se havia estresse ou confusão, irritação ou desgaste naquele confinamento Brasil adentro, a memória tratou de apagar.

Não lembro se antes ou depois do pernoite no Hotel Presidente paramos em Cristalina.

Minha mãe era diretora de um jardim de infância. Nas vésperas da festa do Dia dos Pais, nada mais natural do que encher o carro com chaveiros de pedras brasileiras. Era o presente ideal. Fácil de transportar, barato, diferente. Além da bagagem de seis pessoas, prosseguimos, então, com a tonelada de pedras no chão do carro, sob os pés de quem, por azar, viajava no banco traseiro.

Uma das formas de passar o tempo e evitar que as três crianças se engalfinhassem ou que a viagem ficasse enfadonha era anotar todas as frases dos para-choques dos caminhões.

Nossa iniciação ética e filosófica começava ali. Nas retas e curvas, entre gargalhadas e inquietações, aprendíamos muito:

“Não faça planos pra vida, pois isso pode atrapalhar os planos que a vida faz pra você.”

“Em casa que mulher manda até o galo canta fino.”

“Sogra é igual a onça. Todo mundo defende, mas ninguém quer ter em casa.”

“A paixão é igual fumaça, sufoca, mas logo passa.”

“A força da tua inveja é a velocidade do meu sucesso.”

“Não crio juízo porque não sei o que ele come.”

“Quem me vê na sombra não sabe o sol que já levei.”

Todas as lembranças emergem de um mecanismo curioso. Na área pouco explorada do cérebro onde ficam guardados os esquecimentos, uma seleção aparentemente caótica das reminiscências era pinçada para o tempo presente.

Tudo isso para chegar a uma frase cujo significado era, até ali, indecifrável para mim: “Chifre dói pra nascer, depois ajuda a viver.”

Waldemir repetia sua história pela quarta vez. Concluía sempre da mesma forma:

— Por mim, tudo bem, doutora, eu volto. Mas ela não quer...

Ela não queria mesmo. Não porque tripudiava do marido. Não porque pretendia acabar um casamento depois de 18 anos. Era cansaço. Ela não aguentava mais se submeter ao ciúme excessivo do parceiro.

Se chegava cedo em casa, era porque queria encontrar o vizinho no ônibus. Se se atrasava, era porque estava com o patrão. Se faltava alguma coisa da feira ou do mercado, era porque se enrabichava com o feirante ou com o

vendedor. Ele desconfiava até do motorista da van e do inspetor que ficava na portaria da escola do filho.

No início, ela achava graça quando Waldemir insistia em se enxergar vítima de uma traição. Parecia uma brincadeira escolhida para jogar a dois. Ela negava, depois fingia que podia ser verdade, algumas vezes inventava histórias picantes, com detalhes eróticos que excitavam o parceiro. Terminavam, invariavelmente, na cama.

Mas, como toda brincadeira a dois, quando um não quer mais, o outro precisa respeitar. Ou insistir em jogar sozinho e acusar o que abandona o tabuleiro de levante ou traição.

Rosana cansou. Não era possível que, depois de tantos anos, o marido apenas se interessasse pelos homens que ela inventava para trazer para a cama.

Não estava mais disponível e, a pretexto de evitar o marido, passava as noites no computador. Como as investidas de Waldemir não colaram, ele pediu o divórcio, usando o processo como uma ameaça, mas agora, arrependido, tentava restabelecer o casamento.

A maneira torta que encontrou, no entanto, foi fazer com que Rosana se sentisse culpada.

— Ela não cuida de mim nem do menino, doutora. É a noite toda com a cara enfiada no computador. Só pode ser outro homem.

Rosana cansara de negar. Não era a primeira vez que o ciúme assolava a relação. Das outras vezes, as reconciliações foram tórridas e parecia que Waldemir decidira que o fio da navalha, amolado por uma desconfiança permanente, era o segredo do sucesso do seu casamento.

O casal vivia com dificuldades. Nenhum dos dois concluiu o segundo grau. Davam duro no trabalho e o que ganhavam mal cobria o aluguel e as despesas básicas. Rosana contava toda a sua história, sem nenhum pudor ou sem qualquer resquício de sofisticação do desejo.

Eu mal tinha completado trinta anos e, com a arrogância que a juventude é capaz de produzir, embora não julgasse o comportamento do casal, enxergava como improvável que os dois, preocupados em sobreviver e pagar contas, pudessem se entreter com brincadeiras eróticas que alimentassem o desejo sexual ao longo dos anos.

Felizmente e com sorte, o tempo ajusta a lente, amplia o olhar e reduz a arbitrariedade das convicções que engessam e aniquilam a criatividade.

Rosana não conseguia verbalizar, claramente, o que sentia.

— Um enjoio, doutora. Eu não tenho vontade de ficar perto dele. Ele encosta em mim e eu não sinto mais nada. Não tenho ninguém, não, mas não acho que é certo ficar junto quando não tem mais fogo.

Waldemir, meio sem graça, mas ainda esperançoso, insistiu:

— Não tem falta de fogo, não. Pros amantes do computador, você tá sempre pronta.

O tom distante de Rosana fechou o diagnóstico:

— O que eu faço ou deixo de fazer não é problema seu, homem! Vá cuidar da sua vida. Eu, se fosse você, procurava era um macho pra ver se fica feliz. Nunca vi um homem gostar tanto de ser corno!

Eu não sabia como lidar com aqueles desejos em estado bruto. Olhando de longe, poderia parecer grosseiro ou insuportável o diálogo que eu acabara de ouvir. Mas, naquele contexto, o que um dizia era compreendido pelo outro, e nenhum dos dois se ofendia com a clareza cortante dos substantivos e adjetivos.

O triste não foi constatar que aquela brincadeira acabara. Difícil foi comunicar a Waldemir que *todas* as brincadeiras acabaram. Rosana não o amava mais e não queria continuar casada.

O fato de os dois não conhecerem os discursos simbólicos ou dominarem os desejos, expressando-os com as palavras acertadas, não os fazia menos angustiados diante da constatação do fim do amor.

Waldemir chorou como criança, mas concordou com a separação.

Eu não tinha o que dizer para diminuir a dor que ele experimentava, mas achei que Waldemir e Rosana não mereciam sair assim da audiência. Elogiei os dois pelo tempo que viveram juntos, pela alegria do convívio de 18 anos e pela maturidade em compartilhar a guarda do filho, dividindo a pensão. Disse que eu fazia separações todos os dias e sabia que tudo ia passar. Torci, de coração, para que ambos encontrassem novos caminhos na vida.

Quis muito repetir a frase do caminhão: “Chifre dói pra nascer, depois ajuda a viver.” Felizmente silencieei. Também aprendi, nas muitas viagens que

experimentei, que há verdades que não precisam ser verbalizadas, especialmente nos tribunais.

.....

até que a morte nos separe

Não era possível que o casal da próxima audiência fosse quem eu estava pensando. Provavelmente eram homônimos. Que ex-marido, depois de oito anos de um divórcio promovido por ele, voltaria à justiça para pedir pensão?

Quando a porta se escancarou para a entrada de todos, não consegui esconder o assombro: um velho castigado pelo tempo, magérrimo, empurrado na cadeira de rodas, completamente distante da péssima impressão que me causou havia quase uma década, pelas demonstrações equivocadas de virilidade.

Ela, ao contrário, parecia rejuvenescida pela ação do tempo. Os cabelos brancos de outrora, cobertos pela tintura e pelo corte bem-feito, emolduravam o rosto levemente enrugado. Muito bem-vestida e altiva, apenas tirou os óculos escuros ao sentar à mesa. Parecia, agora, mais dona da sua vida, condição muito diferente da que ostentava durante o processo traumático que eu julgara.

Não costumo me lembrar dos rostos que transitam diante de mim. São centenas de audiências por mês, milhares por ano, conflitos tão parecidos, embora acompanhados de dores tão profundas e individuais. Não é raro, na rua, esbarrar com pessoas que me cumprimentam com alguma intimidade e que, apenas depois da apresentação, me fazem recordar da minha participação em períodos importantes das suas vidas.

Sempre pensei ser esta, provavelmente, uma forma de sobrevivência que evitasse arrastar para casa a angústia experimentada por quem precisa do Estado para interferir em momentos que deveriam ser reservados, íntimos e únicos.

Antero queria receber pensão alimentícia de Glória. Era raro que um homem ajuizasse uma ação de alimentos. Mais raro ainda no caso dele, já que, depois do divórcio, viveu em união estável com uma moça 35 anos mais jovem, de quem acabara de se separar e com quem tivera uma filha.

Eu não só me lembrava do casal, como também recordava os muitos detalhes da duríssima audiência da separação. Poucas vezes vi um homem tratar uma mulher de forma tão grosseira. Sua falta de educação incomodava mais porque ele não respeitava a ex-esposa. Aos 73 anos, comportava-se como um adolescente insuportável, fazendo questão de desprezar os quase quarenta anos de casamento.

Tentando se fazer de engraçado e forçando a situação para parecer um garotão, usava gírias e se dirigia à Glória como uma idosa acomodada, descuidada, que nunca mereceu o homem que tinha a seu lado.

Asqueroso. Era o único adjetivo que eu encontrava para definir o comportamento de Antero.

Silenciosa, com os olhos quase transbordando, Glória ouvia tudo angustiada e se submetia às grosserias do ex-companheiro. Era como se as décadas de união lhe tivessem subtraído a autoestima.

Escolheu viver na sombra e encolheu para o tamanho que se permitiu ter. Não reagia nem contava com o suporte afetivo dos filhos, já crescidos e ocupados com as próprias vidas.

Antero queria casar novamente. Estava apaixonado. A moça de 38 anos se separara do marido e os dois pareciam alucinados para começar uma nova vida. Glória implorava para que ele revisse a decisão. Prometera viver com ele

por toda a vida. Era religiosa, quase uma carola. Ele fora o único homem da sua vida. Não podia concordar com o divórcio.

Divórcio depois de quarenta anos de convívio não era comum até então. Parece que o “efeito Viagra” estabeleceu novos comportamentos e conformações nas famílias. Era visível que, com o advento da pílula azul, o desejo masculino não se limitava a preservar o casamento oficial e acumular casos extraconjugais. A virilidade parece ter criado um momento de renascimento, não apenas erótico e sexual. Alguns homens, motivados pela potência, queriam novos projetos, novas casas e até mesmo novos filhos. A experiência revolucionária começou a ampliar, na justiça, as separações em momentos que, em um passado recente, eram destinados aos outonos e à tranquilidade.

Com ou sem concordância, o divórcio foi decretado. As mulheres sexagenárias começavam a enfrentar a necessidade de outros renascimentos, impostos pelas escolhas que não fizeram. Lamentei, na ocasião, que não fosse ela a autora da ação. Se alguém tinha motivo para querer sair de um casamento péssimo, esse alguém era Glória.

De alguma forma, a vida retomou seu fluxo, e, passados oito anos, era quase impossível acreditar que estávamos diante das mesmas pessoas.

Ela continuava contida nas palavras. Sua advogada apressou-se em esclarecer que não havia qualquer possibilidade de acordo. A partilha fora feita quando do divórcio, e Glória conseguiu se erguer e retomar o trabalho com sucesso. Não podia ser responsabilizada porque ele foi abandonado.

Embora combalido, Antero continuava arrogante. Com a voz arrastada e autoritária, interrompeu a advogada:

— Jamais seria abandonado! Eu saí de casa porque quis. Aquela mulherzinha nunca me mereceu!

“O excesso de autoestima só podia ser resultado do excesso de ignorância”, pensava eu. Como um homem horroroso, mesquinho, desprovido de afetividade podia se enxergar como o melhor objeto de desejo existente na face da Terra?!

Ele continuou:

— Eu estou muito doente, doutora. Não consigo andar direito. Não tenho nem dinheiro pra pagar meu plano de saúde.

Mais uma vez, a advogada interrompeu:

— Isso não é problema da minha cliente. Podemos encerrar, Excelência?

Glória, no entanto, segura o braço da advogada e o encara piedosamente:

— O que é que você tem, Antero?

Uma cirurgia há dois meses, com a retirada de um dos pulmões, e uma trombose recente o impediam de caminhar. Parece que, antevendo no altruísmo de Glória a possibilidade de se fazer de vítima, Antero segurou as mãos da ex-mulher e começou a chorar.

— Eu sabia que ia me arrepender, Glorinha... Nunca cuidei de você como eu devia, mas você é a mulher da minha vida. Todo mundo me avisou que isso ia acontecer... A vagabunda queria o meu dinheiro. Quando eu saí do hospital, voltei sozinho pra casa e ela debochou de mim. Disse que se fosse pra cuidar de velho doente, ela voltava pra casa do avô. Me perdoa, Glória. Eu prometo que nunca mais te faço sofrer. Por favor. Você é o amor da vida toda.

Mais uma vez, a advogada tentou abreviar a conversa, mas Glória encarou Antero e protagonizou a cena.

Aceitava recebê-lo de volta. Ficou de pé, e, escolhendo o melhor ângulo para olhá-lo, por cima, prosseguiu:

— Eu sofri muito, Antero. Acho que nunca experimentei uma dor como a que você me causou. Mas, no fundo, eu sabia que um dia você se arrependeria e me imploraria perdão. Casamento, para mim, sempre foi para a vida toda. Vou cuidar de você porque você precisa de mim, porque se arrependeu e porque eu sempre soube que você acabaria os seus dias ao meu lado. Não era preciso ser um gênio para saber que aquela mulher só queria o seu dinheiro. Isso acabou. Só tem uma coisa: vai ser do meu jeito e, na minha casa, quem decide tudo sou eu.

Constrangida, minha vontade era interferir e impedir que Glória, depois de conseguir assumir o comando da sua vida, voltasse à antiga submissão e retomasse a sua condição de escrava por inércia e por vontade.

Qualquer um ficaria surpreso com a atitude dela, mas eu já tinha visto histórias até mais surpreendentes em outras audiências. Mulheres de outras gerações, formadas no respeito reverencial aos santos e aos homens, capazes de esquecer humilhações, sofrimentos e de dedicar a vida à sublimação dos desejos e rancores.

Não era, no entanto, esse o perfil de Glória. Pelo olhar de superioridade com que se dirigia ao velho marido, provavelmente destinou os oito anos da separação à espera e à possibilidade de comer frio o prato da vingança.

A alma humana é mesmo um mistério. Estava nítido que a reaproximação e o altruísmo não eram resultados do amor. Sofrer com o abandono e com as escolhas equivocadas ao longo da vida nem sempre transforma uma pessoa para melhor. Antero não aprendeu nada. Apenas queria uma casa e alguém que cuidasse dele na doença, na tristeza e na morte.

Também Glória aprendeu pouco. A segurança e a altivez, cultivadas durante a separação, eram o figurino escolhido para o exercício mesquinho do poder e da vingança, atividades rasteiras que costumam consumir quem a elas se dedica.

Saiu, sentido-se vitoriosa e poderosa, empurrando a cadeira de rodas. Para completar o quadro rodriguiano, antes do fechar das cortinas, faltou um sorriso de canto da boca, na frase dita quase em sussurro:

— Eu cuido de você, meu amor.

.....

cada um com seu problema

— Era melhor que ele tivesse morrido. Pelo menos deixava uma pensão e eu choraria de saudade. Mas ele se apaixonou. O que é que eu podia fazer? Dinheiro nunca foi uma prioridade pra mim, mas agora eu fiz um câncer, estou me tratando, me sentindo muito doente.

Fernanda levantou o braço e, como uma pedinte sentada na rua, com a ferida exposta em carne viva, exibiu o peito liso e prosseguiu:

— Extirpei uma mama. Não consigo movimentar o braço direito. Ficou comprometido por causa dos linfonodos. Quem vai me dar emprego?

A dor e a tristeza profunda não eram manifestações ressentidas de uma mulher abandonada. Ao contrário. Fernanda não se fez de vítima durante toda a audiência. Parecia segura, tranquila, mas profundamente desamparada pela incapacidade de reconstruir uma história, cujo protagonismo lhe escapou pelas mãos quando foi arbitrariamente informada que o casamento acabara.

Casados há pouco mais de oito anos, Fernanda e Márcio não tinham filhos. Não havia um desgaste natural do tempo enferrujando as estruturas do casal. Ela se demitira do trabalho logo antes de ser atropelada pelo caminhão que provocou a perda total da relação.

O combinado era que, nos dois anos seguintes, Fernanda se ocupasse da construção da nova casa, que seria finalmente levantada no terreno desejado. A negociação não foi simples. As contas não fechavam e as economias não eram suficientes. Reduziram o projeto, e, para viabilizar a empreitada, ela, uma excelente arquiteta, cuidaria de tudo.

Nas brechas disponíveis, ainda poderia assumir algum projeto como freelancer.

Antes da chegada do primeiro saco de cimento, das telhas e dos tijolos já encomendados, Márcio se apaixonou por outra mulher. Os amigos e a família tentaram interceder. Era uma crise passageira. O casal, até então harmônico, se entenderia. A unanimidade apostava na prevalência da razão.

Todos, exceto Márcio. Ele achava que amava a mulher, mas jamais experimentara nada parecido com o que sentiu no encontro com Ana Clara. Não foi uma ação planejada, ele não procurou aventura alguma. Vítimas da força de uma tempestade que paralisou a estrada, eles encontraram abrigo em um posto de gasolina. A longa conversa, interrompida por rajadas de vento e relâmpagos, não tinha ponto final. Como era possível instalar-se uma intimidade tão imediata, no meio do nada, sem que nenhum dos dois estivesse disponível ou à procura de um amor?

Mistério insondável e invasivo esse que junta e arrasta num turbilhão, sem aviso prévio e sem rede de proteção, os que se apaixonam. É verdade que eles poderiam ter evitado os novos encontros e telefonemas e mensagens e e-mails. É verdade, também, que nenhum dos dois tinha vontade ou coragem de abortar um sentimento de pertencimento absoluto. Era como se fossem um do outro, desde sempre. Decidiram, em poucas semanas, que todo o resto seria solucionado objetiva e lealmente.

Na dolorosa separação, Márcio assumiu a obrigação de pagar pensão alimentícia para Fernanda durante três anos. Era o tempo suficiente para que ela retomasse a profissão e se recuperasse do surpreendente baque.

Fernanda escolheu não viver da dor, embora tenha sofrido profundamente com o fim do casamento. O tom sensato e respeitoso com que se referia à sua história parecia resultado de uma terapia bem-conduzida. Mesmo com o turbante na cabeça e sem os cílios, castigada pelas quimioterapias, era uma mulher bonita.

Foi comovente assistir a ela narrando as expectativas e as esperanças que depositou na relação. Não deve ter sido fácil para Márcio, mesmo apaixonado, deixar uma mulher como aquela. No projeto que ela idealizou, o cuidado, a construção da casa e a transformação do espaço em lar integravam o desenho arquitetônico dos sonhos de qualquer cliente.

É verdade que todas as escolhas são difíceis. Quando se opta por um caminho em detrimento das dezenas de outras opções, as vias que não foram selecionadas acabam servindo de álibis ao longo da vida. Não há melhor comida do que a que você não escolheu no cardápio. Não há viagem melhor do que a que você não fez. Como adivinhar?

Menos de dois anos depois, ele tentava, na justiça, parar de pagar a pensão pactuada. Ana Clara acabara de dar à luz um menino, e as despesas aumentaram. Com a situação apertando, nada mais razoável do que se exonerar da obrigação. Fernanda era uma mulher jovem, trabalhava, e o sentimento de culpa pelo término do casamento, para ele, era um passado distante. Nunca mais se viram desde então, e apenas ali ele tomava conhecimento da doença da ex-mulher.

Minha primeira intervenção foi para corrigir a informação trazida por Fernanda. Não foi ela quem “fez um câncer”. Sempre me incomodou a maneira com que muitas pessoas encaram essa doença, transferindo a culpa e a responsabilidade do mal para o doente. É cruel impor mais essa dor para quem já sofre. Não foi ela a causadora do câncer e nem era dela a responsabilidade pela salvação e pela cura. Os tratamentos eram eficientes, e, com sorte, ela se recuperaria e voltaria a trabalhar.

Em seguida, constatando a ignorância de Márcio sobre a condição da ex-mulher, questionei se não era o caso de desistir do processo. Ele pareceu concordar, mas a advogada o interrompeu e disse que era impossível.

— Doutora, a situação dele é realmente muito ruim. Ele teve o salário reduzido nesses dois anos, mudou de emprego, o filho tem problemas de

alergia e o custo com o leite especial compromete o orçamento familiar.

— E a atual esposa não trabalha? — indaguei.

A atual esposa não só trabalhava, como também era a advogada que o representava naquele processo.

Não acreditei! Se existe uma restrição que deveria ser obrigatória, certamente seria advogar em causa própria, em processos que envolvem conflitos familiares.

Por melhor que seja o profissional, não há distanciamento humano possível que permita que a lucidez se sobreponha às paixões. Pior do que isso, apenas advogar para o atual marido, em litígio com a ex-mulher.

Pedi que Fernanda e Márcio aguardassem do lado de fora. Sugeri que Ana Clara deixasse a sua sócia conduzir o restante da audiência e, numa breve retrospectiva, consegui fazê-la compreender a perversão do fim da pensão naquele momento. Ainda que não fosse pelo afeto, era uma questão de solidariedade, atitude esperada de pessoas que compreendem a fragilidade e as contradições da nossa condição humana.

Com a nova advogada, Márcio desistiu do processo. De Fernanda, veio o compromisso de deixar de receber a pensão caso pudesse se recuperar antes do prazo estabelecido para o fim da obrigação.

Não era culpa de ninguém. Nem o câncer, nem o fim do amor, nem o encontro inesperado. A vida era feita de muitas escolhas e de inúmeras imposições. O bom ou o ruim dependeria da maneira de encarar as subidas e descidas dessa montanha-russa em permanente movimento.

.....

ele não ouve.
ela não vê.

Depois de 32 anos compartilhando a vida, como era possível identificar o que era de quem?

O fim do casamento parecia a parte menos complicada. A decisão não veio com a primeira ou com a segunda crise. Uma rotina que os obrigava a acordar no mesmo horário, dividir o carro até a empresa, administrar quase quatrocentos empregados. Sem falar nas viagens e nos compromissos sociais. Não era uma figura de linguagem a afirmação de que passavam 24 horas por dia juntos.

Nem sempre a grana foi farta. No começo, um pequeno negócio no fundo da casa do sogro dela, com a sorte de encomendas grandes e sucessivas. Depois, empréstimos para a ampliação da fábrica de camisetas. Os filhos crescendo no meio das malhas, brincando com carrinhos produzidos com os cones vazios dos fios que não paravam de ziguezaguear na máquina de tecer. A primeira casa própria, as viagens, o ingresso em outro patamar comercial, que os obrigava a frequentar feiras e exposições. A mudança para um bairro mais nobre. A transferência dos filhos para

uma escola particular. O carro do ano, as joias recém-lançadas, uma lista de expectativas materiais e o afinco diário para enfrentar as despesas sempre crescentes e as ambições que não pareciam ter limites.

Era como se as coleções de outono, inverno, primavera e verão gerassem também as necessidades inventadas para as quatro estações. O desejo por muito e por mais era um projeto coletivo e assimilado por toda a família.

Se depois de tantos anos ainda se amavam, parecia uma questão excessivamente abstrata para quem se ocupava de acordar e dormir produzindo as necessidades materiais. O olhar para o passado de restrições os fazia vitoriosos e orgulhosos da estrada trilhada.

O casamento por cotas de responsabilidade limitada poderia ser comparado a uma longa parede de dominós, milimetricamente enfileirados ano após ano. O peteleco que desencadeou o tombamento de toda a vida solidamente organizada foi a separação da filha caçula.

Não era um peteleco qualquer. Camila se casara não havia nem dois anos quando viajou para a Alemanha para viver uma grande paixão. Deixou para os pais um presente: Gabriel, ainda um bebê. A solução acertada com seu ex-marido era a mais conveniente para ambos. O menino ficaria bem-cuidado com os avós, e eles poderiam retomar suas vidas. Afinal, eram muito jovens e tinham todo o direito de ser felizes.

“Como se houvesse direito a tal pretensão”, pensava eu...

Sueli e Humberto acharam natural assumir a guarda do neto. Nunca sentiram muita firmeza naquele casamento, e Camila era muito infantil. A consistente estrutura material absorveria mais uma peça na engrenagem que nunca parava.

Mas não foi tão simples assim. Por melhores que fossem as babás e as folguistas, criança dava trabalho, queria atenção. E Sueli, naturalmente, foi assumindo a função materna, embora fosse avó, e o afastamento da corrida do dia a dia foi acontecendo, sem que percebessem as transformações.

Ela não percebeu as mudanças de Humberto. Tratavam-se como parceiros, sócios, apresentavam-se sempre juntos e, como ela fez questão de dizer, tinham um sexo normal.

Achei curioso o adjetivo. O que será que ela quis dizer com “sexo normal”? De longe, observando o casal e a distância intransponível entre eles, imaginei que se

normal fosse uma cor, seria areia ou salmão-claro. Ou então, fantasiei a cena de sexo normal, em um ambiente burocrático, com um cartão para ser carimbado depois do gozo (nem sempre obrigatório) e a agenda confirmada para o quinto dia útil a seguir.

A comunhão de projetos, com filhos, neto, fábrica e empreendimentos imobiliários, parecia tudo, exceto um casamento que começou com carinhos roubados e promessas de felicidade pela vida afora.

Continuariam assim até que a morte os separasse, não fossem as desconfianças da mulher.

— Notei que tinha alguma coisa muito estranha, doutora. Era tudo igual. Nós acordávamos, trabalhávamos o dia todo, concordávamos com tudo como sempre, mas ele parou de me escutar. Um dia, no almoço, eu percebi que só eu ouvia a minha voz. Ele tava longe. E não era nada do trabalho, eu sabia. Toda hora ele mexia no celular. Em casa, era desatento. Nada que eu falava ele escutava... Aí eu contratei o detetive.

“Então são pessoas assim que contratam detetives?”, pensei eu, surpresa com a revelação. Sempre quis saber quem atendia os cartazes de cura de mau-olhado, “trago a pessoa amada em três dias” e de serviço de detetive particular. Na minha fantasia, eram personagens em preto e branco os usuários de tais serviços. No entanto, ali estava uma mulher real, contratando um detetive para investigar os passos do marido.

Não foi difícil descobrir que Humberto tinha um caso com a secretária da fábrica. Tão óbvio que nem precisaria de um profissional, caso os olhares de Sueli fossem tão atentos quanto os ouvidos do marido, idealizados por ela.

Era quase um empate de sentidos: ele não ouvia e ela não enxergava.

O divórcio era a única opção digna, imaginou ela. Só não contabilizou que seria impossível se desfazer de toda a vida misturada ao longo de anos. Nenhuma proposta parecia ideal ou satisfazia nenhum dos dois.

O sucesso do negócio dependia do esforço comum de ambos. Sem falar na guarda do menino. Como devolver a criança para a mãe àquela altura do campeonato?

As propostas para a venda de metade da empresa esbarravam no mesmo problema: quem queria comprar achava o preço excessivo, quem pretendia vender se sentia prejudicado.

— Será que você não pensou nisso antes de se envolver com a secretária, Humberto?! — vociferava Sueli. E prosseguia: — São quase quinhentos empregados. Quinhentas famílias! Não podia ter encontrado outra fulaninha?! Se ao menos ninguém tivesse sabido.

Ninguém soube oficialmente, exceto Sueli, devidamente documentada pelas fotos do detetive. Humberto encontrou a solução. Demissão da secretária e vida que segue. Arrematou a conversa com o argumento final:

— Ninguém paga as nossas contas.

Processo encerrado. Sem divórcio e sem reconciliação.

Eu já havia presidido muitas audiências assim, e, na grande maioria, pouco tempo depois, o casal retornava e formalizava o divórcio. A vida a dois não era um contrato empresarial. Lucros, prejuízos, balanços e apuração de haveres encontravam uma solução. Na maioria das vezes prejudicial para os dois.

Mas como a vida é surpreendente e muitas histórias são possíveis. Quem sabe os dois não permaneceriam daquela forma até o fim da vida: estáveis, seguros e com a garantia de “sexo normal”? Não deveria julgar a escolha deles. Como me ensinara uma ajudante, há muitos anos: cada um com o seu cada um.

Deixaram a sala apressados. Ele sem ouvir. Ela sem enxergar. Em silêncio. Formalmente, como no fim de uma assembleia de acionistas.

.....

noite feliz

— Pensa bem, Cleide. Se eu decreto a prisão dele agora, a situação fica muito pior não só para você, mas especialmente para os meninos.

Ela insistia. Aprendera a ler os artigos do Código Civil e, para Cleide, não havia qualquer outra possibilidade que não fosse a interpretação literal das normas. Se está escrito que o devedor de alimentos, depois de citado, tem três dias para pagar ou justificar a inadimplência e, não o fazendo, deve ter a prisão decretada, não havia outra alternativa. Era prender ou prender!

Cleide não parecia querer o mal do companheiro. Afinal, escolheu viver com ele grande parte da sua vida. O vínculo que tinha com Chicão era para sempre: quatro filhos e o quinto a caminho, com nascimento esperado para as próximas semanas.

Mais de uma década na mesma Vara de Família e alguns personagens se transformavam em amigos íntimos. Acompanhei a família crescendo. A cada parto,

uma ação de alimentos e a advertência que, embora não fizesse parte do pacote processual, era repetida ao final das audiências:

— Agora chega, pessoal! Ou você procura o médico para tomar anticoncepcional ou então o Chicão faz a vasectomia.

Ambos sempre diziam que não conseguiam marcar horário no SUS ou agendar a cirurgia, no caso dele. Bastava eu ameaçar encaminhar um ofício para que o atendimento fosse realizado, e uma cumplicidade não combinada se instalava com o deixa-que-eu-deixo que durava até uma outra gestação.

Raramente as audiências eram concluídas. Foram reconciliações, suspensões dos processos, desistências, até o dia que não deu mais: Cleide descobrira que não era a única no projeto de Chicão de povoar o mundo. Ele tinha outro filho, cuja existência só chegou ao conhecimento dela porque, ao abrir a porta para o oficial de justiça, leu um mandado de citação para uma ação de investigação de paternidade com pedido de pensão alimentícia.

Ele, como sempre repetia, não era homem de fugir das suas responsabilidades. Assumiu o filho sem nem fazer o exame de DNA. Era mesmo dele e ele tinha obrigação de sustentar.

Em uma matemática improvável, Chicão pagava 20% do salário mínimo para cada filho, além de se responsabilizar pelos medicamentos e pelo material escolar dos mais crescidos.

Emprego formal ele nunca teve. Cresceu como biscateiro e já havia feito um pouco de tudo. Servente de obra, ajudante de pedreiro, faxineiro. A grande oportunidade da vida veio no meio da praça. Enquanto catava latinhas para vender, um grupo de teatro mambembe o fascinou, e ele percebeu que podia ganhar a vida se fantasiando para alavancar os pequenos comércios do centro da cidade.

Não era um homem-sanduíche qualquer. Com quase dois metros, sorriso largo e pele muito negra, tinha atitude e era disputado pelos lojistas para, com a ajuda do megafone, oferecer revelação de fotos, camisetas genéricas de marcas conhecidas, produtos de alisamento e tratamento capilar.

No fim da tarde, distribuía brindes na porta do supermercado, sempre irradiando felicidade e encantando os que ali passavam. Chiquinha era o apelido escolhido para uma coreografia ao som de música baiana, todas as vezes que usava uma peruca loira. Um sucesso!

Era um artista completo. Inclusive na arte da sedução. Mesmo com a vida paralela descoberta pela mulher, nas visitas eventuais à família mais uma vez ela engravidara.

Durante um período, ele pagou a pensão direitinho. Nos últimos meses, no entanto, alguns patrões atrasaram o salário e ele se enrolou.

Uma audiência especial foi a forma encontrada para que ele apresentasse uma proposta razoável de parcelamento. Sabia que ele não era um devedor contumaz. Certamente resolveria o problema das crianças, sem a necessidade de uma prisão às vésperas do Natal.

Intransigente, Cleide evitava olhar para Chicão. Não cairia na lábria fácil mais uma vez. Os meninos, no entanto, pularam no colo do pai, tão logo ele entrou na sala. Não era qualquer um que tinha a chance de encontrar o próprio pai, meio fantasiado de Papai Noel. A barba, o casaco e o gorro foram tirados no corredor. Mas a calça, não deu tempo. Correu para não se atrasar e precisava voltar logo para a frente do mercado.

— Dinheiro eu tenho, doutora. Só falta receber. Se eu não voltar pro trabalho agora, aí mesmo é que não recebo nada e não vai ter Papai Noel pra ninguém... O chefe prometeu que me pagava hoje. É o dia mais movimentado lá.

Olhando para Cleide, prosseguiu:

— Quebra aí, morena. Imagina os moleques sem o pai no Natal.

Ela não aceitava parcelamento. Não era obrigada a aceitar. Quatro crianças sem pensão era mesmo impossível, e, por mais carismático que fosse Chicão, ele tinha que se responsabilizar pelos filhos que escolheu ter.

— Quanto é que você tem para receber hoje, Chicão? — perguntei.

— É uma grana boa, doutora! Dá pros atrasados e pro Natal.

— Faz o seguinte, liga para o seu patrão e avisa para ele que você está no fórum e que a juíza vai te prender se você não pagar a pensão.

Do outro lado da linha, o patrão não acreditou no que Chicão dizia. Pedi o telefone e, em uma intervenção inusitada e inexistente nos artigos dos Códigos, me apresentei:

— Seu Haroldo, é a juíza falando. O Chicão me disse que, se receber o salário, ele pode pagar a pensão. É verdade isso?

Seu Haroldo gaguejou um pouco, mas assentiu. Revelou que o rapaz fazia muita falta naquele fim de tarde para o movimento, na véspera de Natal. Sugeri que ele mandasse alguém levar o dinheiro ao fórum e eu suspenderia a audiência. Era a forma de evitar a prisão e possibilitar que Chicão retomasse o seu papel de Papai Noel.

Duas horas depois, pensão paga, Cleide satisfeita, Chicão, de Noel, no megafone e a certeza de que não seria o nosso último encontro. Apenas mais uma Noite Feliz.

.....

tem coisa melhor que namorar?

– Eu já te disse que tô arrependido, Silvinha. Deixa de bobagem. Vamos acabar logo com isso. Não foi o que a gente combinou ontem?

Silvinha, derretida, mal conseguia disfarçar a alegria de se sentir em pleno exercício do poder. Tripudiava de Alexandre. Queria que ele acreditasse que estava se rendendo aos seus encantos. Sorria, piscava o olho.

Tão logo ele respirava, aliviado com o fim do problema, ela retornava firme à determinação de ver o rapaz condenado a pagar pensão para os filhos.

Vestida para provocar, Silvinha deve ter escolhido o vermelho porque sabia que o contraste com a pele morena ressaltava os seus dotes. Alexandre não tirava os olhos do colo da moça.

Fiquei sabendo, ao longo da audiência, que aquele era o mesmo vestido que usara no dia em que foi apresentada ao futuro marido, numa festa na casa de amigos.

Alexandre, embora não tendo caprichado tanto no visual, tinha uma lábia e um bom humor poucas vezes visto em um tribunal. O sorriso largo denunciava que ele não levava a sério a situação.

Ninguém, porém, vai à justiça porque gosta ou quer. Se estavam ali, era porque fora necessário. Nas muitas idas e vindas daquele casal, jamais Silvinha se viu obrigada a pedir pensão. Alexandre nunca rompera definitivamente. Nem com a mulher nem com a família.

De uns tempos para cá, no entanto, Silvinha começou a desconfiar do comportamento do companheiro.

Arredio, sempre com a desculpa de um cliente no meio do sábado, Alexandre voltava para casa exausto. Depois os serões começaram a varar a madrugada. Silvinha não era ingênua. Conhecia o marido que tinha. Achava graça quando ele cantava outras mulheres, mas nunca se sentiu ameaçada.

— É ruim, doutora. Eu lá sou mulher de ter ciúme?! Eu me garanto! Quero ver o malandro achar outra melhor.

Melhor ou pior, não se sabe. Aliás, tem grau comparativo para sentimentos diferentes provocados pelas paixões?

O fato é que Alexandre se encantou por outra moça. Sabia que Silvinha era a mulher da sua vida, mãe dos seus filhos. Só não conseguiu se controlar:

— Pô, doutora, outro dia a gente viu um programa de pinguim na televisão. Eles falavam que os pinguins só têm um par pra vida toda. A Silvinha tá achando que a gente é pinguim!

— Pinguim, não, meu querido! Mas também não sou galinha! Nem vaca!

Já passara da hora de terminar a audiência. Até ali, eu não havia conseguido enxergar com clareza se o pedido de pensão era para valer ou se era uma manobra da mulher para emparedar o companheiro.

Era corriqueira a cena. Algumas mulheres e, excepcionalmente, alguns homens ajuizavam processos na Vara de Família apenas para aplicar um corretivo no outro. Cansados de tentar solucionar os problemas entre quatro paredes, transferiam para o palco iluminado de uma sala de audiência os conflitos íntimos.

Ali, em arroubos de evasão total de privacidade, expunham as vísceras, alardeavam os defeitos recíprocos. Mas, raramente, como naquele caso,

lançavam ao vento adjetivos carinhosos, que indicavam vontade de insistir na vida em comum.

Tanto era verdade o diagnóstico que Silvinha nem sequer pediu o divórcio. Apenas queria receber regularmente a pensão dos filhos. Era direito das crianças. Ela não precisava ficar atrelada às particularidades de Alexandre enquanto a dúvida o atormentava.

Ele que fosse viver o seu romance e a deixasse segura para os cuidados com os meninos.

A resistência do cidadão era compreensível. Ele entendia bem o princípio do “quem paga manda”. Achava que, monopolizando o dinheiro das despesas, obrigaria Silvinha a aguardar, como um porto seguro, que ele experimentasse a nova paixão e voltasse para os seus braços, se achasse conveniente.

A morena não era boba. Conseguiu a fixação da pensão. Disse a ele que estava avaliando se pediria ou não o divórcio. Olhou para Alexandre, depois de assinado o acordo. Encarou-o profundamente. Passou a língua nos lábios e, sem piscar, cometeu a derradeira ofensiva da tarde:

— É o seguinte, meu querido. Quando tiver saudade, passa lá em casa pra tomar um café!

Ele voltou-se para mim, procurando uma reação de repúdio, gesticulando, nervoso:

— Tá vendo o que ela faz, doutora?! Ela me quer. Vamos rasgar esse papel aí!

Silvinha nem deixou que eu interviesse. Já de pé, olhou-o de cima para baixo e encerrou:

— Quero meus filhos comendo direito todo dia, doutora. Resolvido isso, o resto fica fácil. Boba eu não sou e gosto dele. Tem coisa melhor que namorar?

Virou as costas e saiu sem olhar para trás, deixando na minha frente um Alexandre amuado, com os olhos compridos, acompanhando as curvas sedutoras da companheira do vestido vermelho.

Tive a sensação de que, por um instante, ele reavaliava se, em algumas ocasiões, não valia a pena ser pinguim.

.....

quem ama cuida

Na semana anterior ao casamento, na hora do almoço, quando transeuntes inundam as ruas do Centro, uma amiga estancou ao lado do pai. Insegura, olhando tantos rostos e tantas possibilidades, revelou a angústia que sentia. Como saberia que, dentre milhares de olhos, bocas, mãos e corpos, o futuro marido era a escolha certa, o homem da sua vida?

O pai a tranquilizou. Ela nunca saberia. A ritualização do amor era uma cerimônia pontual. Naquele momento, era a ele quem ela escolhera. Barthes, sempre ele, nos seus *Fragmentos de um discurso amoroso*, já previra a nada inédita sensação: “[...] encontro pela vida milhões de corpos; desses milhões posso desejar centenas; mas dessas centenas, amo apenas um. O outro pelo qual estou apaixonado me designa a especialidade do meu desejo.”

A vida que segue, depois da festa do encontro, pode durar poucos anos, muitas décadas e até mesmo toda uma vida. A vontade é de eternidade, embora muitos casamentos sejam transitórios.

Se o vínculo entre os cônjuges não era definitivo nem muito menos uma condenação ou obrigação para a vida inteira, como entender as razões pelas quais Priscila insistia em continuar ao lado de Átila e transformá-lo no homem que desejava, mesmo depois de toda a família ter largado mão do rapaz?

Com um filho de seis anos, viviam juntos havia quase uma década. Ela interrompeu os estudos para casar. Prometeu que voltaria depois, o que até então não acontecera.

— Eu era e sou apaixonada por ele, Excelência. A gente sabe quando encontra o amor da vida da gente. Quando me casei, eu era bobinha, novinha, mas até hoje, no meio dessa confusão, eu acordo, olho pra ele e meu coração dispara.

Tremendo, com os olhos cheios d'água e sem se deixar intimidar pelo dedilhar forte e impaciente de Átila sobre a mesa, ela continuou:

— Eu sei que ele vai sair dessa. Ele precisa de mim e eu morro sem ele do meu lado. É por isso que eu vim aqui. Não sei mais o que fazer...

Visivelmente alterado e agressivo, o rapaz resistia a qualquer tentativa de solucionar o problema:

— Cacete! Eu já falei pra ela ir embora. A vida é minha, eu trabalho pra botar comida dentro de casa, não sou maluco. Internar pra quê?! Com a minha grana eu faço o que quiser.

Esfregando o nariz, despenteando e arrumando o cabelo, tentando manter sem sucesso as pernas e as mãos paradas, nenhum discurso de Átila suplantava a cena a que eu assistia. Era óbvio que o rapaz não estava em condições de decidir nada daquele jeito.

Tentei interferir de uma forma suave, buscando um canal eficiente para que a nossa comunicação fosse possível:

— Ninguém aqui disse que você é maluco, Átila. E, se você respirar com calma, vai conseguir entender sem esforço a razão dessa audiência.

Foram seis internações nos últimos dois anos. Quatro voluntárias e duas forçadas pelos pais do rapaz. A dependência do álcool e da cocaína começou socialmente. Até o primeiro ano de vida do filho, Átila quase não bebia. A perda do único irmão, mais novo que ele, em um acidente doméstico tolo desencadeou um luto que o tempo não conseguia curar.

Tudo era motivo para beber até cair. Em seguida, apresentado ao pó pelos companheiros do bar, compreendeu que era possível sobreviver, com prazer, à dor que o corroía.

Em uma ocasião, enquanto Priscila esperava o resultado de um hemograma do filho na fila da emergência do hospital, os pais de Átila foram chamados para socorrê-lo. Uma overdose quase liquidou o rapaz.

Ele era trabalhador e sempre foi excelente pai. Daí porque era impossível para a família conviver com o homem transtornado em que ele se transformara. Dívidas começaram a amontoar, e a rotina de Priscila, ocupada com os cuidados do filho, acabou adiando o confronto.

Os sogros da moça eram sempre solicitados por ela, que, de alguma forma, terceirizava a responsabilidade pelos cuidados com o marido enquanto precisava cuidar do filho tão pequeno.

A convivência com a agressividade do filho e com as alterações de humor e de caráter levaram os pais de Átila a desistir. A conversa com Priscila foi franca. Eles haviam perdido um filho recentemente, mas a impotência que sentiam diante da morte diária do primogênito era insuportável.

Depois de roubar as joias da mãe para pagar um traficante, Átila ainda foi capaz de agredi-la sem qualquer motivo aparente. O filho não era reconhecido pelos pais e se afastava todos os dias dos próprios amigos e dos demais membros da família.

— A única âncora que ele tinha era eu e o nosso filho — lembrou Priscila. — Quando ele acordava e caía na real, procurava ajuda. Ele saía limpo da clínica, e eu tenho certeza de que ele vai conseguir de novo.

Desta vez, no entanto, a recusa de Átila em procurar o médico levou Priscila à justiça. Na semana anterior, ele quebrara toda a casa porque a mulher escondeu o cartão do banco e decidiu que não ia mais dar dinheiro a ele.

Para interná-lo, no entanto, era necessária uma interdição. Ele não tinha condições de escolher. Estava completamente fora de si. Mas ela estava segura de que a única possibilidade de prosseguir era com a internação.

Pouquíssimas vezes, autorizei uma internação compulsória. Para os tratamentos de dependência química, era fundamental a adesão do paciente.

A força de Átila e o seu estado agressivo, contudo, colocavam em risco tanto Priscila quanto o filho do casal. Além do mais, ele não estava conseguindo administrar o seu dinheiro para arcar com as necessidades da família.

Como ele não cedia aos meus argumentos para que procurasse ajuda terapêutica e deixasse Priscila administrar o dinheiro por um período e não se comovia com os apelos emocionados da mulher, chamando-o à racionalidade e acenando com um ninho aquecido pelo afeto que ela ainda sentia por ele, resolvi usar um artifício naquela situação-limite:

— Átila, você concordando ou não, eu vou nomear a Priscila sua curadora. Ao menos temporariamente. Você tem direito de fazer as suas escolhas, mas não pode impor à mulher que te ama e ao seu filho uma vida como essa. Se você concordar em buscar auxílio, eu posso aguardar e retomamos o processo quando você estiver melhor.

Ele, então, aceitou procurar um tratamento e suspendemos o processo. Em seguida, deixei a vara onde trabalhei por quase 15 anos e não tive mais notícias do casal.

Há pouco tempo, na fila da rodoviária, eu aguardava a minha vez para comprar um bilhete. Um menino veio correndo na minha direção e, de braços abertos, me abraçou calorosamente. Não identifiquei a criança, mas achei que podia ser filho de algum conhecido e procurei pelo responsável ao redor.

Priscila, de quem eu não lembrava o rosto, me abraçou também. Deve ter percebido, no meu olhar, a inquietação pela falta de memória e tratou de me socorrer.

— Essa moça aqui é que ajudou o papai, Ivan. Conta pra ela onde a gente tá indo agora.

Os dois seguiam para a clínica onde Átila se internara. Feliz e esperançosa com os rumos do tratamento, Priscila parecia uma adolescente preparada para um encontro com o novo namorado.

Eu tinha clareza da pouca ou nenhuma contribuição da minha parte para que a vida tomasse aquele rumo. Tinha clareza, também, de que na condição dele nada era definitivo.

Mas a intensidade da esperança no olhar de Priscila e de Ivan iluminou o meu dia. Cheguei a acreditar que algumas vezes as histórias de dor podem ter

fnais felizes.

.....

o tempo gasta tudo

O tempo gasta tudo, inclusive nos gasta.

Foi o que tentei explicar para uma senhora, que, aos 95 anos, parecia irritada com as limitações físicas e com os esquecimentos constantes. Sempre foi dona da sua vida e das suas vontades.

Segundo o sobrinho, hoje ela estava em um dia especial. Lembrava-se de muitas coisas, me contou inúmeras histórias.

A cunhada, aos 87 anos, foi convocada para acompanhá-la na audiência. Eram amigas da vida toda, praticamente irmãs.

Expliquei que a interdição não precisava ser total. O sobrinho podia se responsabilizar apenas pela administração das finanças e pelos cuidados no pagamento das contas e recebimento da pensão.

Não me sinto confortável declarando que uma pessoa que vive quase um século é absolutamente incapaz para gerir a sua vida civil e o seu patrimônio, especialmente quando as limitações decorrem da ação avassaladora do tempo na nossa vida.

Terminamos a audiência dando risadas e vendo as fotos do irmão, marido da cunhada, que, aos 97 anos, exibia uma peruca fantástica e um terno verde e amarelo para celebrar a Copa do Mundo. No último Carnaval, fantasiou-se de Chaplin, e a roupa, feita de palitos de fósforos foi construída por ambas.

Deve mesmo ser muito duro se submeter às restrições inevitáveis, mas senti uma profunda alegria em compartilhar com a dupla a alegria que resiste à ação do tempo.

.....

PUBLISHER

Kaíke Nanne

EDITORA EXECUTIVA

Carolina Chagas

COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO

Thalita Aragão Ramalho

PRODUÇÃO EDITORIAL

Anna Beatriz Seilhe

PREPARAÇÃO DE TEXTO

Pedro Staite

REVISÃO

Rachel Rimas

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Mayu Tanaka (estudio vintenove)

CAPA

Mayu Tanaka (estudio vintenove)